



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI**

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG**

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CCE**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM**

**LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS E PRÁTICAS EM JORNALISMO**

**MAYRA ALESSANDRA DE ABREU CARNEIRO**

**DESINFORMAÇÃO E XENOFOBIA: NARRATIVAS CONSTRUÍDAS  
SOBRE O NORDESTE E OS NORDESTINOS NAS ELEIÇÕES  
PRESIDENCIAIS DE 2022**

**TERESINA-PI**

**2026**

MAYRA ALESSANDRA DE ABREU CARNEIRO

**DESINFORMAÇÃO E XENOFOBIA: NARRATIVAS CONSTRUÍDAS  
SOBRE O NORDESTE E OS NORDESTINOS NAS ELEIÇÕES  
PRESIDENCIAIS DE 2022**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Ciências da Educação (CCE), da Universidade Federal do Piauí (UFPI) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. **Turma (2024-2026).**

**Linha de Pesquisa:** Processos e Práticas em Jornalismo.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Regina Barros Rêgo Leal.

TERESINA-PI

2026

Defesa de dissertação de mestrado da aluna “**Mayra Alessandra de Abreu Carneiro**”, intitulada: “**Desinformação e Xenofobia: narrativas construídas sobre o Nordeste e nordestino nas eleições presidenciais de 2022**”, orientada pela Profa. Dra. Ana Regina Barros Rêgo Leal, apresentado à banca examinadora em **30/03/2026**.

Os membros da banca examinadora consideram a discente: **APROVADA**.

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Regina Barros Rêgo Leal  
Universidade Federal do Piauí - UFPI  
Orientadora

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Dourado  
Membro Interno - UFPI

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rachel Bertol  
Membro Externo - UFF

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação  
Serviço de Representação da Informação

C289d Carneiro, Mayra Alessandra de Abreu  
Desinformação e Xenofobia : narrativas construídas sobre o  
Nordeste e os nordestinos nas eleições presidenciais de 2022 /  
Mayra Alessandra de Abreu Carneiro. – 2026.  
124 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí,  
Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação  
em Comunicação, Teresina, 2026.

“Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Regina Barros Rêgo Leal.”

1. Desinformação. 2. Xenofobia. 3. Discurso de ódio.  
4. Nordestino. 5. Meios digitais/Redes sociais. I. Leal, Ana  
Regina Barros Rêgo. II. Título.

CDD 302.231

## DEDICATÓRIA

*A todas as mulheres que, todos os dias, precisam matar cem leões para conquistar o direito à educação, ao trabalho, ao respeito e às oportunidades que ainda não chegam de forma igual para todos.*

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é a concretização de um sonho que, por muito tempo, eu não imaginei que pudesse realizar. Torná-lo realidade só foi possível, primeiramente, graças a Deus, e ao apoio fundamental da minha orientadora, Ana Regina, que está comigo desde o meu TCC. Professora Ana, você é responsável pela minha evolução como estudante, pesquisadora e professora. Obrigada por não ter desistido de mim e por ter acreditado quando nem eu mesma acreditei.

Eu sempre digo: estudar não é fácil, é um ato de revolução. Estudar não é fácil por inúmeros motivos. Estudar exige tempo, disponibilidade, paciência e, principalmente, dinheiro. Para quem vem de baixo, cada etapa é também um desafio extra, conciliar trabalho, responsabilidades, contas a pagar. É seguir mesmo quando o cansaço aperta, quando as condições não são ideais e quando o caminho parece mais longo para nós.

Apesar das dificuldades encontradas, eu tenho uma rede de apoio incrível, que me incentiva, me acolhe e me escuta. Por isso, meus agradecimentos também vão para o meu tio Sebastião, que hoje está no céu, mas de quem tenho certeza que continua olhando por mim. Foi ele quem me ensinou a ter fé, esperança, garra e determinação para correr atrás dos meus sonhos. Obrigada por tudo, meu tio! Você foi fundamental para o meu crescimento no meio acadêmico. Sempre gritava aos quatro cantos do mundo: “Minha sobrinha vai ser doutora!”. Guardo esse incentivo com muito carinho e levo comigo cada ensinamento que você me deixou.

Agradeço também à minha mãe, Divina, mulher guerreira, trabalhadora e que, em meio a tantas dificuldades, nunca deixou de amar e cuidar de seus filhos. Nossa infância foi marcada por muitos desafios e por recursos limitados para investir na nossa educação, mas isso jamais a impediu de lutar por nós. Mãe, saiba que você é a principal responsável por este diploma. É por você que luto todos os dias por uma vida melhor. Sua força, seus sacrifícios e seu amor foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Te amo eternamente!

Agradeço ao meu pai, Francisco, e aos meus irmãos (Marcelo, Marcos e Márcio), que são minha base, meu abrigo e minha força nos dias difíceis. À minha Luninha, minha sobrinha querida e cheia de luz, que veio ao mundo para iluminar ainda mais a nossa família e renovar em mim a esperança e a vontade de seguir construindo um futuro melhor.

Agradeço também ao meu namorado, Isaac, que esteve ao meu lado durante toda essa trajetória árdua. Obrigada por caminhar comigo nos dias leves e, principalmente, nos dias

difíceis, por compreender minhas ausências, por segurar minha mão quando o cansaço e a insegurança apareceram e por me lembrar, tantas vezes, do porquê eu comecei.

Aos meus amigos Loane, Dalila e Giocelli, que emprestaram seus ouvidos para os meus lamentos, acolheram minhas angústias e celebraram cada pequena conquista como se fosse deles também. A amizade de vocês tornou esse caminho mais humano, mais leve e possível. Se não fosse por vocês, esse processo certamente não teria sido o mesmo.

Que este trabalho sirva de inspiração para futuros pesquisadores, especialmente para aqueles que, assim como eu, por vezes duvidaram se conseguiriam chegar até aqui. Que ele seja prova de que é possível, mesmo quando o caminho parece improvável.

*O estudo devolve e devolve ainda nessa vida*

## RESUMO

O trabalho busca compreender como os discursos de ódio contra o Nordeste e os nordestinos se articulam com a desinformação, tendo como objeto de investigação as narrativas publicadas no *twitter* durante as eleições presidenciais de 2022. A análise das narrativas selecionadas foi realizada de modo interpretativo e de caráter qualitativo, tendo como suporte teórico-metodológico a Hermenêutica em Profundidade (HP), de John Thompson (1995), que nos permitiu realizar um processo contínuo de interpretação e reinterpretação, sustentado por um caminho tríptico de análise: contexto sócio-histórico, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação. A escolha do tema se justifica pela repercussão dos ataques coordenados de ódio contra os nordestinos durante as eleições presidenciais, que chegaram a figurar entre os assuntos mais comentados da rede social *Twitter*. Portanto, no primeiro capítulo deste trabalho, abordamos os conceitos e as principais manifestações do discurso de ódio, com ênfase na xenofobia, além do emprego da desinformação como estratégia política. No segundo capítulo, apresentamos os conceitos de desinformação, seu panorama histórico contemporâneo e desvelamos sua relação com o discurso de ódio. Já na terceira parte, traçamos um panorama dos elementos centrais do processo de formação do Nordeste, destacando os principais desdobramentos que contribuíram para a invenção da região. No quarto capítulo, nos dedicamos ao processo analítico-interpretativo das postagens do *twitter*. Ao final, as análises apontam que o preconceito contra o Nordeste e os nordestinos remonta ao próprio processo de constituição da região enquanto recorte espacial, embora a desinformação aprofunde esse quadro ao acionar e intensificar afetos negativos direcionados a essa população.

**Palavras-chave:** Desinformação; Xenofobia; Discurso de ódio; Nordeste; Eleições.

## ABSTRACT

This study seeks to understand how hate speech directed at the Northeast region of Brazil and Northeastern people is articulated with disinformation, taking as its object of investigation the narratives published on *twitter* during the 2022 presidential elections. The analysis of the selected narratives was conducted through an interpretative and qualitative approach, supported by John Thompson's (1995) Depth Hermeneutics (DH) as its theoretical and methodological framework. This approach enabled a continuous process of interpretation and reinterpretation, grounded in a threefold analytical path: socio-historical context, formal or discursive analysis, and interpretation/reinterpretation. The choice of this topic is justified by the repercussions of coordinated hate attacks against Northeastern people during the presidential elections, which became some of the most discussed topics on *twitter*. Therefore, the first chapter addresses the concepts and main manifestations of hate speech, with an emphasis on xenophobia, as well as the use of disinformation as a political strategy. The second chapter presents the concepts of disinformation, its contemporary historical background, and its relationship with hate speech. The third chapter outlines the central elements involved in the historical formation of the Northeast, highlighting the main developments that contributed to the invention of the region. The fourth chapter is dedicated to the analytical and interpretative examination of the *twitter* posts selected for the study. The findings indicate that prejudice against the Northeast and Northeastern people is rooted in the very process through which the region was historically constituted as a spatial and symbolic construct. However, disinformation deepens this scenario by activating and intensifying negative emotions directed toward this population.

**Keywords:** Disinformation. Xenophobia. Hate Speech. Northeastern People. Elections.

## LISTA DE TABELA

|                                                                                                   |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1- Tabela com os Presidentes do Conselho de Ministros Segundo Reinado.....                 | 61 |
| Tabela 2- Tabela com a distribuição do poder por região presidência do Conselho de Ministros..... | 63 |
| Tabela 3- Frequência e enumeração a partir dos termos identificados nas postagens do twitter..... | 96 |
| Tabela 4- Categoria de análise a partir dos termos identificados nos tweets.....                  | 98 |

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                                                   |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1- Comentário publicado no <i>facebook</i> pela magistrada Marília Castro.....                                             | 40  |
| Figura 2- Ilustração litográfica da Seca de 1877-78.....                                                                          | 80  |
| Figura 3- Mapa da região flagelada pela seca de 1877.....                                                                         | 81  |
| Figura 4- Foto divulgação da novela Rancho Fundo.....                                                                             | 84  |
| Figura 5- Captura de tela de publicação do <i>twitter</i> .....                                                                   | 101 |
| Figura 6- Nuvem de palavras com as principais manifestações de ódio disseminados contra os Nordestinos nas eleições de 2022.....  | 104 |
| Figura 7- Nuvem de palavras com as principais manifestações de ódio disseminados contra os Nordestinos nas eleições de 2022 ..... | 106 |
| Figura 8- Captura de tela de publicação do <i>twitter</i> .....                                                                   | 108 |
| Figura 9- Captura de tela de publicação do <i>twitter</i> .....                                                                   | 108 |
| Figura 10- Captura de tela de postagem no <i>twitter</i> .....                                                                    | 110 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                     |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>DIZERES INICIAIS.....</b>                                                                        | <b>14</b>  |
| <b>1. DISCURSO DE ÓDIO E XENOFOBIA RASTREAMENTO E MANIFESTAÇÕES NA SOCIEDADE.....</b>               | <b>19</b>  |
| 1.1. A construção discursiva do ódio.....                                                           | 19         |
| 1.2. Xenofobia no espaço virtual .....                                                              | 24         |
| 1.3. O discurso de ódio e a desinformação como estratégia política.....                             | 27         |
| <b>2. DESINFORMAÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL CONTEMPORÂNEO.....</b>                                     | <b>34</b>  |
| 2.1. Desinformação: conceitos e definições à luz da comunicação.....                                | 35         |
| 2.2. Panorama da desinformação .....                                                                | 38         |
| 2.3. Desinformação e <i>fake news</i> : sinônimo ou antônimo?.....                                  | 42         |
| 2.3.1 A Desinformação e seus reflexos no jornalismo.....                                            | 45         |
| 2.4 Dinâmicas da desinformação e do discurso de ódio no espaço digital .....                        | 49         |
| <b>3. FORMAÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL NORDESTINA: HISTÓRIA, ESTEREÓTIPOS E RESISTÊNCIA.....</b>     | <b>53</b>  |
| 3.1. Revisitando a história.....                                                                    | 53         |
| 3.1. Quem fala sobre o Nordeste? Produções e representações dos nordestinos .....                   | 69         |
| <b>4. COMPREENDENDO OS OBSERVÁVEIS: DESINFORMAÇÃO E DISCURSO DE ÓDIO NO X.....</b>                  | <b>87</b>  |
| 4.1. Tuitando Preconceitos: a <i>timeline</i> da intolerância .....                                 | 88         |
| 4.2. Procedimentos metodológicos aplicados à pesquisa.....                                          | 91         |
| 4.3 Delimitação do <i>corpus</i> da pesquisa e a segunda etapa da Hermenêutica de Profundidade..... | 94         |
| 4.4 Interpretando e reinterpretando os observáveis de análise .....                                 | 99         |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                | <b>112</b> |
| <b>6. REFERÊNCIAS .....</b>                                                                         | <b>116</b> |

## DIZERES INICIAIS

*Os estereótipos nunca são neutros*

(Cabecinhas, 2012, p. 152).

Certa vez, assistindo a uma reportagem exibida pela extinta TV Maxambomba, na década de 1990, a qual encontrei anos depois no *YouTube*, vi uma matéria realizada com moradores da cidade de Nova Iguaçu (RJ) e fui tomada por uma angústia profunda. Era ainda muito jovem, mas algo me incomodava de maneira intensa e silenciosa: por que tanto preconceito contra o Nordeste e os nordestinos? Por que éramos retratados com desdém, como se fôssemos sempre os atrasados, os ignorantes, os miseráveis, os que “pesam” para o país?

Vivendo em uma capital nordestina (Teresina), cercada de diversidade, riqueza cultural e resistência cotidiana, era difícil compreender os estereótipos cruéis que recaíam sobre o meu povo. O uso do termo pejorativo "paraíba", tão comum em outras regiões do país, me soava como um soco, uma tentativa de reduzir toda a complexidade de uma região a um insulto. Eu sentia o peso simbólico de carregar uma identidade constantemente marcada por olhares enviesados e narrativas distorcidas.

Com o passar dos anos e, especialmente, durante as eleições presidenciais de 2022, já mais entendia e formada em jornalismo, acompanhei uma onda de ataques de ódio contra o povo nordestino, que por sinal, não era a primeira vez que acontecia. Diante disso, decidi buscar compreender a origem desses estereótipos e dessa visão reducionista que ainda hoje marcam a imagem do meu Nordeste e do meu povo.

Partindo para o cenário atual, nas últimas décadas, com o avanço da *internet* e a popularização das redes sociais, surgiram novos espaços para a circulação de informações, opiniões e discursos. Esses ambientes digitais, marcados por uma lógica mais integrada e descentralizada, possibilitaram que qualquer indivíduo com acesso à *internet* pudesse produzir, compartilhar e consumir conteúdos em larga escala. Logo, a *internet* se tornou um ambiente propício à disseminação de discursos de ódio e de uma gama de desinformação, produzida de forma massiva.

Entre os alvos recorrentes desses discursos estão os nordestinos, que frequentemente aparecem em postagens marcadas por xenofobia e diversas outras manifestações de ódio. Esse novo cenário comunicacional, definido pela vasta liberdade de expressão e circulação de conteúdos, ampliou a visibilidade desses discursos. Com isso, preconceitos historicamente enraizados ganharam espaço público, sendo potencializados especialmente em períodos de grandes tensões políticas. O discurso de ódio, como aponta Souza (2018), se consolida de forma sutil,

com qualificações negativas que, com o tempo, se intensificam, criando um ambiente de exclusão e segregação.

É nesse contexto que se insere a disputa acirrada pela presidência da República, entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. Em meio a esse embate, a participação eleitoral do Nordeste foi decisiva para o desfecho final das eleições. A região foi responsável pela maior vantagem eleitoral entre os candidatos, com Lula recebendo mais de 22 milhões de votos nos nove estados do Nordeste.

Em virtude disso, começou uma grande proliferação de discurso de ódio contra os nordestinos nas redes sociais. As mensagens que, eram divulgadas em perfis e em grupos de apoio a Bolsonaro, tinham cunho ofensivo, como xingamentos, e visavam desacreditar e silenciar o povo nordestino. Por isso, o primeiro capítulo desta pesquisa se dedica à apresentação das principais classificações do discurso de ódio, bem como ao rastreamento e suas manifestações na sociedade contemporânea.

Além disso, esta pesquisa busca responder o seguinte problema: como a desinformação se articula com outros fenômenos e, dessa forma, contribui para o aprofundamento do discurso de ódio contra o Nordeste e os nordestinos? Neste percurso, tomamos como objeto de investigação as narrativas publicadas sobre o Nordeste e os nordestinos na rede social *twitter*, considerando as eleições presidenciais de 2022 no Brasil.

A desinformação, no ambiente digital, exerce um papel central, tendo ganhado maior evidência com a ascensão das redes sociais, devido ao seu alto potencial de disseminação. Seus impactos tornaram-se visíveis nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 2016, e no Brasil, em 2018. O fenômeno da desinformação provoca efeitos significativos em diversos aspectos da sociedade, interferindo em dimensões sociais, culturais, econômicas e, principalmente, políticas. Isso porque, a desinformação não é algo externo à informação, por isso, consegue circular com facilidade na sociedade (Rêgo, 2021).

A velocidade e o alcance das plataformas digitais tornaram a desinformação ainda mais preocupante. A facilidade de produção e compartilhamento de conteúdo *online*, somada aos algoritmos que priorizam publicações enganosas, cria um ambiente ideal para a proliferação de desinformação. Isso ocorre porque as narrativas desinformacionais, muitas vezes camufladas sob a aparência de opinião ou crítica política, mobilizam afetos negativos e acionam o “ódio, um afeto inerente ao ser humano” (Silva 2025, p. 17).

Um exemplo emblemático de narrativa desinformacional foi um *tweet* do senador Flávio Bolsonaro, afirmando que o ex-presidente Jair Bolsonaro levou água para o Nordeste. Esse

tipo de construção discursiva “resgata um passado em que os nordestinos são a origem dos problemas do Brasil” (Souza, 2018, p. 929), por exemplo, por não saberem votar.

Para adentrarmos nesse universo da desinformação, no segundo capítulo, abordamos o conceito desse fenômeno, traçando um panorama contemporâneo da ascensão dos estudos desinformativos. A partir disso, discutimos sua relação com o discurso de ódio, evidenciando como ambos os fenômenos se entrelaçam no ambiente digital.

Já no terceiro capítulo desta pesquisa, traçamos um breve percurso sobre a formação da identidade nordestina, evidenciando como a construção do Nordeste e do nordestino se deu, tanto de forma exógena, quanto endógena. A intenção deste capítulo não é aprofundar-se no debate sobre a formação do Nordeste, mas destacar os pontos mais relevantes da construção imagética da região e, consequentemente, de seus habitantes.

Em virtude disso, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como os desdobramentos dos discursos de ódio contra os nordestinos se articulam ao fenômeno da desinformação. Para isso, busca-se: 1- evidenciar como as narrativas publicadas no *twitter* durante o pleito eleitoral reforçam estereótipos e preconceitos contra os nordestinos; 2- desvelar os elementos presentes nas manifestações de ódio direcionadas à região e ao seu povo; 3- analisar de que forma a desinformação atua como catalisadora desses discursos; e, por fim, 4- compreender como o resgate de processos históricos podem ser uma ferramenta de auxílio no estudo e no entendimento do presente.

Para essa compreensão, esta pesquisa adota como aporte teórico-metodológico a Hermenêutica de Profundidade (HP) de Thompson (2002). A HP foi escolhida como processo metodológico, pois compreende-se que as postagens feitas no *twitter* são formas simbólicas específicas de um determinado contexto que permite uma interpretação/reinterpretação.

Thompson (2002) fundamenta a sua hermenêutica direcionada para a análise das formas simbólicas mediadas pelos meios de comunicação. A expressão forma simbólica, utilizada pelo autor, se refere “a construções significativas que exigem uma interpretação; elas são ações, falas, textos que, por serem construções significativas, podem ser compreendidas” (Thompson, 2022, p.357).

É nesse panorama comunicacional que o *twitter*, hoje conhecido como “X”, ganha destaque como objeto de análise. A plataforma caracteriza-se por ser uma rede social voltada para a publicação de mensagens curtas, favorecendo a agilidade na comunicação e estimula a troca de informações entre usuários diversos, sejam conhecidos ou não.

Essa estrutura concisa promove uma interação intensa e rápida, criando um ambiente fértil para a circulação de opiniões e notícias em tempo real. Um de seus elementos centrais é

a lista de assuntos em destaque, as chamadas *trends*, que mostram os temas mais comentados em escala global, nacional ou regional, incentivando o engajamento coletivo em torno de determinados tópicos.

Esse mecanismo de visibilidade imediata, denominado *Trending Topics*, tem o poder de extrapolar os limites da própria plataforma, influenciando até mesmo a pauta midiática e as conversas em outros espaços sociais. Isso se evidenciou claramente durante o período analisado nesta pesquisa, em que os conteúdos relacionados aos nordestinos publicados por usuários do *twitter* não apenas repercutiram amplamente na rede, como também foram incorporados a debates públicos fora dela.

Diante do exposto, compreendemos que as narrativas publicadas na plataforma são estruturas consumidas pela camada social, pelas interações sociais, pelas instituições, pelas ideologias vigentes e pelas desigualdades de poder e, por isso, torna-se pertinente compreender seus significados, por meio da HP.

O ponto de partida do processo interpretativo da HP se dá, por meio do modelo teórico-metodológico sistematizado em três fases analíticas, que são complementares entre si. São elas: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação. As três fases da HP segundo Thompson (2022), “devem ser vistas não tanto como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo” (p. 365).

A primeira fase do processo interpretativo da HP é compreendida por Thompson (2002), como “condições sociais e históricas da produção, circulação e recepção das formas simbólicas”. Essa etapa tem como objetivo entender o contexto histórico e social no qual determinado discurso está inserido. Ela busca localizar as relações de poder que atravessam essas formas simbólicas, ou seja, entender quem domina, quem é marginalizado, com base em estruturas sociais como classe, gênero, etnia, trabalho e até geopolítica. Por isso, essa análise vai além da simples leitura da obra, exigindo que o pesquisador reconstrua as condições sócio-históricas em que a obra foi criada.

A segunda fase desse modelo metodológico, denominada de análise formal ou discursiva admite vários tipos de métodos. “É nesta fase que se destacam a análise da conversação, a análise sintática, a análise narrativa, a análise argumentativa, e a análise de conteúdo” (Litz et al, 2014, p, 04), pois seu intuito é averiguar a organização interna das formas simbólicas.

Embora as instâncias do discurso sejam,

Situadas em circunstâncias sócio-históricas particulares, elas também apresentam características e relações estruturais que podem ser analisadas formalmente, com a ajuda de vários métodos do que eu chamei de análise discursiva (Thompson, 2002, p. 371).

Essa fase permite aumentar o leque de possibilidades da Hermenêutica de Profundidade utilizando-se de outros métodos, como por exemplo, o empregado nesta pesquisa, a análise de conteúdo de Bardin (1977).

Quanto à terceira fase, é chamada de interpretação/reinterpretação, e tem como foco a produção de sentido a partir do que foi analisado nas etapas anteriores e pode se valer do método escolhido na fase anterior. Porém, é importante ressaltar que ela supera o método; “bem como transcende a interpretação da fase de análise sócio-histórica” (Thompson, 2002, p. 375-376).

Dito isto, e realizadas as explicações metodológicas necessárias nos parágrafos anteriores, destacamos que o quarto capítulo será dedicado à apresentação mais detalhada do observável, as estratégias metodológicas, bem como a análise formal e reflexiva (sugerida pela HP) e, após isso, a reinterpretação contínua dos achados.

Além do exposto nos primeiros parágrafos, cabe destacar que a escolha do tema surgiu da inquietação ao perceber a forma como os nordestinos foram representados durante as eleições presidenciais de 2022, especialmente no *twitter* (atualmente denominado X). Observou-se um ataque articulado de discursos de ódio, por meio da xenofobia e outras manifestações, que buscavam a todo instante deslegitimar o posicionamento político da população nordestina, reforçando estereótipos e aprofundando desigualdades históricas, através da circulação coordenada de ódio.

Esta pesquisa também nasce de um incômodo pessoal ao observar como, frequentemente, as pessoas afirmam que vão “*viajar para o Nordeste*” sem especificar o estado ou município de destino, algo que não ocorre com outras regiões do Brasil. Esse tipo de generalização reforça uma visão reducionista, que ignora a complexidade e a diversidade cultural de uma das maiores regiões do país. Ao tratar o Nordeste como um bloco homogêneo, apaga-se a riqueza de suas expressões culturais, históricas, sociais e linguísticas.

Além disso, a escolha por abordar a desinformação nesta pesquisa se justifica pelo impacto significativo que esse fenômeno exerce na contemporaneidade. A desinformação tem o poder de interferir em diversas esferas sociais, políticas, culturais e econômicas, sobretudo em contextos sensíveis como o das eleições presidenciais. Compreender essa dinâmica é essencial para analisar os efeitos produzidos por essas narrativas e refletir sobre estratégias que incentivem o uso ético e responsável das redes sociais, especialmente em momentos de polarização política.

## 1. DISCURSO DE ÓDIO E XENOFOBIA RASTREAMENTO E MANIFESTAÇÕES NA SOCIEDADE

*Viver é sobreviver ao ódio*

(Glucksmann, 2007)

### 1.1. A construção discursiva do ódio

O discurso de ódio tem se intensificado nos últimos anos, especialmente em contextos de tensão social e política. O crescimento das manifestações de intolerância pode ser observado por meio de dados que revelam como certos grupos sociais vêm sendo constantemente alvo de discriminação e hostilidade. As manifestações de ódio intensificadas pela *internet* ferem não só a dignidade da pessoa humana, mas representa uma ameaça à democracia, pois além de atingir grupos e pessoas eles provocam intimidação, isolamento, sofrimento e, até mesmo, extermínio.

Essa escalada de ódio pode ser entendida, em parte, como uma resposta à ameaça direta ou à frustração de expectativas e desejos. De acordo com Steffen e Wainberg (2008), essa frustração ocorre quando os indivíduos ou grupos não conseguem atingir objetivos desejados ou percebem uma ameaça àquilo que consideram fundamental para sua identidade ou posição social.

A frustração, assim, emerge como uma das principais fontes do ódio<sup>1</sup>, levando a uma reação agressiva, muitas vezes desproporcional. Esse ódio pode se manifestar de várias formas, como misantropia<sup>2</sup>, misoginia, racismo e xenofobia. Essas manifestações têm causas variadas, muitas vezes ligadas a questões culturais, sociais, políticas ou até mesmo experiências pessoais negativas. Tais causas se tornam ainda mais visíveis e intensas em contextos de instabilidade ou tensão coletiva, como momentos de crise sanitária ou de disputas políticas acirradas.

É justamente nesses contextos que o discurso de ódio ganha força e se propaga com mais facilidade. Segundo dados da *Safernet* Brasil, os crimes de ódio tiveram um crescimento de 650% no primeiro semestre de 2022. Entre os crimes que mais cresceram nos últimos anos, destacam-se a xenofobia, a intolerância religiosa e a misoginia, que juntos contribuíram para um aumento de 39,3% no total de denúncias. 2022 foi o terceiro ano eleitoral consecutivo em que houve aumento nos registros de crimes de ódio, evidenciando como períodos de polarização política frequentemente coincidem com a intensificação do ódio na *internet* (Souza, 2018).

---

<sup>1</sup> Steffen e Wainberg (2008).

<sup>2</sup> “Misantropia é um tipo de desconfiança, desgosto ou desprazer focado na espécie humana, não implicando em comportamentos ou atitudes inumanas, antissociais, mas sim na observação e espera de fatos e reações que já aconteceram, como se estes fossem sempre uma repetição de padrões ou se a humanidade não evoluísse” (Steffen; Wainberg, 2008, p. 15).

Segundo apontamentos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH), as manifestações de ódio têm como alvo recorrente os grupos vulneráveis, como as mulheres, refugiados, migrantes, pessoas LGBTQIAPN+, entre outros. Logo, o discurso de ódio atua não apenas reforçando estigmas e discriminações já existentes, mas também intensifica a marginalização desses sujeitos, pois, quando muitas pessoas passam a usar palavras e práticas ofensivas de forma contínua, o resultado é a desumanização.

Além disso, as vítimas dos discursos de ódio já enfrentam desigualdades estruturais em diversas esferas da sociedade. Quando essas violências históricas se unem às tecnologias atuais (como redes sociais, aplicativos de mensagens, entre outras), o resultado é a amplificação de discursos supremacistas, ou seja, a crença de que certos grupos são superiores a outros, seja por raça, religião, gênero, cultura ou região.

O MDH destaca que:

O discurso de ódio assenta-se no uso coletivo da linguagem para salientar repetidamente códigos de comoção e gramáticas de pertencimento e segregação, incitando uma ação coletiva que propaga, escala e intensifica a repetição e o contágio e, consequentemente, o risco e danos contra pessoas, comunidades ou populações (Brasil, 2023, p. 24).

O discurso de ódio, quando amplificado coletivamente e difundido pelas redes sociais, gera desumanização, incentiva a violência simbólica e real, e se espalha de tal forma que ninguém se responsabiliza, mesmo causando danos de grandes proporções. No entanto, é importante pontuar que nem toda opinião contrária a certos temas ligados a grupos sociais ou minorias pode ser automaticamente classificada como discurso de ódio.

Pois, em uma sociedade democrática, a discordância faz parte do debate público. Uma vez que, a livre manifestação de pensamento é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal. Por isso, há um limite tênue entre expressar uma opinião e promover ódio.

Nessa perspectiva, é necessário abrir um parêntese para destacar que, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a liberdade de expressão existe para resguardar manifestações de opiniões contrárias, jocosas, satíricas e até mesmo equivocadas, mas não abrange opiniões de caráter criminoso, como o discurso de ódio.

Assim, embora o direito à liberdade de expressão seja amplo, ele não é absoluto. A Constituição Federal de 1988 assegura esse direito, mas impõe limites quando seu exercício viola outros direitos fundamentais, especialmente quando se trata de manifestações discriminatórias ou ofensivas que incitem o ódio.

Para identificar um verdadeiro discurso de ódio, é necessário observar se há uma ofensa real, com mensagens claras de intolerância, linguagem pejorativa e demonstração de desprezo ou aversão a determinados grupos. Ou seja, o discurso de ódio não se define apenas pela discordância de ideias, mas pelo intuito discriminatório, ofensivo e excludente presente na mensagem, como aponta Santos e Silva (2013).

Com o intuito de humilhar, o discurso de ódio como conceitua Brugger (2007) possui, [...] palavras que tendam a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião ou que tem capacidade de instigar a violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas (p. 118).

A cartilha produzida pelo MDH indica que a definição do discurso de ódio envolve seis fatores específicos, e que esses elementos devem ser analisados de maneira combinada. São eles: contexto, autoria, agente, motivação e efeito, conteúdo e a forma e magnitude.

O primeiro deles (contexto) abrange a transição de emoções e percepções inicialmente individuais para manifestações coletivas de hostilidade, marcadas por processos de desumanização e, muitas vezes, apagamento da autoria. Em seguida, a autoria refere-se à transformação de enunciados pessoais em discursos amplamente endossados e disseminados, por meios institucionais, digitais ou editoriais, com responsabilidade compartilhada ou difusa.

O terceiro elemento é o agente, compreendido como aquele que, a partir de posições de representatividade social, política ou comunitária, amplia o alcance e a ressonância dessas manifestações. Já a motivação e os efeitos dizem respeito à relação entre a intencionalidade do agente emissor e os danos provocados às vítimas, sejam eles de ordem simbólica, moral ou material.

O conteúdo e a forma do discurso dizem respeito à gravidade das ofensas veiculadas, especialmente quando atravessadas por estruturas de opressão historicamente enraizadas na sociedade brasileira, como o racismo, o sexismo ou a xenofobia, dificultando o acesso das vítimas a formas de defesa e reparação. Por fim, a magnitude envolve a sobreposição de múltiplas vulnerabilidades sociais, de classe, raça, gênero, orientação sexual, religião, idade ou posicionamento político.

Dessa maneira, a disseminação do discurso de ódio na sociedade contemporânea requer uma investigação que transcenda o campo da comunicação, integrando perspectivas antropológicas e psicológicas, mostrando as diversas facetas do ódio e suas manifestações perante a sociedade.

O ódio é um fenômeno complexo e multifacetado, cuja existência está ancorada em diferentes dimensões da experiência humana. Do ponto de vista antropológico, ele pode ser

compreendido como um elemento estruturante das relações sociais, presente desde os primórdios da humanidade. A priori é fundamental compreender que o ódio não constitui um fenômeno restrito à modernidade, mas sim uma manifestação recorrente ao longo da trajetória humana, estando presente, conforme destacam Steffen e Wainberg (2008) “desde antes dos tempos bíblicos”, (p. 2).

Na perspectiva da psicologia, o ódio é tão elementar quanto a “sede, o cansaço e a fome”, (Souza; Rebelato, 2015, p. 78) integrando o repertório afetivo dos indivíduos e podendo ser desencadeado por experiências de dor, frustração, ameaça ou humilhação. Já no campo da comunicação, esse sentimento frequentemente se expressa de forma verbal antes de se concretizar em ações, o que revela que as ações humanas, inclusive as mais violentas, têm origem na linguagem, ou seja, começam como manifestações simbólicas e comunicacionais, como explicam Steffen e Wainberg (2008):

As ações e sentimentos se manifestam inicialmente de forma simbólica, em atos comunicacionais identificáveis e manifestos no tecido social onde este sujeito circula. Um ato terrorista, a explosão de uma bomba, um atentado ou mesmo uma briga de torcidas manifesta, em verdade, um conflito que se inicia no campo simbólico dos diferentes sujeitos e que, em algum momento, será manifesto enquanto fala, discurso social e elemento de persuasão antes da ação propriamente dita (Steffen; Wainberg, 2008, p. 5-6).

Dessa forma, é fundamental adotar uma abordagem interdisciplinar para compreender o ódio, articulando os saberes como chaves para entender esse fenômeno que atravessa tanto o indivíduo quanto o coletivo. O ódio se manifesta em contextos de insatisfações, frustrações e por razões particulares, como divergência religiosa, esportiva, política ou mesmo preferências culturais ou de estilo<sup>3</sup>. A título de ilustração, temos o ódio disseminado contra os nordestinos durante as eleições presidenciais de 2022.

Esse sentimento se apresenta quando cada grupo envolvido em um conflito assume para si uma posição de superioridade moral, cultural ou ideológica, acreditando que sua visão é a única correta e legítima, uma “verdade absoluta”. Nessa lógica, qualquer questionamento ou oposição a essa visão é rejeitado de forma radical, o que intensifica a intolerância e dificulta o diálogo. O ódio, portanto, é alimentado pela recusa de reconhecer a legitimidade do outro.

“O ódio pode conduzir à completa falta de empatia pela pessoa odiada” (Souza; Rebelato, 2015, p. 78). Pois quando alguém odeia, torna-se indiferente ao sofrimento do outro, como

---

<sup>3</sup> STEFFEN, C; WAINBERG, J.A. 2008. Ódio.org.br: rastreamento e caracterização de movimentos de ódio na Internet em português. In: MOSTRA DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO DA PUCRS, 3, Porto Alegre, 2008. Anais... Porto Alegre, PUCRS, p. 1-47.

se esse sofrimento não importasse ou fosse irrelevante. Isso revela uma insensibilidade profunda, em que o outro deixa de ser visto como um ser humano.

Goés (2004) explica ainda que “as razões atribuídas ao ódio nada mais são do que circunstâncias favoráveis, simples ocasiões, raramente ausentes, de liberar a vontade de simplesmente destruir” (p. 28). O ódio não é facilmente controlado ou amenizado apenas por argumentos ou discursos racionais, assim como as justificativas que as pessoas usam para odiar (como ideologias, diferenças culturais ou políticas) são apenas pretextos.

A cartilha produzida pela CONIB (Confederação Israelita do Brasil), conceitua discurso de ódio como:

Manifestações que avaliam negativamente um grupo vulnerável ou um indivíduo enquanto membro de um grupo vulnerável, a fim de estabelecerem que ele é menos digno de direitos, oportunidades ou recursos do que outros grupos ou indivíduos membros de outros grupos, e, consequentemente, legitimar a prática de discriminação ou violência (BRASIL. Confederação Israelita).

Nesse cenário, é possível perceber que o discurso de ódio, embora sempre tenha feito parte das relações humanas, tornou-se mais disfarçado na sociedade contemporânea, “assumindo as formas das mais claras e específicas às mais veladas e obscuras” (Steffen; Wainberg, 2008, p.2), que se expressam por meio de diferentes formas de intolerância, como o racismo, a xenofobia, o antissemitismo, a homofobia, entre outras. Essas manifestações não se limitam a conflitos interpessoais, mas atingem também as relações entre grupos sociais, étnicos e até mesmo entre nações.

Classificada como sendo uma categoria do discurso de ódio, a ONU (Organização das Nações Unidas) define a xenofobia como um conjunto de comportamentos, atitudes e preconceitos que visam excluir, rejeitar ou difamar pessoas com base em suas origens culturais, étnicas ou nacionais.

Steffen e Wainberg (2008) contribuíram com o tema com uma observação importante. Para eles:

A xenofobia se mostra através de uma manifestação de ódio específica, que irá sobrevalorizar a cultura, raça e valores de um determinado grupo social frente aos demais, ao mesmo tempo em que pregará um afastamento ou mesmo argumentou a necessidade de subjugar o outro (p. 34).

À vista disso, “pode dizer-se que este tipo de discriminação se baseia em preconceitos históricos, religiosos, culturais e nacionais, que levam o xenófobo a justificar a segregação entre diferentes grupos étnicos com o fim de não perder a própria identidade” (Lá Garza, 2011, p. 1).

Em outras palavras, trata-se de uma postura que desvaloriza ou discrimina um indivíduo simplesmente por ele pertencer a uma cultura, etnia ou país diferente, enxergando essas características como algo inferior ou ameaçador.

Um exemplo de xenofobia foi o preconceito contra nordestinos no Brasil, que se intensificou ao longo do século XX, especialmente com a migração em massa de pessoas do Nordeste para o Sudeste, em busca de melhores oportunidades, nas décadas de 1960 e 1970. Ao chegarem em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, muitos migrantes nordestinos enfrentaram discriminação e foram estigmatizados por estereótipos que os retratavam como “atrasados”, “ignorantes” ou “preguiçosos” (Bento, 2024, p. 19).

Com a ascensão das redes sociais essa manifestação de ódio cresceu significativamente nos últimos anos, em especial em períodos de grande polarização política. As pesquisas da *Safenet* Brasil apontam um aumento alarmante de 874% nas denúncias de xenofobia na *internet*, em comparação com o ano de 2021. No entanto, é importante ressaltar que as manifestações xenofóbicas não se limitam apenas à *internet* ou aos períodos eleitorais. Por isso, no próximo tópico abordaremos como a xenofobia migrou do espaço físico para o digital, tendo como um dos seus principais alvos, os nordestinos.

## 1.2. Xenofobia no espaço virtual

*Nordestino tem que morrer de  
fome e sede mesmo!! Raça maldita*  
(Usuário do *twitter*, 2022)

As tecnologias da informação, especialmente a *internet* e as redes sociais<sup>4</sup>, transformaram tanto a comunicação social quanto as dinâmicas das relações interpessoais. A forma como as pessoas se comunicam, expressam ideias e compartilham conhecimento já não é mais a mesma de algumas décadas atrás. O principal diferencial dessa tecnologia é sua velocidade e alcance, permitindo que qualquer pessoa, em qualquer lugar, se manifeste no chamado *ciberespaço*.

Essa nova realidade tecnológica possibilita uma troca rica de informações entre indivíduos de diferentes culturas e saberes, o que pode favorecer a criação de uma “inteligência coletiva ou uma sociedade do conhecimento” (Varalli; Santos, 2015, p. 28). Isto é, ideias que apontam para o potencial positivo da *internet* como espaço de aprendizado e colaboração. No

---

<sup>4</sup> “O termo rede social tornou-se sinônimo de tecnologia da informação e comunicação” (Vermelho, Sônia Cristina, et al., 2014, p. 183).

entanto, assim como essa rede permite a circulação do conhecimento, ela também pode reforçar e ampliar aspectos negativos da sociedade, como o ódio e suas diversas formas de manifestação.

A popularização da *internet* provocou transformações significativas na dinâmica das manifestações de ódio, em especial da xenofobia, ao ampliar sua visibilidade e facilitar sua disseminação nos espaços digitais. As redes sociais, por exemplo, se configuram como espaços privilegiados para a propagação de discursos de ódio, dada a amplitude de alcance, o anonimato e a ausência imediata de responsabilização.

Na visão de Steffen e Wainberg (2008), esse fenômeno ocorre porque o acesso generalizado às ferramentas digitais permite que qualquer indivíduo produza e dissemine conteúdos na *internet*. Dessa forma, é possível observar que o ódio se aproveita das facilidades proporcionadas pela *web*, transformando-a em um ambiente fértil para a propagação de xenofobia, intolerância religiosa, homofobia, entre outras formas de discurso de ódio.

Um exemplo significativo de discurso de ódio disseminado por meio das redes sociais foi a xenofobia direcionada aos nordestinos durante as eleições presidenciais de 2014, quando a vitória da ex-presidente Dilma Rousseff foi seguida por manifestações de rejeição e hostilidade que responsabilizavam a população nordestina pelo resultado eleitoral. Esse mesmo cenário se repetiu nas eleições de 2022.

O ambiente das eleições de 2022 só reforçou que, “a banalização do ódio e o ataque a grupos sociais historicamente subalternizados, como os negros, a população LGBTQIAP+, as mulheres e os nordestinos, vêm gerando uma onda de retrocessos sociais e democráticos marcada pela prática da intolerância” (Freitas, 2022, p. 150).

Tais manifestações ultrapassaram os limites do debate político e revelaram discursos profundamente carregados de ódio, propriamente dito. Como exemplifica Souza (2018), em uma das mensagens retirada da rede social *facebook*:

Desejo do fundo do coração que sejam tomados pela desnutrição, que seus bebês nasçam acéfalos, que suas crianças tenham doenças que os médicos cubanos não consigam tratar, que o ebola chegue no Brasil pelo Nordeste e mate a todos! Só outra arca de Noé pra dar jeito (publicação no *facebook* analisada por Souza, 2018, p. 925).

Neste exemplo, observa-se uma clara tentativa de justificar, com base em argumentos que apelam à liberdade de expressão, a violação de direitos humanos fundamentais, por meio de práticas como o discurso de ódio (Risso et al., 2022, p. 139).

Isso demonstra que a ausência de fronteiras, proporcionada pela *internet*, faz com que as pessoas vejam a *web* como um espaço onde podem dizer o que quiserem, sem consequências. Logo, “a *internet*... deu voz ativa a todos na expressão de ‘opinião’,” (Santiago, 2024, p.165).

Essa problemática é agravada pela frequente confusão entre liberdade de expressão e discurso de ódio, já esclarecida nesta pesquisa. Muitas pessoas interpretam o direito à livre manifestação de pensamento como uma permissão irrestrita para veicular preconceitos e ofensas contra grupos vulneráveis.

Esse equívoco sobre os limites do que pode ser dito nas redes sociais contribui para a normalização da xenofobia e de outras formas de discurso de ódio. O caso do *X* (antigo *twitter*), por exemplo, ilustra como a dinâmica das redes sociais pode intensificar a xenofobia, embora a empresa tenha anunciado iniciativas para combater a disseminação dos mesmos.

Em uma reportagem publicada no decorrer do ano de 2022, o portal de notícias *Carta Capital* reuniu uma série de mensagens com conteúdo xenofóbico direcionado aos nordestinos, veiculadas na rede social *twitter*. Entre elas, destacam-se: “É sempre esse Nordeste atrapalhando tudo, cambada de mongoloides”; “Hoje a gente teve a prova de que não podemos generalizar falando que o brasileiro é burro, porque o correto é O NORDESTINO É BURRO”; e ainda, “Nordestino é burro, que morram de sede e fome”.

O que essas mensagens têm em comum? Apesar de terem autorias diferentes, todas foram postadas no mesmo dia e na mesma rede social (*twitter*), evidenciando uma onda coordenada e simultânea de xenofobia.

Durante as eleições presidenciais de 2010, que tiveram como candidatos à presidência Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), destacou-se negativamente o caso de Mayara Petruso, então estudante de Direito que, publicou em sua conta no *twitter* mensagens de teor xenofóbico, incitando o ódio contra nordestinos. Esse episódio foi amplamente discutido por Santos (2020), que o cita como exemplo emblemático da propagação de discursos de ódio nas redes sociais durante períodos eleitorais.

Frequentemente vítimas de xenofobia no espaço físico, os nordestinos passaram a experimentar a ampliação desses ataques no ambiente digital. Esse deslocamento não apenas reproduz as violências já presentes no cotidiano, como também potencializa seu alcance e impacto.

Assim como o ano de 2018, 2022 também foi marcado por um crescimento alarmante nos casos de xenofobia na *internet*, especialmente no contexto das eleições presidenciais. A intensificação de manifestações xenófobas, em especial contra os nordestinos, foi perceptível tanto nas ruas quanto nas redes sociais e ganhou destaque na imprensa nacional, devido à proporção que tomou.

Nota-se que, com a ascensão das plataformas digitais, os discursos de ódio passaram a circular com maior intensidade na *Internet*, não se pode esperar o contrário da “maior, mais

rápida, mais aberta e acessível rede de comunicação já criada pela humanidade” (Steffen; Wainberg, 2008, p. 23).

No entanto, as redes sociais não devem ser compreendidas como instâncias isoladas da realidade social, mas como reflexos diretos e amplificados das dinâmicas já existentes na sociedade. Com isso, Steffen e Wainberg (2008) esclarecem que, esses movimentos não são frutos exclusivos das mídias digitais, tão pouco tiveram na rede sua origem. Segundo eles, a rede não cria o ódio do nada, apenas expõe e potencializa sentimentos, comportamentos e ideologias que já circulam socialmente. Dessa forma, a xenofobia nas plataformas digitais, não é originada exclusivamente nesses espaços.

Assim, a *internet* torna-se uma extensão da realidade, refletindo-a de maneira mais ampla e transparente. Além disso, por estarem à margem dos meios de comunicação tradicionais, diversos grupos e movimentos encontram na *internet* um espaço privilegiado para expressar suas posições, reivindicações e argumentos, configurando-se como um campo fértil tanto para a disseminação de discursos de ódio.

### 1.3. O discurso de ódio e a desinformação como estratégia política

O maior acesso às redes sociais e aos aplicativos de mensagens aumentou significativamente a participação popular nas discussões políticas. As pessoas não apenas acompanham os acontecimentos políticos pela televisão, mas também se envolvem de forma mais ativa e simultânea. Isso resultou em um crescimento da produção de conteúdo com a temática política, no surgimento de mais páginas voltadas para esse tipo de assunto e em um destaque maior para publicações como *tweets* e *hashtags* durante eventos políticos importantes (Bisco; Cruz, 2023).

Segundo Castells (2013), a *internet*, por meio das plataformas digitais desempenham um papel fundamental nos movimentos sociais contemporâneos. Elas são utilizadas como ferramentas eficazes para mobilizar pessoas, organizar ações coletivas e deliberar sobre pautas comuns. No ciberespaço, as redes sociais se tornaram um meio essencial para a articulação e atuação de diferentes grupos engajados em causas políticas, sociais ou culturais.

Aproveitando-se desses recursos, os agentes políticos têm utilizado as tecnologias como um importante instrumento de aproximação com o público, valendo-se das redes sociais para construir uma comunicação direta, personalizada e contínua com os eleitores, sem a necessidade de um ator para a intermediação da informação, como era papel exclusivo da imprensa antes do surgimento da *internet*.

O ambiente de disputa eleitoral criado nas últimas décadas tem favorecido a polarização política no Brasil e com isso, intensificado o discurso de ódio e a desinformação na *internet*. O

pesquisador Scott Mainwaring em entrevista à *BBC News*, explica que desde 2014, o Brasil tem enfrentado um processo intenso de polarização política, que foi agravado pelo uso das mídias sociais. Segundo ele, essas plataformas não apenas intensificam os conflitos políticos, mas também transformam as divergências ideológicas em animosidade e ódio entre as pessoas.

Assim, é perceptível que em momentos de crise e tensões políticas, o ódio se manifesta de forma mais intensa, especialmente quando surge uma ameaça ou um problema cuja resolução parece desafiadora para indivíduos ou grupos<sup>5</sup>. Partindo desse pressuposto, o MDH reconhece que o ódio é constantemente usado para ganhos políticos:

O discurso de ódio é usado para alimentar o medo e a polarização, frequentemente para ganhos políticos e com um custo imenso para as comunidades e as sociedades. Incita a violência, exacerba as tensões e impede os esforços para promover a mediação e o diálogo. É um dos sinais de alerta de genocídio e de outros crimes atrozes (Brasil, 2023, p. 17).

A sociedade contemporânea está cada vez mais envolvida em posições políticas opostas, demonstrando sentimentos negativos e intensos em relação ao outro lado. Essa polarização Política, segundo Funks e Marques (2022) tem se intensificado com o surgimento de uma “nova direita no parlamento, nos meios de comunicação tradicionais e na *internet*” (p. 561).

Na perspectiva dos autores esse fenômeno que,

Culminou nas eleições de 2018, com a quebra da centralidade que o embate político entre PT e PSDB ocupava nas eleições presidenciais desde 1994, contribui para a formação de um padrão de comportamento mais ideológico dos eleitores. Se comparado com eleições anteriores, em 2018, cresceram, no eleitorado, o posicionamento na escala ideológica, a percepção das diferenças partidárias em termos de esquerda e direita e a associação entre ideologia e voto (Funks; Marques, 2022, p. 561).

Para o pesquisador Scott Mainwaring, existe uma combinação perigosa entre o ódio individual e a polarização política, o que torna o cenário ainda mais tenso e conflituoso. É possível perceber que o ódio enquanto política se aproveita das novas estruturas comunicacionais para criar e projetar seus representantes e lideranças que disputam a política institucional (Queiroz, 2023). Assim, o ódio não é apenas consequência da política, mas se torna um instrumento para ganhar apoio, formar identidades políticas e disputar cargos.

Partindo desse pressuposto, o MDH aponta dois principais motivos para o aumento do discurso de ódio em períodos eleitorais: 1- O discurso de ódio é usado como uma estratégia

---

<sup>5</sup> STEFFEN, C; WAINBERG, J.A. 2008. Ódio.org.br: rastreamento e caracterização de movimentos de ódio na *Internet* em português. In: MOSTRA DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO DA PUCRS, 3, Porto Alegre, 2008. Anais... Porto Alegre, PUCRS, p. 10

eficaz para conquistar capital político 2- As redes sociais e plataformas digitais não coíbem de forma eficaz esses discursos, permitindo que grupos que promovem ódio, violência política e extremismo se expressem livremente. Portanto, a combinação entre o uso estratégico do ódio para fins eleitorais e a falta de regulação das plataformas digitais cria um cenário favorável para o crescimento desse tipo de discurso durante campanhas eleitorais.

O discurso de ódio, quando usado no campo político, se torna uma ferramenta de violência, pois, ele é utilizado para atacar e deslegitimar adversários políticos, ao mesmo tempo em que mobiliza e radicaliza apoiadores, podendo levar à realização de atos extremistas e anti-democráticos, como o ataque ao Congresso Nacional que aconteceu em 2023, por exemplo.

Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, especialmente no ano eleitoral de 2022, o ódio foi usado como ferramenta política central. Em vez de se apoiar em propostas ou no debate racional, o então presidente mobilizou emoções negativas para estimular a rejeição a adversários ideológicos e reforçar sua base de apoio. Quanto a isso, Queiroz (2023), explica que “o ódio cimentou a plataforma política do então candidato à reeleição, com discursos e ações que incitaram a violência simbólica e material” (s.p).

Quando esses discursos partem do próprio Estado, por meio de autoridades e instituições oficiais, eles legitimam e naturalizam práticas autoritárias e violentas, deixando de ser apenas uma retórica agressiva e passando a justificar ações concretas que violam direitos humanos e ameaçam a democracia.

A manifestação de ódio no governo Bolsonaro, voltada especialmente contra grupos historicamente marginalizados, ganhou destaque por meio de falas públicas carregadas de discriminação. Os nordestinos, por exemplo, foram frequentemente alvos de expressões estereotipadas como “analfabetos”, “aratacas”, “cabeçudos”, “paus de arara” e “paraíbas”.

Essa política de ódio, segundo Queiroz (2023) “recriou inimigos e se valeu do ideário colonial, ainda vigente no imaginário social, que aponta seus canhões contra a diversidade, os grupos historicamente excluídos e os movimentos sociais” (s.p).

Como já apontado no capítulo anterior, as manifestações de ódio se intensificaram nos períodos eleitorais de 2018, 2020 e 2022, evidência que é confirmada pelos dados da *Safernet* Brasil, os quais apontam um crescimento expressivo nas denúncias xenofobia, racismo e misoginia. Esses dados corroboram a percepção de Souza (2018) de que os discursos de ódio se intensificam progressivamente a cada novo período eleitoral.

Nesse novo regime discursivo, a política não opera apenas no campo das ideias, mas se ancora na produção de inimigos, na mobilização de ressentimentos históricos e na reatualização de hierarquias sociais preexistentes. O que se estabelece é um campo de disputa no qual certos

corpos, territórios e sotaques são reiteradamente alvos de ataques, funcionando como superfície de projeção de frustrações e pulsões coletivas.

A política do ódio, nesse sentido, emerge em um momento “de relações de poder desiguais, profundas e perversas com as quais convivemos há muito tempo e nos constituem historicamente”, como afirma o antropólogo Roberto Éfrem<sup>6</sup>.

A preocupação se intensifica quando o discurso de ódio se alia ao fenômeno da desinformação no calor das disputas eleitorais, configurando uma ameaça real à integridade do processo democrático. Em meio às crises políticas, econômicas e sanitárias a desinformação se investe do discurso de ódio que convoca afetos negativos, acionando o racismo, a xenofobia, a homofobia, a transfobia, o machismo e a misoginia e tem provocado violência, física, verbal, digital dentre outras.

Isso acontece, porque:

As tecnologias do ódio operam com força pelas mídias digitais, ligando o ódio à desinformação, a intencionalidade da criação de notícias fraudulentas e enganosas (popularmente denominadas de *fake news*) para obtenção de vantagens econômicas e políticas, podendo ser constatada uma instrumentalização específica do ódio como modelo de negócio e monetização (Brasil, 2023, p. 25).

Delmazo e Valente (2018), pontuam que as narrativas desinformacionais com forte apelo emocional tem se intensificado nos últimos anos, sobretudo em contextos político-eleitorais, como consequência de uma sociedade mais informatizada e conectada. Enquanto nos regimes totalitários a mentira era praticada de maneira explícita, nas sociedades contemporâneas ela se manifesta de forma mais sofisticada, impulsionada pelas tecnologias digitais.

Um exemplo claro dessa dinâmica é a estratégia adotada pelo governo russo, que, ao longo dos últimos anos, tem transformado a *internet*, especialmente a *Runet*<sup>7</sup>, em um instrumento estatal de propaganda e desinformação. De forma semelhante ao que ocorreu em processos políticos de países como os Estados Unidos e o Brasil. As ações de desinformação promovidas pelo governo russo mostraram-se eficazes, contribuindo para ampliar o apoio popular a Putin e às iniciativas do regime (Rêgo, 2021):

Por lá, há um incentivo governamental para que os jovens abram seus perfis e atuem em defesa do governo, mas, por outro lado, também existe um grande número de *trolls* em ação, conhecidos como fábrica de mentiras que usam a sátira para sensibilizar a sociedade. O atual governante começou com essa prática, sensibilizando a sociedade

<sup>6</sup> Entrevista concedida por Roberto Éfrem à jornalista Nataly Queiroz. Disponível em: <https://diplomati-que.org.br/a-politica-do-odio-e-a-resistencia-do-povo-nas-ruas-e-nas-redes/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

<sup>7</sup> *Runet* um “[...] instrumento estatal de propaganda e contrapropaganda, dirigido tanto a russos como a usuários estrangeiros” (Rêgo; Barbosa, 2020, p. 181).

e, ao mesmo tempo, disseminando desinformação. Os *trolls* têm muito esse *link* de ser uma sátira desinformativa (p. 224).

De forma análoga, a eleição presidencial de 2016 nos Estados Unidos, que resultou na vitória de Donald Trump, marcou um ponto de inflexão no uso das redes sociais como instrumento de desinformação como estratégia política e foi considerada um “alarmante colapso do poder da verdade como motor de conduta eleitoral” (D’Ancona, 2018, p. 22).

Nesse contexto, plataformas como o *facebook* e *twitter* foram amplamente utilizadas para a veiculação de desinformação. O *facebook* reconheceu que aproximadamente 126 milhões de seus usuários foram expostos a publicações da *Internet Research Agency* (IRA), uma organização russa vinculada ao *Kremlin*, especializada na produção e difusão de desinformação.

Teixeira (2018), aponta que a IRA utilizou as redes sociais para dividir os eleitores norte-americanos, a fim de favorecer o candidato Donald Trump em relação a sua oponente, Hillary Clinton. No mesmo período, o *twitter* identificou 3.814 contas dedicadas a atividades semelhantes, “divulgar notícias falsas” (Teixeira, 2018, p.26). Ainda sobre as pesquisas de Teixeira (2018), ela aponta que o atual presidente americano mentiu 3001 vezes em 466 dias de governo, em 2017, “uma média de 6,5 mentiras por dia” (p. 23).

Porém, mentir na política não é um fenômeno restrito à atualidade, as inverdades nesse campo podem ser rastreadas desde a Grécia Antiga, quando já eram utilizadas como instrumentos de poder e dominação. No entanto, a diferença entre a mentira na Antiguidade e na modernidade está no modo como ela passou a ser combatida.

Com a transformação da política em um campo centrado em figuras e não mais em ideias, a discussão pública deixou de ser um meio eficaz de confronto das inverdades<sup>8</sup>. Desse modo, a mentira passou a circular com maior intensidade, sem encontrar os mesmos mecanismos de contestação presentes em períodos anteriores.

No contexto político atual, observa-se um processo de institucionalização da mentira, que passa a configurar-se como um problema complexo, potencializado pelas novas tecnologias e pelas dinâmicas comunicacionais das plataformas digitais. Destaca-se que a mentira está no centro da desinformação, seja ela fruto de um erro, seja uma mentira intencional, criada para manipular (Schneider, 2022).

Em contrapartida, a eficácia da mentira política depende de sua verossimilhança, ou seja, para que uma desinformação seja aceita e difundida socialmente, ela precisa se apoiar em

---

<sup>8</sup> Como explica o professor de ética e política da USP, Milton Nascimento, em entrevista ao portal de notícias UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/deutsche-welle/2018/10/26/como-a-mentira-na-politica-evoluuiu-ate-chegar-as-redes-sociais.htm>. Acesso em: 15 jun. 2025.

elementos já existentes no imaginário coletivo, nas crenças e nas tensões sociais e políticas de um determinado contexto histórico.

Sob essa perspectiva, o professor de filosofia da UFPR, Macedo Duarte explica<sup>9</sup> que,

A produção da mentira exige certa plausibilidade. Por exemplo, o antissemitismo não foi inventado pelo nazismo, ele já estava na Europa. Tinha apenas uma característica diferente na Alemanha, mas existia também em outros países. O antipetismo também não foi criado nesta eleição, já havia um passado de insatisfação com o partido que governou o país nos últimos anos devido aos escândalos da Lava Jato e a economia ruim.

O ecossistema de desinformação, disseminado na disputa de Trump e Hillary, não impactou apenas a população estadunidense, mas também teve reflexos no Brasil, especialmente durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018.

Esse período foi atravessado por um cenário político polarizado, em que a disputa dos candidatos evidenciou o impacto da desinformação na construção das narrativas eleitorais. Durante esse período, o uso de redes sociais como *facebook*, *twitter* e grupos de *whatsapp*, desempenharam um papel central na disseminação de informações falsas.

Desinformações como o suposto “*kit gay*”, a alegação infundada da distribuição de uma “mamadeira em formato de pênis” em creches públicas e a suposta fraude nas urnas, ganharam grande evidência no cenário político-eleitoral brasileiro.

Santos (2024), aponta que durante a campanha de Jair Bolsonaro narrativas misóginas, xenofóbicas e homofóbicas eram difundidas em sua grande maioria por robôs e consumidas nas principais redes sociais e em aplicativos de mensagens com objetivo de estruturar a opinião dos eleitores, incitar o ódio e induzir o voto de todas as pessoas revoltadas e enfurecidas.

Esses conteúdos, amplamente compartilhados nas redes sociais e aplicativos de mensagens, foram estrategicamente utilizados para orientar o comportamento dos eleitores. Com apelo emocional e caráter sensacionalista, tais narrativas serviram para alimentar discursos de pânico moral, criando falsas ameaças que colocavam em risco valores considerados tradicionais, como a família e a infância.

Durante esse período, o foco principal não foi apresentar as promessas de ações futuras ou informações institucionais, mas combater a desinformação, que circulava de maneira intensa nas redes sociais, a fim de impedir que as informações falsas viessem a impactar diretamente no resultado das eleições.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/deutschewelle/2018/10/26/como-a-mentira-na-politica-evoluiu-ate-chegar-as-redes-sociais.htm>. Acesso em: 15 jun. 2025.

O próprio Governo Federal admitiu que a desinformação pode afetar severamente a democracia<sup>10</sup>. De acordo com a Ascom do órgão, ela tem o potencial de interferir diretamente nos resultados eleitorais, pois comprometem a liberdade de expressão, princípio fundamental em uma democracia.

O órgão alerta que, se um eleitor receber informações falsas perto da data da eleição, por exemplo, dizendo que seu candidato cometeu um crime ou foi impedido de se eleger, ele provavelmente mudará seu voto. E, depois que a eleição ocorrer, os efeitos dessa manipulação não poderão mais ser corrigidos.

Além da disseminação de desinformação, o ano de 2018 também foi marcado por manifestações de discurso de ódio, com destaque para narrativas racistas e xenófobas, já presentes de forma tímida nas redes sociais desde 2010, como observa Santos (2020).

Ademais, a desinformação em contextos políticos só alcança tamanha amplitude devido à lógica da monetização presente nas plataformas digitais, que favorece conteúdos de alto engajamento, mesmo que sejam enganosos ou disseminem discriminações. Pesquisas do MDH indicam que a desmonetização do ódio contribui para enfraquecer o ecossistema da desinformação.

Diante do exposto, é notável o impacto que a desinformação tem causado à sociedade em períodos eleitorais, ao intensificar o ódio, reduzir o diálogo democrático e distorcer a opinião pública por meio de algoritmos e campanhas direcionadas. Assim, o próximo capítulo dedica-se a apresentar os conceitos de desinformação, traçar um panorama de sua ascensão no contexto contemporâneo e explicar o amplo poder de disseminação que esse fenômeno adquire nas redes sociais.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contrafake/noticias/2024/09/as-ameacas-da-desinformacao-eleitoral-na-era-da-201cdromocracia201d>. Acesso em: 28 jun. 2025.

## 2. DESINFORMAÇÃO COMO FENÔMENO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

*A desinformação atua na manutenção de preconceitos e na reprodução de entendimentos equivocados, razão pela qual deve ser combatida*  
(Santiago. 2024, p. 17).

Embora existam narrativas que associem a desinformação a práticas antigas, neste trabalho ela será compreendida como um fenômeno social recente, em razão da proporção e do alcance que passou a assumir com o advento das redes sociais. Isso porque, no atual cenário digital, a circulação de desinformação se intensificou significativamente, encontrando nas mídias sociais um terreno fértil para sua rápida disseminação.

Como explica Rêgo (2021), “a desinformação ganha corpo e velocidade por meio da rede mundial de computadores e das mídias sociais” (p. 223), que atuam como catalisadores na propagação desse conteúdo. Embora possamos identificar práticas de manipulação da informação ao longo da história, essas ocorrências estavam restritas a contextos comunicacionais específicos da época, além da menor capacidade de disseminação e velocidade.

Então, quando falamos em desinformação na contemporaneidade, tratamos de um processo amplificado por tecnologias digitais, que operam em larga escala, de forma automatizada e com potencial de viralização, caracterizando-se como uma construção intencional de desinformação, conforme aponta Rêgo (2021).

Diante da rapidez com que a desinformação tem se espalhado na atualidade e das sérias implicações que ela pode gerar, muitas vezes de forma irreversível, torna-se fundamental para este trabalho apresentar conceitos e definições que possibilitem uma melhor compreensão desse fenômeno social, chamado desinformação. Também se faz importante estabelecer a diferenciação entre os termos “*fake News*” e “desinformação”, que, embora estejam relacionados, não devem ser vistas como sinônimos.

No decorrer deste capítulo, também nos dedicamos a demonstrar de que maneira a desinformação tem se articulado com o discurso de ódio nas plataformas digitais, formando um ambiente propício à circulação de conteúdos que não apenas comprometem a integridade dos fatos, mas operam como instrumentos de manipulação, orientados à construção de inimigos sociais e à legitimação de violências, bem como os desafios que esse fenômeno impõe ao jornalismo contemporâneo.

Portanto, é essencial que haja mecanismos e políticas eficazes que promovam o uso consciente e responsável dessas redes sociais, garantindo que os direitos fundamentais não sejam comprometidos pela proliferação de desinformação e discurso de ódio.

## 2.1. Desinformação: conceitos e definições à luz da comunicação

A desinformação se tornou um fenômeno relevante e amplamente discutido a partir do final do século XX e início do século XXI, especialmente devido à sua rápida disseminação nas redes sociais digitais. A crescente preocupação com a desinformação está relacionada ao contexto atual marcado pela valorização de opiniões pessoais em detrimento de fatos comprovados. Além disso, a ciência tem sido constantemente colocada em xeque, tendo sua credibilidade desafiada por narrativas desinformacionais.

Diante desse contexto, percepções individuais e crenças infundadas ganham força e influência, mesmo sem qualquer respaldo. Esse fenômeno tem se intensificado com a expansão das redes sociais digitais, que ampliam o alcance e a velocidade de circulação de conteúdos enganosos, contribuindo para distorções no debate público e gerando impactos sociais significativos. Sob tal perspectiva, Guena et al. (2022), explica que as plataformas digitais tem atuado como uma das principais propagadoras de desinformação, discurso de ódio e opressão algorítmica.

Esse cenário se intensifica ainda mais quando consideramos, como explica Rêgo (2021), que a desinformação não é apenas um conceito, mas um fenômeno social que se estrutura em interação direta com o próprio processo comunicacional. Para a pesquisadora, a desinformação apresenta-se como o outro lado da informação, uma construção que se disfarça de conteúdo informativo e, por isso, é aceita e incorporada pela sociedade.

Trata-se de um fenômeno complexo, com múltiplas dimensões, que opera de forma silenciosa e difícil de ser desvelada, justamente porque se vale dos mesmos mecanismos de circulação e recepção da informação legítima (Rêgo, 2021). A desinformação se dissemina com facilidade, sendo amplificada pelas dinâmicas digitais que favorecem a velocidade, o alcance e a aceitação desses conteúdos no espaço público.

Quem também compartilha da mesma concepção de Rêgo é Schneider (2022). Para ele,

O universo da desinformação, em suma, é constituído por um amplo conjunto de informações, inclusive audiovisuais, quase sempre falsas, mas misturadas com elementos verdadeiros ou verossímeis em sua composição, elementos aparentemente racionais, supostamente fundamentados em evidências aparentemente reais (Schneider, 2022, p. 78).

Schneider (2022) afirma ainda que a mentira é a essência da desinformação e, ao mesmo tempo, a via mais certa para chegar à verdade. Significa que a desinformação é algo que se alimenta da mentira, mas ao ser desvendada, também pode ajudar-nos a compreender a verdade, pois segundo o autor a mentira tem “pernas curtas”.

Historicamente o conceito de desinformação nasce, segundo Brisola e Bezerra (2018), “ligado a projetos militares de contrainformação e espionagem, mas extrapola para os meios de comunicação e para aparelhos privados e estatais” (p. 3319). Os autores explicam ainda que dentro da doutrina informacional dos militares diversos termos ligados ao campo da desinformação frequentemente eram usados de maneira parecida.

Em contrapartida, Wardle e Derakhshan (2017) propõem três definições para examinar o que eles chamam de poluição da informação: informação incorreta (*Mis-Information*), desinformação (*Dis-Information*) e má informação (*Mal-Information*). Essa classificação permite uma análise mais precisa das dinâmicas e impactos da desinformação no ambiente digital contemporâneo.

De modo geral, a *Mis-Information* ocorre quando informações falsas são compartilhadas, mas sem intenção de causar danos. Já a *Dis-Information* acontece quando informações falsas são compartilhadas intencionalmente para causar danos e a *Mal-Information* refere-se à divulgação de informações verdadeiras, mas descontextualizadas ou tornadas públicas com o objetivo de prejudicar alguém ou algum grupo<sup>11</sup>. Os diferentes tipos de desinformação podem transitar entre essas três categorias, conforme a intenção, o contexto de circulação e a forma como são recebidas pelos públicos.

Na literatura especializada em língua inglesa, também se observa uma distinção conceitual relevante entre dois tipos de desinformação: *Dis-Information*, que se refere à disseminação intencional de informações falsas com o objetivo de enganar, e *Mis-Information*, que diz respeito à propagação não intencional de informações incorretas (Schneider, 2022).

Por sua vez, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a desinformação como uma das principais ameaças à saúde global, sobretudo em contextos de crise sanitária, como evidenciado durante a pandemia de Covid-19.

Belluzzo (2005), argumenta que a desinformação afeta a base que nos torna humanos, o raciocínio. Para ele a desinformação é vista como uma das principais causas de problemas sociais, ela interfere na nossa capacidade de analisar, refletir e distinguir o que é verdadeiro do que é falso.

---

<sup>11</sup> Wardle e Derakhshan (2017).

Também partilhando da ideia de que a desinformação é fruto da informação, Volkoff (2004) explica que, “a informação nunca tem 100% de verdade”, (p. 9). Ou seja, os erros na transmissão de informação podem surgir de forma involuntária, devido a falhas no processo comunicativo entre quem produz, transmite e recebe a informação.

No entanto, a desinformação segundo o autor não acontece apenas sem a intenção de enganar, ela é um processo estratégico, intencional que pode ser tratada de várias formas:

[...] não difundindo uma informação, ou difundindo uma informação incompleta, tendenciosa ou simplesmente falsa, ou saturando a atenção do público através de uma sobre informação que faz perder o sentido do que é e não é importante, ou através de comentários orientados (Volkoff, 2004, p. 104).

Dessa forma, Volkoff (2004) evidencia três elementos principais que envolvem a desinformação: a manipulação da opinião pública, processos ocultos e fins políticos. Logo, a desinformação não se trata apenas da divulgação uma notícia falsa, mas sim de criar todo um ambiente, um contexto, cuidadosamente planejado, para gerar confusão, e atingir interesses específicos, geralmente políticos, econômicos ou ideológicos.

Portanto, a desinformação é vista como complexo de ações que constroem um cenário intencionalmente determinado e não apenas uma ação simples (Brisola e Bezerra, 2018). Ela “envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde” (Brisola; Bezerra, 2018. p. 3319).

Rêgo (2021) também dialoga com Brisola e Bezerra (2018), ao afirmar que o fenômeno da desinformação é complexo e não se limita apenas à produção deliberada de informações falsas por agentes mal-intencionados. Ela salienta que, além desses produtores intencionais, há também pessoas comuns, que mesmo sem a intenção de enganar, compartilham desinformações, por meio de suas redes sociais.

Delimitando o conceito, Fallis (2015) pontua três principais características da desinformação: é um tipo de informação, é enganosa e é intencional. Para o autor, o perigo da desinformação está justamente em seu poder de convencimento, pois ela parece verídica, mas conduz o público a equívocos. A desinformação configura-se em um “engano intencional, informação imprecisa que pode enganar as pessoas” (Fallis, 2015, p. 402).

Brisola e Bezerra (2021), não encaram a desinformação como problema recente, embora, segundo eles, ela tenha tomado proporções inéditas com o avanço da rede mundial de computadores e dos *smartphones*.

Pesquisas realizadas por instituições como a Agência Lupa e o Monitor do Debate Político no Meio Digital revelaram que um grande volume de desinformação é compartilhado, muitas vezes de forma orgânica, em plataformas digitais e grupos fechados de *WhatsApp*, dificultando a checagem e a contestação de informações falsas. As redes sociais e *Apps* de mensagens permitem que a desinformação seja compartilhada em tempo real, muitas vezes alcançando milhares ou milhões de visualizações.

O fato é que a desinformação tem causado diversos prejuízos à sociedade, principalmente em períodos de grande polarização política e crises sanitárias, pois enfraquece a confiança nas instituições, compromete o debate público, alimenta discursos de ódio e coloca em risco a saúde e a segurança da população ao disseminar conteúdos falsos que induz comportamentos individuais e coletivos. Uma vez que “a sociedade se tornou mais polarizada e descrente a partir desse fenômeno, sobretudo no recorte político” (Menezes, 2021, s.p).

Por isso, no capítulo seguinte evidenciei quatro fases em que a desinformação ganhou destaque no Brasil e no mundo, ao alcançar proporções avassaladoras ao se aliar a fenômenos sociais, bem como à mídia tradicional e às redes digitais, criando um ambiente de circulação de informações, agravando tensões sociais já existentes.

## 2.2. Panorama da desinformação

A desinformação vem sendo desvelada com mais intensidade ao longo da última década, sobretudo, de 2016 para cá. É possível identificar, a partir de marcos históricos e contextuais, quatro grandes fases que delimitam diferentes momentos nos estudos da desinformação, cada uma marcada por eventos significativos.

Todavia, é importante mencionar que nos últimos anos do século XX e início do século XXI, a *Internet* russa, conhecida como *Runet*, consolidou-se como um importante espaço de comunicação entre os países de língua russa. Inicialmente percebida como uma ferramenta de inserção da sociedade russa na cultura global, essa rede passou, ao longo do tempo, a ser alvo de intensos investimentos por parte do governo de Vladimir Putin, que implementou diversas estratégias de controle e intervenção no ambiente digital<sup>12</sup>.

Conforme aponta Rêgo e Barbosa (2020), uma série de projetos de lei e medidas governamentais alterou a dinâmica da *Runet*, modificando não apenas a forma como os cidadãos russos se comunicam na rede, mas também as interações sociais e as manifestações de

---

<sup>12</sup> (Rêgo; Barbosa, 2020).

afetividade no espaço digital. O que antes era visto como um espaço aberto de comunicação passou gradualmente a se configurar como um ambiente mais fechado e controlado.

Nesse processo, o governo russo passou a desenvolver estratégias sistemáticas de intervenção informacional que se tornaram referência para práticas contemporâneas de desinformação. Um exemplo emblemático é o caso dos chamados “*Olgino Trolls*”, revelado em 2013 por jornalistas do jornal Novaya Gazeta, que denunciaram a existência de uma “fábrica de *trolls*” responsável por contratar operadores para atuar na *internet* disseminando narrativas favoráveis ao governo e desacreditando opositores (Rêgo; Barbosa, 2020).

Além dessas estruturas organizadas, também foram utilizados *bots* e outras ferramentas automatizadas para amplificar conteúdos provocativos e frequentemente baseados em informações falsas, gerando dúvidas, polarização e conflitos no ambiente digital. Tais estratégias, posteriormente identificadas em processos políticos internacionais, como o referendo do *Brexit* e eleições em outros países, demonstram como o modelo desenvolvido sob a influência do governo de Putin se tornou um marco importante na consolidação do uso sistemático da desinformação como instrumento de disputa política no cenário digital contemporâneo.

Para melhor compreender a complexidade da desinformação na contemporaneidade, optei por dividi-la em quatro fases distintas, com base em eventos históricos e sociais que impulsionaram sua disseminação e visibilidade pública. Essa periodização não apenas facilita a análise do fenômeno, mas também permite contextualizar os diferentes modos pelos quais a desinformação se manifesta, circula e afeta a esfera pública em cada momento.

As fases propostas contemplam episódios-chave que evidenciam o entrelaçamento da desinformação com a política, a mídia tradicional, a sociedade, as redes sociais e as tecnologias emergentes, contribuindo para um panorama mais amplo e crítico do fenômeno.

A primeira fase da desinformação ganhou evidência mundialmente em 2016, quando Donald Trump venceu as eleições dos Estados Unidos. Nesse momento, o debate se concentra na instrumentalização das redes sociais, para controlar o debate público, por meio da disseminação massiva de notícias falsas, fabricadas deliberadamente para enganar. Outro marco importante para o fenômeno como aponta D’ancona (2018) foi o “*Brexit*”<sup>13</sup>.

Esse episódio revelou não apenas o impacto político da desinformação, mas também sua estrutura econômica. Como destaca Wardle e Derakhshan (2017):

*Sites de 'notícias falsas' lucram com publicidade. Embora o google e o facebook tenham tomado medidas para impedir que esses sites recebam dinheiro por meio de suas*

<sup>13</sup> *Brexit* foi o processo de saída do Reino Unido da União Europeia.

redes de anúncios, ainda existem muitas outras redes por meio das quais os proprietários de sites podem lucrar (online).

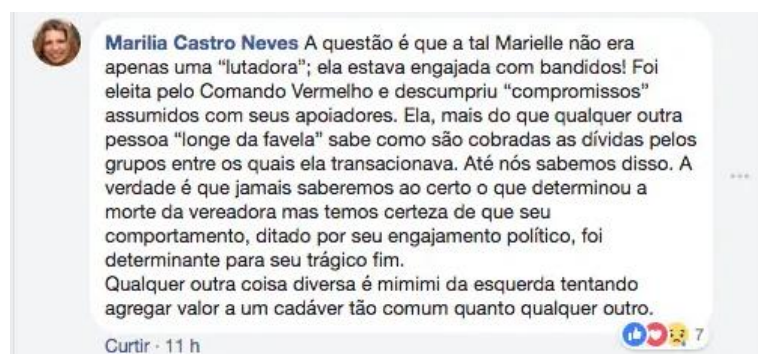
No Brasil, esse mesmo fenômeno se manifestou com força nas eleições de 2018, ainda marcando a primeira fase dos estudos da desinformação. A vitória de Jair Bolsonaro, sustentada em parte por uma intensa campanha digital, comprovou a dimensão política do fenômeno, especialmente o uso de redes como o *WhatsApp* para propagar informações falsas, discursos de ódio e teorias conspiratórias. Na concepção de Jardelino et al., “desde as eleições presidenciais de 2014 a influência das mídias sociais se mostrou um fator predominante no ambiente político” (2020, p. 2).

Um acontecimento marcante que caracteriza a segunda fase dos estudos da desinformação foi a disseminação de conteúdo falso envolvendo a vereadora Marielle Franco, brutalmente assassinada em 2018. A morte de Marielle foi seguida por uma campanha de desinformação articulada que buscava contestar sua trajetória e influenciar a esfera pública (Recuero; Gruzd, 2019).

Um exemplo emblemático de desinformação com forte impacto social, que merece destaque, ocorreu logo após o assassinato da vereadora Marielle Franco. A magistrada Marília Castro Neves divulgou, por meio das redes sociais (*facebook*), informações deliberadamente falsas sobre a trajetória e a reputação da parlamentar. A juíza insinuou que Marielle teria vínculos com o crime organizado, alegando que fora eleita com o apoio do Comando Vermelho e que teria sido assassinada por descumprir “compromissos” assumidos com seus supostos apoiadores.

A publicação também afirmava que “seu comportamento, ditado pelo seu engajamento político, foi determinante para seu fim trágico”, concluindo com a declaração de que qualquer reação contrária seria mero “mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro”.

**Figura 1 – Comentário publicado no *facebook* pela magistrada Marília Castro**



Fonte: Veja Brasil

Esse episódio ilustra como a *internet* transformou os modos de produção, circulação e consumo da informação, contribuindo para o cenário atual de desinformação. A ascensão e a consolidação da Web 2.0, aliadas ao avanço das tecnologias de edição e publicação, tornaram a produção e a distribuição de conteúdo cada vez mais acessíveis, possibilitando que qualquer pessoa produza e dissemine informações na *internet* (Wardle; Derakhshan, 2017).

A terceira fase, situada entre 2020 e 2022, é marcada pela pandemia da Covid-19. A desinformação assume contornos ainda mais graves, com ataques diretos à ciência, negacionismo vacinal, rejeição ao uso de máscaras e até a difusão de supostos “tratamentos precoces” comprovadamente ineficazes. O termo “infodemia”, cunhado pela OMS, passa a descrever o volume avassalador de desinformação sobre a pandemia, que circulava com rapidez e amplitude inéditas.

O aumento no fluxo de acesso à *internet*, ocasionado pela pandemia fez com que “[...] as tecnologias digitais se tornassem essenciais para o funcionamento da economia, da política e da sociedade, especialmente para as atividades financeiras, educacionais, sociais, de saúde, de entretenimento, de produção e de comercialização” (Guená et al., 2022, p. 249-250).

Nesse período, o impacto da desinformação se tornou ainda mais evidente, afinal ela comprometeu não apenas processos democráticos, mas vidas humanas. O cenário brasileiro, mais uma vez, é exemplar, com autoridades públicas promovendo desinformação, ampliando a confusão social e dificultando a resposta coordenada à crise sanitária.

Com o crescimento e a circulação das teorias da conspiração, durante a pandemia, a confiança na ciência e em fontes tradicionais de autoridade (especialistas e instituições científicas) tornou-se alvo de crescente descrédito. Esses discursos alternativos, passam a competir com o saber científico.

Isso transformou o cenário informacional em um campo de disputa, onde diferentes versões dos fatos, nem sempre verdadeiras, circularam como se fossem equivalentes e onde a verdade se tornou relativa. Em vez de aceitar evidências científicas, as pessoas passam a se orientar por “outros saberes”. Essa é uma tendência psicológica que, conforme analisa Schneider (2022), leva os indivíduos a crer apenas naquilo que confirma suas crenças e saberes e a rejeitar tudo o que as contraria.

Por fim, a quarta e mais recente fase dos estudos sobre desinformação emerge em 2022, impulsionada pela implementação de tecnologias de inteligência artificial (IA) e ferramentas como o *deepfake*. Para Teixeira (2018), “as *deepfakes* são versões computadorizadas de vídeos com a adulteração de áudio e/ou imagem” (p. 31).

A popularização de sistemas capazes de gerar conteúdos sintéticos altamente realistas, sejam vídeos, áudios e imagens, inaugura um novo capítulo no ecossistema da desinformação. Agora, não apenas textos ou montagens gráficas são manipulados, mas também a própria imagem e voz das pessoas públicas e privadas podem ser falsificadas com alto grau de verossimilhança, o que compromete ainda mais a capacidade de distinguir o verdadeiro do falso. Este avanço tecnológico inaugura um período de sofisticação das estratégias de manipulação informacional, tornando ainda mais difícil o combate à desinformação e desafiando as instituições jornalísticas, jurídicas e educacionais.

Diante desse percurso histórico, é possível perceber que o fenômeno da desinformação não é estático, mas se adapta e se complexifica de acordo com os contextos sociotécnicos. Paradoxalmente, vivemos em uma sociedade hiperconectada, na qual a informação nunca esteve tão disponível. No entanto, é justamente nesse cenário de abundância informacional que a desinformação se alastra com maior velocidade e alcance.

Cabe destacar ainda que o fenômeno da desinformação é dinâmico, multifacetado e profundamente enraizado nas transformações comunicacionais da contemporaneidade. Ainda que a divisão em quatro fases contribua para sistematizar e compreender momentos específicos em que os estudos sobre desinformação ganharam maior visibilidade, é importante destacar que essa categorização não esgota a complexidade do tema.

A desinformação não se restringe a marcos temporais ou eventos isolados, ao contrário, ela se reinventa continuamente, acompanhando o avanço das tecnologias, as reconfigurações sociais e o comportamento dos usuários nas redes sociais digitais. Essa sistematização, portanto, serve como um ponto de partida para refletir sobre os impactos concretos da desinformação na vida social, especialmente diante da ascensão da rede mundial de computadores e da centralidade que os ambientes digitais assumiram na produção, circulação e consumo da informação.

### 2.3. Desinformação e *fake news*: sinônimo ou antônimo?

Constantemente, observa-se uma confusão conceitual entre os termos *fake news* e desinformação. Embora ambos estejam associados à propagação de conteúdos falsos ou enganosos, é importante destacar que esses conceitos são abordados sob perspectivas distintas. No que se refere às *fake news* ou popularmente conhecida como “notícias falsas” verifica-se o mesmo emblema quanto à sua origem e ascensão: autores como McIntyre (2018) apontam que, já no contexto da prensa de Gutenberg, no século XV, havia circulação de conteúdos falsos com o objetivo de manipular a opinião pública.

No entanto, o dicionário *Merriam-Webster* afirma que o termo *fake news* é uma expressão recente, embora não negue que, muito antes de sua popularização, as notícias falsas já fossem um fenômeno recorrente. Claro que o evento das *fake news* não é novo, mas se transformou profundamente com o surgimento das redes sociais. Antes dos anos 1990, a produção e disseminação de notícias falsas era responsabilidade quase exclusiva dos veículos de comunicação de massa tradicionais. Porém, com a chegada das redes sociais e aplicativos de mensagens, seu alcance, forma e velocidade de propagação se intensificaram, tornando-as muito diferente daquelas que circulavam anteriormente (Teixeira, 2018).

Ainda sobre o tema, Teixeira (2018) destaca que,

A comunicação por meio de suportes digitais mudou, e muito, a operação das *fake news*. Aliás, podemos afirmar que as *fakes news* que hoje se espalham por redes sociais e aplicativos de troca de mensagens pouco se parecem com aquelas que circulavam (e, definitivamente, ainda circulam) nos jornais, nas revistas, no rádio, na TV [...] (p. 46).

Em termos conceituais, Teixeira (2018), esclarece que *fake news* podem ser compreendidas como conteúdos falsos, boatos ou informações fraudulentas que circulam de forma intensa e descentralizada na *internet*, sem origem clara, e que disputam espaço com a verdade, muitas vezes se impondo como se fossem verdadeiras. Pisa e Quessada (2024) também afirmam que uma das características das *fake news* é a dificuldade de encontrar o autor, como acontece com os boatos.

Por sua vez, Allcott e Gentzkow (2017) esclarecem que as *fake news* são caracterizadas pela intencionalidade da mentira, além de combinadas com o formato jornalístico, o que pode facilmente levar os leitores ao erro. Partilhando da mesma definição, Brisola e Bezerra (2018) explicam que as *fake news* “são notícias fabricadas, com características jornalísticas, mas antecipadamente pensadas para a manipulação e descoladas da verdade” (p. 9).

Podemos dizer que o termo *fake news* é ambíguo e pode assumir múltiplos significados, dependendo do contexto em que é utilizado. No entanto, nem toda informação rotulada como *fake news* se refere necessariamente a uma mentira deliberada, o termo pode abranger conteúdos muito distintos, como: informações imprecisas ou distorcidas, manchetes sensacionalistas, peças humorísticas ou charges, discursos de ódio, conteúdos propagandísticos (Soprana; Valera, 2018).

À luz desses conceitos, Zimdars (2020) propõe quatro categorias para classificar as *fake news*: *sites* falsos compartilhados em redes sociais; *sites* com informações enganosas ou não

confiáveis; títulos e descrições que induzem ao clique; e, por fim, *sites* de sátira que, embora críticos, podem ser confundidos com notícias reais.

Em linhas gerais, o termo *fake news* tem forte apelo midiático e popular, além de ser utilizado, no campo político, “para deliberar todo tipo de processo de desinformação” (Piza; Quessada, 2024, p. 122). A expressão foi rapidamente ressignificada por líderes políticos como uma forma de deslegitimar o jornalismo tradicional. O ataque à imprensa foi utilizado como estratégia central de comunicação política nas campanhas de Donald Trump e Jair Bolsonaro.

Os candidatos à presidência usavam o termo para “dar rótulo de *fake news* aos fatos veiculados pela mídia tradicional” (Santos, 2024, p. 44), esvaziando seu significado e transformando-o em ferramenta de ataque contra o jornalismo profissional.

Em virtude do esgotamento do termo *fake news*, além de seu uso deturpado por políticos para desacreditar a imprensa, Wardle e Derakhshan (2017) propõem o conceito de desinformação, mais adequado para descrever a complexidade dos fenômenos relacionados à poluição da informação nos ambientes digitais.

Dessa forma, a desinformação é compreendida na visão de Brizola e Bezerra (2018), como um “fenômeno mais completo e com diversas facetas e artifícios” (p. 3320), tendo como uma de suas características “a utilização da bandeira da opinião pública pelos meios de comunicação, para propagar a opinião que lhes convém, incluindo em suas informações noções de generalização popular” (p. 3320).

Diferente das *fake news*, a desinformação é analisada de maneira mais ampla e complexa no campo acadêmico, envolvendo dimensões políticas, sociais e tecnológicas (Brizola; Bezerra, 2018). É por essa razão que o significado de *fake news* não se assemelha ao de desinformação, já que seria apenas um tipo específico de gerar desordem informacional.

Entretanto, assim como a desinformação, as *fake news* também encontram terreno fértil em contextos de tensão política e saúde pública e no ambiente digital. Isso ocorre porque, “em cenários polarizados, cada grupo, movido por sentimentos negativos em relação ao outro lado, tende a aceitar com mais facilidade informações falsas que confirmem suas percepções e reforcem suas convicções” (Brizola; Bezerra, 2021, p. 3326).

Portanto, embora estejam frequentemente associadas à propagação de conteúdo falso, as *fake news* representam apenas uma das manifestações da desinformação e, por si só, não são capazes de sintetizar toda a complexidade da desordem informacional contemporânea. Logo, a combinação entre a hiperinformação e os mecanismos de desinformação criam um cenário ideal para a disseminação de *fake news* (Brizola; Bezerra, 2021).

Apesar de conceituar e apresentar algumas características das *fake news*, o objetivo central desta pesquisa não é aprofundar-se nesse fenômeno, mas apenas demarcar a distinção conceitual entre *fake news* e desinformação, já que, frequentemente, são usadas como sinônimos, mas se tratam de termos distintos.

Por isso, a expressão adotada nesta pesquisa é “desinformação”, por se tratar de um conceito que abrange tanto as diferentes formas e estratégias de manipulação informacional, como sátira, paródia, falsa conexão, conteúdo enganoso, falso contexto, conteúdo impostor, conteúdo manipulado e conteúdo fabricado (Wardle e Derakhshan, 2017), quanto às *fake news*, permitindo assim uma análise mais ampla e consistente da problemática abordada.

### 2.3.1 A Desinformação e seus reflexos no jornalismo

É de extrema importância fazer uma ressalva sobre os impactos que as *fake news* ou, de forma mais abrangente, a desinformação causam ao jornalismo, descredibilizando instituições e enfraquecendo a confiança na imprensa. Por isso, dediquei este subcapítulo à abordagem dos efeitos provocados por esse fenômeno na imprensa contemporânea, refletindo sobre os desafios enfrentados por essas instituições na era da desinformação.

Dessa forma, o objetivo aqui não é oferecer respostas conclusivas, mas promover uma reflexão crítica acerca da crise dos valores jornalísticos tradicionais, diante das transformações impostas pela era digital. Buscando compreender como a lógica da desinformação, potencializada pelas tecnologias e pela aparente “democratização” da fala nas redes sociais, reconfigura o papel do jornalismo e desafia sua função histórica de mediador entre os fatos e a sociedade.

Sob essa perspectiva, é preciso reconhecer que a imparcialidade no jornalismo sempre foi tema de grande debate, principalmente nos cursos de Comunicação Social – Jornalismo, por revelar um ideal de neutralidade que talvez nunca possa ser plenamente alcançado. À luz desse panorama, Felipe Pena (2007) pontua que a objetividade no jornalismo não significa ausência de subjetividade, mas sim a criação de métodos que busquem minimizar suas distorções.

O autor critica a visão ingênua de que a imprensa reflete a realidade de forma fiel e neutra, lembrando que toda narrativa jornalística é uma construção influenciada por escolhas, perspectivas e contextos. “Foi com esse espírito que foram criadas as técnicas do *lead* e da pirâmide invertida na virada do século XIX para o XX. Elas substituíram o jornalismo opinativo pelo factual, priorizando a descrição objetiva dos fatos” (Felipe Pena, 2007, s.p)

Por isso, deve-se admitir que a notícia não nasce neutra, pois é resultado de escolhas, enquadramentos e mediações que refletem contextos sociais, econômicos e políticos. Como

observa Filho (1989), quem informa nossa opinião não é apenas a racionalidade, mas também os vínculos emocionais e afetivos que estabelecemos com o que consumimos.

Nesse sentido, a notícia:

[...] é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso, a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo (Marcondes Filho, 1989 p. 13).

Assim, mesmo quando o jornalismo busca de todas as formas ser objetivo, ele passa por um filtro na hora de selecionar o que será noticiado, dando maior destaque a determinadas matérias em detrimento de outras, de acordo com critérios editoriais, interesses institucionais e expectativas do público.

Por isso, é necessário superar essa dicotomia entre objetividade e subjetividade e compreender o jornalismo como uma prática social complexa, atravessada por valores, disputas e afetos que configuram a forma como enxergamos o mundo.

Mais grave do que a inevitável presença da subjetividade é o avanço da desinformação, que tem sido utilizada de maneira estratégica para desacreditar a imprensa, comprometendo o próprio papel social do jornalismo na democracia.

Vivemos um período marcado por fenômenos interligados que impactam diretamente o modo como a informação é percebida e consumida. Entre eles, destacam-se o negacionismo científico, a hiperpolarização política, o uso crescente de *big data*, a ascensão das mídias sociais e a formação de bolhas informacionais, características centrais da pós-verdade, conforme McIntyre (2018).

Esse cenário prepara o terreno para compreender como, nesse novo ambiente, a credibilidade do jornalismo se vê ameaçada por ataques estratégicos de figuras políticas. No contexto recente, marcado pela lógica da pós-verdade, o jornalismo, enquanto instituição responsável pela mediação dos fatos, teve sua credibilidade colocada em xeque por figuras políticas que, de maneira estratégica, passaram a associar a produção de desinformação à atuação da imprensa. Líderes populistas, ao se sentirem confrontados pelos meios de comunicação, “fizeram do ataque à imprensa uma bandeira para ganhar audiência” (Pisa; Quessa, 2024, p. 115).

A partir dessa realidade o protagonismo da imprensa passou a ser progressivamente disputado por cidadãos comuns, que atuam como produtores de conteúdo em tempo real, muitas vezes sem o compromisso ético e técnico do jornalismo. Como destaca Moura (2023), “hoje em dia, cada cidadão torna-se um jornalista em potencial” (p. 28), o que, embora democratize

a comunicação, também abre brechas para a circulação desenfreada de desinformação, mesmo que de forma não intencional (*Dis-Information*).

A proliferação de informações nas plataformas digitais, provocou, uma nova dinâmica de concorrência com os veículos tradicionais, deslocando o eixo da produção jornalística para ambientes marcados por velocidade e ausência de filtros.

Além disso, a ascensão das redes sociais como espaços centrais de comunicação e mobilização política teve dois marcos emblemáticos que ilustram essa transformação: a primavera Árabe e as eleições norte-americanas de 2008 (Teixeira, 2018). A Primavera Árabe demonstrou o potencial das plataformas digitais na mobilização social e na organização de protestos contra regimes autoritários no Oriente Médio, tornando o ambiente virtual um espaço ativo de reivindicação e resistência, por meio da *Internet* e dos *smartphones*<sup>14</sup>.

Já as eleições presidenciais de 2008, nos Estados Unidos, marcaram a primeira campanha vitoriosa amplamente articulada nas redes sociais, com Barack Obama utilizando ferramentas digitais para engajamento direto com os eleitores, arrecadação de fundos e construção de narrativa, “altamente inovadora nas mídias sociais” (Teixeira, 2018, p. 47).

Esses dois momentos demonstram como as redes passaram a ocupar um lugar de destaque no cotidiano das pessoas e nas dinâmicas de participação política. Contudo, foi nas eleições presidenciais de 2016, com a ascensão de Donald Trump, que as *fake news* ganharam protagonismo nas redes sociais.

O magnata usou e abusou da desinformação e do ataque à imprensa para legitimar sua campanha. Para Trump, assim como para outros líderes populistas, como Jair Bolsonaro, “as *fake news* não são uma ferramenta utilizada por atores políticos, mas sim um produto fabricado pela própria mídia”, (Pisa; Quessa, 2024, p. 115). Ao contrário do que se pensa, desacreditar a imprensa é uma estratégia antiga, mas só se tornou bastante perigosa com os avanços das tecnologias.

À luz dos conceitos, Santos (2024) alerta que as desinformações não são produzidas por jornalistas, nem seguem os padrões da imprensa tradicional, sendo na maioria das vezes conteúdos fabricados. Nesta mesma linha de raciocínio, Pisa e Quessa (2024), esclarecem que “as *fake news* vão além do erro jornalístico, ‘barriga’ ou um erro do repórter, pois há o elemento adicional que é a intenção de enganar, consolidando a dicotomia de um contra o outro” (p.119).

---

<sup>14</sup> (Teixeira, 2018).

Reconhecer o protagonismo da imprensa no combate à desinformação não significa ignorar suas fragilidades. Considerando esse ponto de vista, Pisa e Quesada (2024) afirmam que apesar das críticas, a imprensa é:

A grande responsável por desmentir as *fake news* e a desinformação, principalmente as que são divulgadas pelos políticos, pois a checagem da informação é algo rotineiro no jornalismo. A verificação para constatar se algo é real ou não se profissionalizou e surgiram no país as agências de *fact-checking*, que checam os fatos (p. 117).

Por isso, ao chamar esses conteúdos de notícias, como é o caso da tradução da expressão *fake news*, corre-se o risco de deslegitimar o jornalismo ético e responsável, misturando deliberadamente o que é informação jornalística com aquilo que é desinformação. Diante disso, as notícias são compreendidas por Maia (2024) como “um produto jornalístico elaborado a partir de fatos, que devem ser tratados, apurados e checados previamente” (p.9), por isso, não devem em hipótese alguma ser confundidos com desinformação.

De acordo com dados retirados da CNN, o Brasil é o terceiro país que mais consome redes sociais no mundo, além de apresentar um dos maiores índices de aceitação e compartilhamento de *fakes news*. Esse cenário revela um ambiente propício para o avanço da desinformação, que se configura, cada vez mais, como “um dos principais rivais do jornalismo na contemporaneidade, colocando-o em suspeição constantemente” (Silva, 2025, p. 54).

Diante dessa avalanche informacional, os portais de checagem, como a Agência Lupa, Aos Fatos, Estadão Verifica, entre outros, emergem como uma das principais estratégias de enfrentamento à desinformação, atuando na tentativa de elucidar o emaranhado de conteúdos enganosos que circulam massivamente na *internet*. No entanto, o combate à desinformação não se dá apenas pela checagem dos conteúdos que circulam nas redes, é igualmente necessário atentar para formas mais sofisticadas de manipulação, que se valem da linguagem e da estética jornalística para afirmar discursos enganosos.

Essa infiltração da desinformação no jornalismo não se limita à reprodução de conteúdo falsos por veículos despreparados, mas também ocorre por meio de portais que se apresentam com aparência de jornalismo profissional, mas operam com viés ideológico e distorcem deliberadamente os fatos, como é o caso do Brasil Paralelo, que utiliza uma estética jornalística para disseminar revisionismos e teorias conspiratórias sob o pretexto de educação, por meio de documentários, artigos, colunas, livros etc. O Brasil Paralelo, segundo o *The Intercept* Brasil, é uma produtora que se apresenta como educacional, mas é conhecida por veicular conteúdos que contestam consensos científicos e históricos.

Considerando isso, é possível compreender que a desinformação representa um dos maiores desafios enfrentados pelo jornalismo na atualidade. A proliferação de conteúdos enganosos, aliada ao enfraquecimento da confiança nas instituições mediadoras, compromete a função pública da imprensa e favorece estratégias políticas que se utilizam do descrédito midiático para manobrar a opinião pública.

Ademais, o surgimento de veículos que simulam uma estética jornalística aprofunda esse processo de erosão da credibilidade. Embora portais de checagem tenham surgido como uma resposta a essa crise, a imprensa ainda enfrenta o desafio constante de reafirmar sua legitimidade diante de um ambiente digital marcado pela velocidade, fragmentação e disputas de narrativas. A respeito disso, Rêgo (2021) aponta que o jornalismo enfrenta uma profunda crise estrutural, relacionada principalmente ao seu modelo de negócios e à sua função social tradicional, sendo urgente a necessidade de encontrar um novo caminho. A autora propõe, como estratégia para mitigar essa crise, que o jornalismo deve abandonar a falsa pretensão de imparcialidade e assumir, de forma transparente, seu lugar e sua subjetividade, engajando-se de maneira mais honesta na dialética social.

#### 2.4 Dinâmicas da desinformação e do discurso de ódio no espaço digital

Um dos principais diferenciais das redes sociais está na velocidade e no amplo alcance da circulação de conteúdos, possibilitando que pessoas de diferentes localidades e culturas se conectem e compartilhem informações de forma rápida. Orientadas por modelos de negócio que valorizam a retenção da atenção e a maximização das interações, as redes sociais digitais passaram a favorecer a circulação intensa de desinformação e discurso de ódio.

Nos ambientes digitais contemporâneos, o discurso de ódio e a desinformação assumem papéis centrais na configuração dos debates públicos, muitas vezes tensionando os limites da liberdade de expressão e do convívio democrático. Embora frequentemente interligados, esses dois fenômenos podem se manifestar de maneira autônoma: é possível disseminar conteúdos desinformativos sem necessariamente incorrer em discurso de ódio, assim como é viável propagar narrativas de ódio sem, necessariamente, veicular informações falsas.

A desinformação, neste horizonte, pode ser utilizada como um instrumento estratégico de poder (Silva 2025), empregado com o intuito de consolidar posições hegemônicas no campo político, social ou ideológico, enquanto o discurso de ódio atua como ferramenta de exclusão, opressão e violência. Quando associados, caminham articulados na perpetuação da xenofobia, do racismo, da intolerância e diversas outras formas de discriminação.

Quando a desinformação atua separadamente do discurso de ódio, ainda assim revela-se um fenômeno de grande impacto social, sobretudo por sua capacidade de acionar afetos negativos como medo, raiva, indignação e ressentimento que alimentam as diversas manifestações de ódio (Silva, 2025). Além de representar um perigo não apenas político, mas também uma ameaça à segurança e à saúde da população (Maia, 2024), esse fenômeno pode dissimular contextos e apresentar versões enviesadas da realidade. A desinformação cria uma atmosfera de incerteza e “constrói um cenário intencionalmente determinado” (Furtado; Dias, 2023, p.9).

Nesse processo, não é necessário que o discurso esteja explicitamente carregado de ódio para que ele produza efeitos danosos, a simples propagação de desinformação já é suficiente para alimentar impressões equivocadas sobre determinados grupos sociais, instituições ou acontecimentos. Um exemplo claro de desinformação desvinculada, à primeira vista, de um discurso de ódio explícito é a recorrente publicação nas redes sociais, especialmente no *twitter* (atualmente *X*), que afirma que Jair Bolsonaro foi o responsável por “levar água ao Nordeste” por meio da transposição do Rio São Francisco. Essas postagens, geralmente compartilhadas em tom elogioso, sugerem que os nordestinos deveriam ser gratos ao ex-presidente, insinuando que ele foi o único responsável por resolver um problema histórico da região.

É possível compreender que mesmo quando as pessoas buscam ativamente por informações, elas muitas vezes não encontram a verdade, mas sim reafirmam crenças que já possuem. Isso acontece porque o processo de busca por conhecimento é mediado por convicções já internalizadas. Essas convicções funcionam como filtros que adultera ou limitam a forma como a informação é interpretada. Assim, mesmo diante de dados reais, a compreensão pode ser enviesada, comprometendo o acesso a uma informação verdadeira.

Essa constante disseminação de informações, que diariamente bombardeiam a sociedade, contribui para a dispersão da atenção crítica dos indivíduos. Diante desse excesso de estímulos, “as pessoas se dispersam em relação ao julgamento crítico e acabam caindo nas armadilhas da desinformação” (Furtado; Dias, 2023, p. 9), que usa a máscara de informação para ganhar credibilidade (Rêgo, 2021).

Outro exemplo bastante emblemático de desinformação sem envolver o discurso de ódio, ocorreu durante a pandemia da COVID-19, com a ampla circulação de desinformação relacionadas ao uso de medicamentos como a cloroquina e a ivermectina, apresentados como eficazes para prevenir ou curar a doença. A desinformação, nesse cenário, se espalhou com a mesma rapidez e intensidade que o próprio vírus (Trasel; Vinciprova, 2024).

Essa narrativa, embora não carregasse diretamente um discurso de ódio, foi amplamente disseminada nas redes sociais e em grupos de mensagens, inclusive por autoridades públicas,

contribuindo para a desorientação da população diante de um cenário de crise sanitária global. Essa forma de desinformação é tão danosa quanto o discurso de ódio, pois aciona nos indivíduos sentimentos de medo, desespero e esperança, elementos que tornam as pessoas mais suscetíveis à aceitação e à reprodução de conteúdos inverídicos.

Embora esse tipo de desinformação surja sem um discurso de ódio explícito, ela pode servir como base para sua posterior propagação. Ao longo da pandemia, quem questionava essas falsas informações passou a ser atacado, profissionais de saúde, cientistas e jornalistas foram alvos de discursos hostis, desacreditados publicamente e acusados de conspirar contra a população, por exemplo.

Além de todos os problemas mencionados, a desinformação também “tem atuado na manutenção de preconceitos e na reprodução de entendimentos equivocados, razão pela qual deve ser combatida” (Santiago, 2024, p. 17). Partindo desse pressuposto, as narrativas desinformacionais também são alimentadas por preconceitos carregados de historicidade, que são reciclados e disseminados pelas redes em forma de desinformação, perpetuando-se adiante sob a forma de discurso de ódio (Coutinho, 2025).

Portanto, a desinformação, mesmo desvinculada do discurso de ódio, acaba contribuindo para a proliferação de discriminação, ao criar enunciados e reforçar narrativas distorcidas ou manipuladas que despertam sentimentos negativos e reativam preconceitos enraizados na sociedade.

No entanto, é importante salientar que o discurso de ódio também se manifesta de forma dissociada da desinformação, aparecendo em falas ou postagens nas quais o objetivo é simplesmente discriminar, marginalizar ou estereotipar sem necessariamente recorrer a dados ou argumentos falsos. Em ambos os casos, o resultado é a intensificação da intolerância, da exclusão social e da violência simbólica e/ou real contra grupos, pessoas ou sociedades, pois segundo Steffen e Wainberg (2008) o “ódio é um sentimento de intensa revolta [...] que na maioria das vezes é determinado pelo desejo de destruir aquilo que é a fonte do sentimento” (p. 10).

Ademais, as manifestações de ódio também se articulam em consonância com a desinformação. Quando esses dois fenômenos se entrelaçam, seus efeitos são “prejudiciais a todas as esferas do nível social, pois impactam não apenas um indivíduo, mas todos que compõem a sociedade” (Silva, 2025, p.33).

Por fim, reforçamos a importância desses materiais e abordagens como base para o suporte metodológico da Hermenêutica de Profundidade, proposta por Thompson (1995). Essa metodologia nos permite desenvolver uma compreensão estruturada em três fases analíticas

distintas e complementares entre si, desempenhando um papel essencial no desenvolvimento da análise.

### 3. FORMAÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL NORDESTINA: HISTÓRIA, ESTE- REÓTIPOS E RESISTÊNCIA

*Identidade é um movimento na história.*

(Orlandi, 2001, p. 205)

Falar do Nordeste é tratar de uma cultura rica, diversa e atravessada por processos históricos, sociais e imaginários. O Nordeste não se configura apenas como uma delimitação geográfica, mas como um lugar construído a partir de narrativas, disputas de poder e experiências coletivas que contribuíram para a constituição de sua identidade ao longo do tempo. Por isso, este capítulo torna-se fundamental para compreender como se deu a construção desse Nordeste, a partir dos discursos que contribuíram para sua constituição e dos significados historicamente atribuídos à região e ao seu povo.

Não é objetivo deste trabalho realizar um percurso historiográfico exaustivo sobre a história do Brasil, tampouco sobre a complexa construção histórica e discursiva do Nordeste, mas sim apresentar alguns elementos centrais desse processo, destacando os principais desdobramentos que contribuíram para a conformação do Nordeste tal como é compreendido hoje.

Faz-se necessário compreender esse percurso para entendermos as narrativas propagadas no *twitter*. Em razão disso, partiremos de uma revisitação histórica, lançando um olhar sobre o processo de invenção da região a partir da noção de “Nordeste”, até chegarmos às principais vozes que contribuíram para sua consolidação, como a imprensa, a literatura e a teledramaturgia.

#### 3.1. Revisitando a história

Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território. E o termo político-estratégico indica como o militar e o administrativo efetivamente se inscrevem em um solo ou em formas de discurso (Foucault, 2021, p. 158).

Neste trecho Foucault (2021), salienta que as delimitações espaciais funcionam como estratégias que se disfarçam sob a forma de discursos e estão profundamente vinculadas às relações de poder. Trata-se, portanto, de um primeiro passo para pensarmos na região Nordeste não tal como ela é, mas tal como ela foi inventada. A partir da perspectiva de Foucault (2021), o conceito de região pode ser compreendido como uma extensão dessas estratégias de poder,

uma vez que também se constitui a partir de recortes sociais e políticos, inicialmente formulados pelas elites e posteriormente difundidos como instrumentos de legitimação.

Para Albuquerque (2011), os territórios existenciais são construídos de maneira imagética e se constituem a partir de processos de subjetivação mediados pela educação, pelas interações sociais, pelos hábitos e pela cultura, que orientam a compreensão do real por meio de totalizações abstratas. A partir disso, a região passa a existir quando o poder precisa delimitar, governar, arrecadar, vigiar e intervir em determinados espaços. Portanto, falar de região é falar da espacialização do poder, ou seja, da forma como o poder se materializa no território, definindo fronteiras, hierarquias e desigualdades.

Desse modo, a noção de “região” é uma construção discursiva atravessada por interesses administrativos, políticos e militares, não se configurando como um simples recorte do território. Para Albuquerque Jr. (2011), o conceito de região não deve ser entendido como uma divisão natural do espaço, mas como uma construção estratégica ligada ao exercício do poder. Para o autor,

A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço. Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é o botim de uma guerra (p.26).

A ideia de região não nasce da natureza nem de características geográficas neutras, mas de necessidades políticas e de controle. Afinal, as regiões emergem a partir de conflitos e disputas entre diferentes grupos sociais no interior da nação, refletindo desigualdades na manifestação do poder. A regionalização apresenta-se como resultado de enfrentamentos políticos e sociais, nos quais o espaço é fragmentado e apropriado de forma diferenciada, configurando-se como um produto dessas disputas, e não como um dado pré-existente.

Castro (1994), define o termo regionalismo como uma:

[...] expressão política de grupos situados em uma região que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões ou ao próprio Estado. Trata-se de um movimento essencialmente político, ainda que profundamente vinculado à identidade territorial (p. 164).

Assim, ao entendê-la como um espaço atravessado por conflitos, Castro (1994) rejeita a ideia de região como uma simples unidade territorial marcada pela diversidade interna. Em vez disso, afirma que a região é resultado de estratégias de homogeneização, por meio das quais determinados grupos ou forças dominantes impõem recortes, sentidos e identidades ao espaço, subordinando outros elementos que também poderiam definir o que é regional. Dessa forma,

falar e ver a nação ou a região não significa apenas descrever uma realidade previamente existente, mas participar ativamente de sua própria constituição (Albuquerque, 2011).

A partir dessas concepções podemos concluir que o “Nordeste não é um fato inerte na natureza” (Albuquerque, 2011, p. 79), mas sim uma construção histórica, discursiva e política, produzida por disputas de interesses econômicos, sociais e culturais. A ideia de Nordeste antecede sua formalização institucional, sendo forjada no campo simbólico antes mesmo de ser reconhecida oficialmente pelo Estado.

Assim como as demais regiões do Brasil, o Nordeste foi delimitado geograficamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo sua denominação oficial institucionalizada apenas em 1942, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, quando o órgão estabeleceu as regiões do país com base em critérios geográficos, sociais e econômicos. Antes disso, predominava uma divisão informal entre “Norte” e “Sul”, que funcionava como uma das primeiras formas de regionalização no Brasil e que, mesmo após a criação oficial das regiões, continuou operando no imaginário e na prática (Santiago, 2024).

A primeira tentativa de divisão geográfica do território brasileiro foi apresentada em 1913, quando o país passou a ser organizado em grandes áreas denominadas Brasil Setentrional ou Amazônico, Brasil Norte-Oriental, Brasil Oriental, Brasil Meridional e Brasil Central. Em 1938, alguns órgãos adotaram a divisão utilizada pelo Ministério da Agricultura, composta por Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro.

A primeira regionalização oficial, por sua vez, foi publicada em 1942 no *Diário Oficial da União*, estabelecendo as regiões Norte, Nordeste Oriental, Nordeste Ocidental, Leste-Setentrional, Leste-Meridional, Centro-Oeste e Sul. Já a configuração atualmente adotada é formada pelas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, tendo sido definida apenas em 1970.

Segundo Albuquerque (2011), o termo Nordeste apareceu pela primeira vez em 1891, ainda como referência geográfica, sem carregar o sentido de identidade regional. Contudo, foi apenas em 1919, no documento que criou a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs), que o termo passou a ser utilizado para designar oficialmente a região, no contexto das ações voltadas ao enfrentamento das secas periódicas.

Diante disso, torna-se necessário realizarmos um breve percurso histórico, para que possamos compreender como o Nordeste foi sendo construído ao longo do tempo, não apenas como um recorte geográfico, mas também como um espaço simbólico associado à saudade e à tradição, como afirma Albuquerque (2011). Retomar esse processo nos permite analisar de que modo

práticas econômicas, relações sociais e disputas por poder contribuíram para a consolidação do imaginário sobre a região que conhecemos hoje.

O processo de ocupação do território brasileiro pelos portugueses teve início na área que atualmente corresponde à região Nordeste (Porto Seguro, na Bahia), por volta do ano de 1500. No entanto, o ponto exato do primeiro contato da expedição comandada por Pedro Álvares Cabral com as terras brasileiras ainda é motivo de debate entre pesquisadores<sup>15</sup>. De todo modo, essa divergência possui, atualmente, pouca relevância, pertencendo mais ao campo da curiosidade histórica do que à compreensão dos processos históricos.

Segundo Fausto (1996), em primeiro momento o chamado “descobrimento” do Brasil não despertou entusiasmo comparável ao provocado pela chegada de Vasco da Gama à Índia. À época, o território brasileiro era percebido apenas como uma terra de contornos geográficos imprecisos e de possibilidades ainda desconhecidas, chegando, inclusive, a supor que o país se tratava apenas de uma grande ilha.

Embora os portugueses tenham chegado no território em 1500, a colonização efetiva do país só se intensificou a partir de 1530, quando Dom João III passou a adotar medidas mais rígidas, motivadas pela invasão de estrangeiros, especialmente franceses “que não reconheciam os tratados de partilha do mundo, sustentando o princípio de que o possuidor de uma área era quem, efetivamente, as ocupasse” (Fausto, 1996, p. 24).

Inicialmente, o Brasil foi dividido em 15 quinhões<sup>16</sup>, sendo essas terras entregues aos capitães-donatários. A posse das capitanias hereditárias conferia aos seus administradores diversos poderes, tanto na esfera econômica quanto na esfera administrativa. Cabe destacar, ainda, que, apesar de terem a posse das terras, isso não os tornava proprietários dessa forma, não podiam vender nem dividir as capitanias.

Conforme relata Fausto (1996), “nenhum representante da grande nobreza se incluía na lista dos donatários, pois os negócios na Índia, em Portugal e nas ilhas atlânticas eram por essa época bem mais atrativos” (p. 24). Assim, entre os donatários das terras encontravam-se:

[...] o experiente navegador Martim Afonso; Duarte Coelho, militar de destaque no Oriente, sem grandes recursos, cuja história no Brasil seria ressaltada pelo êxito em Pernambuco; Jorge Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda Real e grande

<sup>15</sup> Segundo Santiago (2024), o local exato onde a expedição liderada por Pedro Álvares Cabral teria atracado inicialmente permanece incerto e é objeto de divergências. Embora Porto Seguro, na Bahia, esteja consolidado no ensino escolar como o cenário do que teria ocorrido em 22 de abril de 1500, o autor menciona a existência de outra versão que aponta Touros, no Rio Grande do Norte, como o possível local dessa chegada.

<sup>16</sup> Foi uma forma de divisão administrativa do território brasileiro durante o período colonial, pela qual vastas áreas de terra foram concedidas a donatários, responsáveis por colonizá-las e explorá-las em nome da Coroa portuguesa (Guaracy, 2015).

negociante, associado a Mem de Sá e a Lucas Giraldes, da família dos Giraldi, negociantes e banqueiros de origem florentina; e Pero do Campo Tourinho, que vendeu suas propriedades em Portugal e seguiu para o Brasil com seiscentos colonos (p.24).

A Capitania de Pernambuco e a de São Vicente foram as únicas que se destacaram nesse processo. As demais não obtiveram êxito, em razão da “falta de recursos, desentendimentos internos, inexperiência e ataques de índios<sup>17</sup>” (Fausto, 1996, p. 25). Convém salientar que as capitanias mais prósperas foram as que combinaram a atividade açucareira e um relacionamento menos agressivo com as tribos indígenas.

Segundo Santiago (2024), *apud* Andrade (1973), Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco, obteve êxito no território porque investiu na agricultura em larga escala e garantiu, em 1542, autorização para importar pessoas escravizadas da África, assegurando mão de obra para os engenhos e consolidando economicamente a capitania.

Com apoio financeiro de investidores portugueses, foram trazidos africanos das regiões da Guiné, Angola e Congo, estabelecendo as bases da economia açucareira e da sociedade colonial. A resistência indígena dificultou a exploração do açúcar em larga escala, levando à coexistência da escravidão indígena e africana desde os primeiros momentos da colonização.

Convencido da necessidade de fortalecer a administração colonial, por meio de um poder centralizado, Dom João III instituiu o Governo-Geral e nomeou Tomé de Sousa como seu primeiro representante no Brasil, atribuindo-lhe também a capitania de Todos-os-Santos. Em 1549, foi fundada São Salvador, primeira capital do Brasil, que se tornou a sede do Governo-Geral. A cidade permaneceu como capital do país até 1763 e, durante longo período, destacou-se como o principal núcleo urbano da colônia<sup>18</sup>.

Em pouco tempo, conforme afirma Fausto (1996), a faixa litorânea do “Nordeste” representou o primeiro centro de colonização e de urbanização da nova terra. O desenvolvimento da economia açucareira na região não gerou apenas riqueza, mas estruturou uma sociedade profundamente desigual (Santiago, 2024). De um lado, formou-se uma elite aristocrática rural, composta pelos senhores de engenho, grandes proprietários de terra e de pessoas escravizadas, que concentravam poder econômico, político e social.

De outro, constituiu-se, em sua maioria, trabalhadores pobres, indígenas expulsos de suas terras e pequenos produtores marginalizados. Segundo Santiago (2024), essa nova dinâmica social passou a se manifestar, a partir desse momento e, ao longo dos séculos seguintes,

<sup>17</sup> O termo “índio” é atualmente considerado inadequado por generalizar a diversidade dos povos originários do Brasil.

<sup>18</sup> (Fausto, 1996).

por meio de formas específicas de luta de classes e conflitos sociais na área que posteriormente viria a ser denominada de Nordeste.

O cultivo da cana de açúcar viabilizou o aproveitamento do seu potencial exportador, fazendo dessa atividade o núcleo econômico central do Brasil-colônia. Segundo Fausto (1996), desde o início, a coroa interveio ativamente na economia açucareira, atribuindo sesmarias a quem tivesse capacidade de instalar engenhos. Para incentivar a produção, o Estado ofereceu vantagens institucionais e econômicas aos produtores, como isenções fiscais ou suspensão de dívidas, reduzindo os riscos do empreendimento.

A economia do açúcar se estruturou no modelo *plantation*<sup>19</sup>, sustentado por três pilares fundamentais: no latifúndio (grandes extensões de terra concentradas nas mãos de poucos proprietários), na monocultura (produção voltada quase exclusivamente para um único produto) e no trabalho escravo. Um engenho médio, por exemplo, possuía entre 60 e 100 escravizados, os maiores ultrapassaram 200.

Conforme Prado Jr. (1976), até o século XVII, o Brasil era o maior produtor mundial de açúcar. A produção concentrava-se principalmente na Bahia e em Pernambuco, estendendo-se pelo Nordeste, do Recôncavo Baiano ao Rio Grande do Norte, enquanto no Rio de Janeiro e no Espírito Santo o cultivo da cana ocorria em menor escala.

Assim, o “ciclo do açúcar”<sup>20</sup> Estendeu-se do início da colonização até 1760 (Simonsen, 1937). Esse período inclui o chamado “século do açúcar”, entre 1570 e 1670, fase de intensa produção e alta lucratividade, segundo Fausto (2006). A partir de 1670, o valor das exportações passou a apresentar quedas acentuadas e, em 1760, já no auge do “ciclo do ouro”, iniciou-se uma fase de expressiva decadência da economia canavieira.

É importante destacar como se estruturava a divisão geográfica da colônia litorânea naquele período. A primeira organização ocorreu em 1572, conforme Santiago (2024), e manteve-se até 1577. O Norte ficou sob a administração de Luiz de Brito, com capital em Salvador, enquanto o Sul foi confiado a Antônio Salema, antigo capitão de Pernambuco, que se estabeleceu em São Sebastião do Rio de Janeiro.

<sup>19</sup> *Plantation* foi a denominação adotada para se referir ao sentido da colonização europeia imposta pelo processo de exploração no interior do continente americano. Ancoradas no uso do trabalho escravo, a produção e a exportação de *commodities* tropicais da época ganharam escala externa assentada em latifúndios monocultores exclusivos para a metrópole. Disponível em: <https://terapiapolitica.com.br/plantation/>. Acesso em: 13 de jan. de 2025.

<sup>20</sup> Não é exato falar de um ciclo histórico da produção açucareira, como foi tradicional entre os historiadores. “Ciclo” dá ideia de surgimento, ascensão e fim de uma atividade econômica, o que certamente não foi o caso do açúcar ou de outros produtos, como o café (Fausto, 1996, p. 49).

A mesma divisão foi repetida entre 1608 e 1612, com Bahia e Rio de Janeiro no comando do “Norte” e do “Sul”, respectivamente<sup>21</sup>. É apenas com as reformas promovidas pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, quando ele promove a extinção das últimas capitanias hereditárias, que vai haver, a unificação dos estados do “Brasil” e do “Maranhão”<sup>22</sup>.

Conforme explica Santiago (2024), o período colonial brasileiro foi marcado por flutuações entre poder dividido e centralizado, embora a divisão Norte-Sul não tenha sido tão significativa quanto em períodos posteriores.

A partir de 1700, a balança comercial passou a se deslocar em favor do “Sul”, impulsionada sobretudo pela descoberta do ouro, cujo impacto se estendia da extração às rotas de circulação e exportação. Com isso, o Brasil colonial deixou de ter o Nordeste como eixo exclusivo do poder econômico e político.

A descoberta do ouro e dos diamantes em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, teve um impacto significativo na economia da colônia, na sua demografia e na relação com Portugal. Segundo Fausto (1996), a exploração de metais preciosos produziu efeitos relevantes tanto na Metrópole quanto na colônia, destacando-se a primeira grande corrente migratória para o Brasil. Nos primeiros sessenta anos do século XVIII, cerca de 600 mil pessoas vindas de Portugal e das ilhas do Atlântico, entre pequenos proprietários, religiosos, comerciantes e aventureiros, chegaram ao território<sup>23</sup>.

Até meados da década de 1720, Rio de Janeiro e Salvador disputavam a primazia nas relações comerciais com Portugal, contudo, o porto carioca ultrapassou o baiano como principal destino de pessoas escravizadas, enquanto Pernambuco e Paraíba passaram a ocupar posição secundária. Na década de 1730, o Rio consolidou sua vantagem e, nos anos 1740, a diferença já superava os 60%.

Diante da crise econômica que afetava a colônia, Portugal encontrou no ouro uma alternativa estratégica de rentabilidade, movimento que culminou, em 1763, na transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro por iniciativa do Marquês de Pombal. Com isso, o “Nordeste” açucareiro foi gradativamente excluído dos novos circuitos produtivos, enquanto o “Sul” passou a concentrar investimentos e infraestrutura.

---

<sup>21</sup> (Santiago, 2024).

<sup>22</sup> (Martins, 2019).

<sup>23</sup> (Fausto, 1996).

No século XIX, a desaceleração da economia do açúcar e a instalação da família real no Rio de Janeiro reforçaram esse deslocamento de poder, consolidando o Sudeste como novo centro político e econômico do país (Santiago, 2024).

Difícil imaginar uma região que, durante quase três séculos, foi a principal fonte de renda e sustentou a economia do país, viesse a perder sua influência política e econômica. Até meados do século XVIII, a região, nordestina, que era designada como o "Norte", concentrou as atividades econômicas e a vida social mais significativa da colônia, o Sul, segundo Fausto (1996), “foi uma área periférica, menos urbanizada, sem vinculação direta com a economia exportadora” (p. 46).

No início do século XIX, com a Independência do Brasil e a ruptura do sistema colonial, o cenário na região agrava-se ainda mais, “a força da elite rural-açucareira nordestina declina diante de novas conjunturas econômicas internacional e nacional” (Silveira, 2007, p. 68). Foi também no século XIX que “as províncias “de baixo” firmaram fortuna com um novo ouro, dessa vez verde, aprofundando os abismos regionais: era chegado o tempo do café” (Santiago, 2024, p. 34).

Entretanto, é válido ponderar que a perda de centralidade da economia açucareira nordestina no país que remonta ao final do século XVII e se aprofunda ao longo dos séculos XVIII e XIX, não representou uma perda de poder político imediato. A partir da segunda metade do século XVII especialmente, o açúcar produzido nas colônias caribenhas passou a dominar o mercado atlântico.

Destacou-se sobretudo a colônia francesa de Saint-Domingue (atual Haiti), que se tornou, às vésperas da Revolução Haitiana (1791), a maior produtora mundial de açúcar. Também cresceram a produção em Cuba e Porto Rico (sob domínio espanhol) e nas ilhas britânicas como Jamaica e Barbados. Esse deslocamento produtivo reduziu a competitividade do açúcar brasileiro e pressionou os preços internacionais.

No século XIX, somaram-se a isso a expansão do açúcar de beterraba na Europa e a consolidação do café no Sudeste como principal eixo dinâmico da economia imperial, reforçando a perda de protagonismo econômico do antigo complexo açucareiro nordestino.

Apesar dessa decadência relativa iniciada ainda no período colonial e consolidada ao longo do Século XIX, o poder político do Nordeste manteve-se expressivo durante todo o Segundo Reinado. A retração econômica não implicou marginalização institucional.

Entre 1847 e 1889, presidentes do Conselho de Ministros oriundos de províncias como Bahia e Pernambuco chefiaram o governo imperial por mais da metade dos cerca de 42 anos de funcionamento do parlamentarismo sob Dom Pedro II. A Bahia concentrou a maior parte desse

tempo, seguida por Pernambuco, enquanto as demais províncias tiveram participações menores. Esse contexto revela que, mesmo com a reorganização da economia açucareira em outros territórios e a ascensão do Sudeste cafeeiro, o Nordeste permaneceu como polo estruturante das elites políticas imperiais ao longo de todo o século XIX.

**Tabela 1 - Presidentes do Conselho de Ministros (1847–1889) Segundo Reinado<sup>24</sup>**

| <b>Presidente do Gabinete</b>                              | <b>Partido</b> | <b>Província de origem<br/>(nascimento)</b> | <b>Período</b>              |
|------------------------------------------------------------|----------------|---------------------------------------------|-----------------------------|
| Manuel Alves Branco                                        | Liberal        | Bahia                                       | 22 maio 1847 – 8 mar. 1848  |
| Aureliano Coutinho<br>(Visconde de Macaé)                  | Liberal        | Rio de Janeiro                              | 8 mar. 1848 – 31 maio 1848  |
| Francisco de Paula<br>Sousa e Melo                         | Liberal        | São Paulo                                   | 31 maio 1848 – 29 set. 1848 |
| Pedro de Araújo Lima<br>(Marquês de Olinda)                | Conservador    | Pernambuco                                  | 29 set. 1848 – 6 out. 1849  |
| José da Costa Carvalho<br>(Marquês de Monte Alegre)        | Conservador    | Bahia                                       | 6 out. 1849 – 11 maio 1852  |
| Joaquim José<br>Rodrigues Torres<br>(Visconde de Itaboraí) | Conservador    | Rio de Janeiro                              | 11 maio 1852 – 6 set. 1853  |
| Honório Hermeto<br>Carneiro Leão<br>(Marquês do Paraná)    | Conservador    | Minas Gerais                                | 6 set. 1853 – 3 set. 1856   |
| Pedro de Araújo<br>Lima                                    | Conservador    | Pernambuco                                  | 4 maio 1857 – 12 dez. 1858  |
| Antônio Paulino<br>Limpo de Abreu<br>(Visconde de Abaeté)  | Conservador    | Minas Gerais                                | 12 dez. 1858 – 10 ago. 1859 |
| Ângelo Moniz da<br>Silva Ferraz (Barão<br>de Uruguaiana)   | Conservador    | Bahia                                       | 10 ago. 1859 – 2 mar. 1861  |

<sup>24</sup> Nota Metodológica: A identificação da província de origem baseia-se exclusivamente na naturalidade (província de nascimento) de cada presidente do Conselho de Ministros, conforme registros biográficos institucionais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Não foi considerado o local de atuação política ou de representação parlamentar posterior, visto que muitos foram presidentes de várias províncias pelo país.

|                                                         |                   |                |                             |
|---------------------------------------------------------|-------------------|----------------|-----------------------------|
| Luís Alves de Lima e Silva                              | Conservador       | Rio de Janeiro | 2 mar. 1861 –24 maio 1862   |
| Zacarias de Góis e Vasconcelos                          | Liga Progressista | Bahia          | 24 maio 1862 –30 maio 1862  |
| Pedro de Araújo Lima                                    | Liga Progressista | Pernambuco     | 30 maio 1862 –15 jan. 1864  |
| Zacarias de Góis e Vasconcelos                          | Liga Progressista | Bahia          | 15 jan. 1864 –31 ago. 1864  |
| Francisco José Furtado                                  | Liberal           | Maranhão       | 31 ago. 1864 –12 maio 1865  |
| Pedro de Araújo Lima                                    | Liberal           | Pernambuco     | 12 maio 1865 – 3 ago. 1866  |
| Zacarias de Góis e Vasconcelos                          | Liberal           | Bahia          | 3 ago. 1866 – 16 jul. 1868  |
| Joaquim José Rodrigues Torres                           | Conservador       | Rio de Janeiro | 16 jul. 1868 – 29 set. 1870 |
| José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente)     | Conservador       | São Paulo      | 29 set. 1870 – 7 mar. 1871  |
| José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco)   | Conservador       | Bahia          | 7 mar. 1871 – 25 jun. 1875  |
| Luís Alves de Lima e Silva                              | Conservador       | Rio de Janeiro | 25 jun. 1875 – 5 jan. 1878  |
| João Lins Vieira Cansção de Sinimbu                     | Liberal           | Alagoas        | 5 jan. 1878 – 28 mar. 1880  |
| José Antônio Saraiva                                    | Liberal           | Bahia          | 28 mar. 1880 – 21 jan. 1882 |
| Martinho Álvares da Silva Campos                        | Liberal           | Minas Gerais   | 21 jan. 1882 – 3 jul. 1882  |
| João Lustosa da Cunha Paranaguá (Visconde de Paranaguá) | Liberal           | Piauí          | 3 jul. 1882 – 24 maio 1883  |
| Lafayette Rodrigues Pereira                             | Liberal           | Minas Gerais   | 24 maio 1883 – 6 jun. 1884  |

|                                                           |             |              |                             |
|-----------------------------------------------------------|-------------|--------------|-----------------------------|
| Manuel Pinto de Sousa Dantas                              | Liberal     | Bahia        | 6 jun. 1884 – 6 maio 1885   |
| José Antônio Saraiva                                      | Liberal     | Bahia        | 6 maio 1885 – 20 ago. 1885  |
| João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe)               | Conservador | Bahia        | 20 ago. 1885 – 10 mar. 1888 |
| João Alfredo Correia de Oliveira                          | Conservador | Pernambuco   | 10 mar. 1888 – 7 jun. 1889  |
| Afonso Celso de Assis Figueiredo (Visconde de Ouro Preto) | Liberal     | Minas Gerais | 7 jun. 1889 – 15 nov. 1889  |

Fonte: Carvalho (2003, 2007, 2008 e 2012); Rêgo, 2001); Brasil- Arquivo Nacional e Wikipedia

Ao longo do regime parlamentar monárquico vigente durante o Segundo Reinado, formalizado a partir de 1847 com a criação da presidência do Conselho de Ministros e estruturado sob a autoridade moderadora de Dom Pedro II, a chefia do governo imperial tornou-se o principal indicador de hegemonia política regional no cenário nacional. Entre 1847 e 1889, ao longo de aproximadamente 42 anos de funcionamento do parlamentarismo imperial, como dito, as províncias, hoje reconhecidas como estados nordestinos, a saber: Bahia, Pernambuco, Alagoas, Maranhão e Piauí ocuparam a presidência do Conselho por cerca de 28 anos.

A Bahia concentrou a maior duração acumulada, seguida por Pernambuco, enquanto Alagoas, Maranhão e Piauí tiveram participações menores. As províncias do Sudeste, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, somaram aproximadamente 14 anos de chefia do gabinete, com predominância de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nenhuma província das regiões<sup>25</sup> Norte, Centro-Oeste ou Sul alcançaram a presidência do Conselho no período. A comparação evidencia que, apesar do deslocamento do dinamismo econômico para o Sudeste cafeeiro ao longo do século XIX, a hegemonia política no ápice do Executivo imperial permaneceu fortemente ancorada nas elites nordestinas até o término do regime monárquico-parlamentar em 1889.

**Tabela 2 - Distribuição do poder político por região (1847–1889) presidência do Conselho de Ministros<sup>26</sup>**

<sup>25</sup> Lembramos que esta é uma leitura atualizada da disposição geográfica brasileira em regiões.

<sup>26</sup> Nota metodológica: A distribuição foi calculada com base nos 32 gabinetes formados entre 22/05/1847 e 15/11/1889. A província corresponde exclusivamente à naturalidade (província de nascimento) do presidente do

| <b>Região</b> | <b>Província<br/>(nascimento)</b> | <b>Quantidade de<br/>mandatos</b> | <b>Quantidade de<br/>anos no poder<br/>(aprox.)</b> |
|---------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------------------------|
| Nordeste      | Bahia                             | 11                                | 17,4 anos                                           |
| Nordeste      | Pernambuco                        | 5                                 | 6,7 anos                                            |
| Nordeste      | Alagoas                           | 1                                 | 2,2 anos                                            |
| Nordeste      | Maranhão                          | 1                                 | 0,7 ano                                             |
| Nordeste      | Piauí                             | 1                                 | 0,9 ano                                             |
| Sudeste       | Rio de Janeiro                    | 6                                 | 8,2 anos                                            |
| Sudeste       | Minas Gerais                      | 5                                 | 5,6 anos                                            |
| Sudeste       | São Paulo                         | 2                                 | 0,8 ano                                             |

Fonte: Carvalho (2003, 2007, 2008 e 2012); Rêgo, 2001); Brasil- Arquivo Nacional e Wikipedia

Sob essa ótica, Silveira (2007), afirma que a construção do Estado nacional brasileiro, após a independência, esteve profundamente ligada à preocupação com a integridade territorial. Como nenhuma região era suficientemente dominante, a manutenção da unidade dependia de uma ação forte do centro político para evitar fragmentações, algo que diferenciou o Brasil de outras ex-colônias da América Latina, que se dividiram em vários países.

A respeito disso, Silveira (2007), salienta:

Depois de anos de cumplicidade com o governo, esta elite se vê ameaçada pelo melhor preço do açúcar no mercado mundial (principalmente o das Antilhas) e pelo próprio sucesso da nova experiência agrícola interna na produção do café. E foi justamente este grão o principal “agente” modificador das relações de poder nacional ao longo do século XIX. O café permitiu a emergência de novas áreas e de novas lideranças políticas e econômicas no cenário nacional - alheias ao longo domínio da “açucaro-cracia” Nordestina, trazendo novas contribuições para o aprofundamento da distinção regional em benefício do Sudeste (p. 68).

As primeiras grandes lavouras surgiram no Rio de Janeiro e em São Paulo. Isso significa que o centro dinâmico da economia brasileira começa a se deslocar do Nordeste açucareiro para o Sudeste cafeeiro. Logo, o Brasil passa a depender do café da mesma forma que antes dependia do açúcar. Mas há algo importante aqui, os lucros não enriquecem apenas os “barões do café”<sup>27</sup>. Eles também financiam infraestrutura, como urbanização, modernização, expansão ferroviária, bancos e aparato estatal.

---

Conselho. A soma da duração de cada gabinete foi convertida em anos (365,2425 dias/ano) e arredondada para uma casa decimal. Total geral do período: aproximadamente 42,5 anos.

<sup>27</sup> Os Barões do Café foram uma poderosa elite latifundiária de produtores de café no Brasil Imperial e início da República. Detinham imensas terras, fortuna e grande influência política, utilizando mão de obra escravizada e, depois, imigrante.

Esse processo resultou na progressiva marginalização do Nordeste, que, como evidencia Santiago (2024), passou a ocupar uma posição periférica em relação ao Sudeste, configurando uma relação interna de centro e periferia.

A constituição dessa “região do café” fez com que o espaço Nordeste avançasse em se tornar periférico em relação ao novo centro econômico e de poder do Brasil, inaugurando uma relação centro periferia que explica muito da carga preconceituosa dirigida à sua população (Santiago, 2024, p. 36).

A ascensão do café reorganizou profundamente a estrutura econômica e política do país, ao liderar a balança comercial, a produção cafeeira gerou maior capacidade de acumulação de recursos, atraiu mão de obra escravizada do Nordeste e contou com o amparo de políticas protecionistas do Estado, consolidando vantagens competitivas em relação ao açúcar<sup>28</sup>.

Esse processo não apenas fortaleceu economicamente o Sudeste, como também criou as bases para sua industrialização, ao mesmo tempo em que relegou o Nordeste a uma posição de perda de protagonismo econômico e político. Dessa forma, a desigualdade regional não decorre de uma suposta inferioridade produtiva, mas de uma reconfiguração estrutural do poder econômico nacional, apoiada por decisões estatais e dinâmicas do mercado internacional que favorecem determinados grupos e territórios.

Paralelamente à industrialização da região Sudeste, o Estado brasileiro já buscava fortalecer um projeto de unidade nacional, conforme aponta Silveira (2007), que acabava refletindo mais os interesses e valores da região economicamente emergente. Diante desse cenário, o Nordeste não surge apenas como uma região geográfica, mas como um discurso regionalista, uma resposta política à centralização do poder no Sudeste e às estratégias de nacionalização conduzidas por um Estado mais alinhado a essa nova elite econômica, como aponta Albuquerque (2011).

O Estado brasileiro consolidava a ideia de um Brasil uno, estruturado institucionalmente por meio da educação, da cultura, das políticas públicas e de símbolos nacionais, contudo, essa identidade era moldada sob a hegemonia do Sudeste. Nesse contexto, o Nordeste emerge como um contramovimento discursivo, configurando-se como resposta política ao novo projeto de nação.

Conforme observa Albuquerque (2011), o Nordeste é,

Uma nova região nascida de um novo tipo de regionalismo, embora assentada no discurso da tradição numa posição nostálgica em relação ao passado. O Nordeste nasce da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de

---

<sup>28</sup> (Silveira, 2007)

espaços econômicos e políticos por parte dos produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados. Lança-se mão de topos, de símbolos, de tipos, de fatos para construir um todo que reagisse à ameaça de dissolução, numa totalidade maior, agora não dominada por eles: a nação. Unem-se forças em torno de um novo recorte do espaço nacional, surgido com as grandes obras contra as secas. Traçam-se novas fronteiras que servissem de trincheira para a defesa da dominação ameaçada. Descobrem-se iguais no calor da batalha. Juntam-se para fechar os limites de seu espaço contra a ameaça das forças invasoras que vêm do exterior. Descobrem-se “região” contra a “nação” (p. 67).

Para Silveira (2007), nesta nova fase, o desafio para o Nordeste ou, mais precisamente, para a elite intelectual nordestina passa a ser o de fundar uma representação original da região, por meio da construção e organização de símbolos que se constituam como códigos fixos, na tentativa de ordenar um conjunto de visões capazes de lhe atribuir determinadas características estáticas.

Esse processo de “ordenação simbólica”, como observa Silveira (2007), foi impulsionado por acontecimentos históricos marcantes, sobretudo a seca de 1877, que ganhou grande repercussão nacional pela imprensa. O episódio viria a ficar marcado na história do Nordeste não apenas como um fenômeno natural, mas como elemento central na construção discursiva da região.

Ao atingir duramente os proprietários de terra, a seca levou-os a se articular politicamente, reunindo deputados do Norte para pressionar o governo federal por recursos e por tratamento semelhante ao concedido ao Sul.

Estima-se que a estiagem deflagrada entre 1877 e 1879 tenha resultado na morte de cerca de 5% da população brasileira à época, o que corresponde a aproximadamente 500 mil pessoas. Nesse processo, a seca passou a operar como elemento político e simbólico na consolidação de uma identidade regional.

Em decorrência desse fenômeno natural, foi criada, em 1909, a IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas), por meio do Decreto nº 7.619, editado pelo então presidente Nilo Peçanha. Em 1919, a instituição teve sua denominação alterada para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), conforme o Decreto nº 13.687<sup>29</sup>. Posteriormente, em 1945, passou a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), nome que mantém até hoje.

Com a formação da IOCS (1909), o Nordeste estava, ao menos formalmente, criado (Santiago, 2024). O órgão foi o primeiro a se dedicar ao estudo da problemática do semiárido

---

<sup>29</sup> Artigo 1º do Decreto 13.687. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13687-9-julho-1919-516701-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 de fev. de 2026.

brasileiro e, além disso, passou a constituir um espaço institucional de fortalecimento do discurso regionalista, em oposição ao Estado federal, então sob o controle das oligarquias mineira e paulista (Silveira, 2007).

Foi nesse contexto que o termo “Nordeste” passou a ser oficialmente incorporado, delimitando a área de atuação do órgão. A instituição reuniu intelectuais e políticos empenhados em elaborar uma representação mais uniforme e coesa da região, buscando construir uma imagem e uma narrativa mais homogêneas sobre ela (Silveira, 2007).

Aqui é importante destacar as áreas de atuação definidas pelo Decreto nº 13.687, que estabelecia como finalidade da Inspetoria a construção de obras e o fomento de serviços destinados a atenuar ou prevenir os efeitos das secas nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e no norte de Minas Gerais. Nesse recorte territorial, chama atenção a inclusão de Minas Gerais e a ausência do Maranhão, estados que hoje integram as regiões Sudeste e Nordeste, respectivamente.

Diante disso, as despesas com construção, custeio e conservação das obras consideradas estratégicas passaram a ser financiadas por um fundo específico, denominado “Caixa das Secas”, institucionalizando uma política voltada ao combate, ou ao menos à mitigação dos efeitos da estiagem.

Neste enquadramento, a região passa a ser concebida sob a lógica da dependência de políticas emergenciais, especialmente vinculadas ao enfrentamento das secas. Assim, como observa Santiago (2024), o Nordeste nasce de uma submissão, da necessidade de intervenção imediata do governo federal para socorrê-lo.

É nesse contexto político que as bancadas “nortistas”, como denomina Albuquerque (2011) os representantes do “Norte” no parlamento, passam a ver a seca como uma oportunidade para reivindicar tratamento igual ao concedido ao Sul. “A seca torna-se, a partir daí, o problema de todas as províncias e, depois, dos Estados do Norte” (Albuquerque, 2011, p. 83). Dessa forma, a elite política local se apropria dessa nova configuração para fortalecer um discurso regionalista, usando a seca como argumento central para reivindicar recursos e maior espaço nas disputas de poder.

Além da seca de 1877, Silveira (2007) destaca outro acontecimento relevante no processo de “ordenação simbólica” do Nordeste: a exclusão das províncias do “Norte” no Congresso Agrícola realizado, em 1878, no Rio de Janeiro. O autor sustenta, que a não inclusão dos representantes da região pode ter configurado um dos primeiros momentos em que os discursos das oligarquias nortistas passaram a tematizar a diferença de tratamento e a desigualdade na conjuntura econômica e política entre “Norte” e “Sul”.

Como resposta a exclusão da região,

[...] foi organizado o Congresso Agrícola de Recife, que além de palco da discussão sobre a crise da produção açucareira, a seca e o crescimento da venda de escravos para o “Sul”, tomou-se um encontro de críticas a forma de condução administrativa excluyente do Estado em relação ao “Norte”, no que diz respeito a investimentos, a política fiscal, a construção de obras públicas e a política de mão-de-obra (Silveira, 2007, p. 70).

Paralelamente, a chamada Política do Café com Leite assegurava a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais na condução da Presidência da República, por meio da alternância de lideranças desses estados no poder central. Essa configuração assegurava significativa descentralização administrativa e fiscal, permitindo que as unidades mais prósperas ampliassem seus investimentos e consolidassem suas bases econômicas, enquanto aquelas que enfrentavam declínio ou crises estruturais encontravam maiores dificuldades para reagir.

No entanto, é importante ressaltar que a chamada República Velha manteve sua estabilidade política não porque houvesse um equilíbrio fixo e harmonioso entre os estados, mas justamente porque as alianças entre os estados mais poderosos eram instáveis e negociadas constantemente (Viscardi, 2001).

Dessa forma, os estados politicamente mais influentes, como São Paulo e Minas Gerais, alternavam apoios e compunham acordos conforme os interesses do momento, em alianças que não eram permanentes. Essa dinâmica impedia que um único grupo consolidasse hegemonia absoluta por longo período e, ao mesmo tempo, evitava a exclusão definitiva de outros estados do jogo político. Assim, o sistema mantinha-se por meio de um equilíbrio instável e negociado, no qual a estabilidade do regime decorria, paradoxalmente, da constante negociação de forças<sup>30</sup>.

Esse ciclo de hegemonia política entre Minas Gerais e São Paulo foi tensionado com a ascensão de Epitácio Pessoa, paraibano, cuja passagem pela Presidência foi marcada por investimentos expressivos em obras de combate às secas. Sua gestão direcionou recursos vultosos para intervenções estruturais no Nordeste, com o objetivo declarado de promover condições de desenvolvimento e reinserir a região em um horizonte de prosperidade (Santiago, 2024).

Para Silveira, a cidade de Recife também possuiu um papel fundamental no processo de invenção do Nordeste, pois além de centro comercial e exportador, funcionava como polo médico, cultural e educacional do então chamado “Norte”.

---

<sup>30</sup> (Viscardi, 2001)

Isso fazia com que filhos das elites rurais de diferentes províncias se deslocassem para lá a fim de estudar. Instituições como a Faculdade de Direito do Recife e o Seminário de Olinda desempenhavam papel central na formação das elites intelectuais e políticas da região.

“Pode-se afirmar que o “intelectual regional”, o “representante do Nordeste”, começou a ser “fabricado” com esta concentração dos filhos dos grupos dominantes da região na cidade do Recife” (Silveira, 2007, p. 71).

Como podemos perceber, “a atual situação do Nordeste não é fruto da fatalidade, mas de um processo histórico” (Fausto, 1996, p. 46). Pensar no Nordeste como um lugar de tradições milenares, imutável e que estava lá desde sempre é esquecer que os recortes geográficos foram feitos exclusivamente por humanos. “A região Nordeste, que surge na paisagem imaginária do país, no final da primeira década deste século, substituindo a antiga divisão regional do país entre Norte e Sul, foi fundada na saudade e na tradição” (Albuquerque, 2011, p. 78).

Uma série de acontecimentos históricos contribuíram para tornar visível e consolidar oficialmente a ideia de “Nordeste”. Essa ideia, no início, de acordo com Silveira (2007), circulava apenas entre as elites intelectuais e políticas. Com o tempo, essa concepção passou a funcionar como base para diversas produções culturais e artísticas, na literatura, nas artes plásticas, na arquitetura e na imprensa, como veremos no próximo tópico.

### 3.1. Quem fala sobre o Nordeste? Produções e representações dos nordestinos

*Os bandos de imigrantes desciam do  
sertão, a seca nos seus calcanhares,  
abandonavam a terra árida onde o gado  
morria e as plantações não vingavam,  
tomavam as picadas em direção ao sul.  
Muitos ficavam pelo caminho, não  
suportavam a travessia de horrores,  
outros morriam ao entrar na região das  
chuvas onde o tifo, o impaludismo,  
a bexiga os esperavam.*

(Jorge Amado)

Falar sobre o Nordeste que passa fome tornou-se quase um lugar comum nos discursos sobre a região. Ao longo do tempo, a própria construção histórica do Nordeste, aliada às representações difundidas pelos diferentes meios de comunicação e produções culturais, consolidou no imaginário brasileiro a figura do sertanejo pobre e sofredor e à paisagem árida castigada pela

falta de chuva. A miséria, a violência e, principalmente, a seca são exemplos de características cravadas historicamente na memória sobre o Nordeste.

A imagem da região e de seus habitantes, tal como a conhecemos, não é fruto de uma natureza intrínseca ou de uma verdade originária, mas resulta de uma historicidade forjada em meio a relações de poder. Trata-se de uma construção que emerge das disputas políticas, econômicas e culturais que, ao longo do tempo, definiram quais vozes teriam legitimidade para narrar a história do país e qual lugar o Nordeste deveria ocupar nessa narrativa (Albuquerque, 2011).

Ao mobilizar a ideia de historicidade esses sentidos atribuídos à região são produtos contingentes, inscritos em contextos específicos, e não expressões espontâneas de um território ou de um povo, ou seja, “o Nordeste não é um fato inerte na natureza” (Albuquerque, 2011, p. 79). Desse modo, intelectuais, artistas, políticos e a mídia se apropriaram do nome dado à região como um conceito, contribuindo para que seus habitantes fossem identificados não mais por seus estados de origem, mas pela região, e assim nomeados como nordestinos (Menezes, 2019).

A identidade nordestina foi construída a partir da saudade, da tradição e da memória, como aponta Albuquerque (2011), ou seja, de um vínculo simbólico com o passado. Essa identidade surge como forma de resistência a dois grandes processos ligados à modernidade e às transformações políticas e, principalmente, econômicas que ocorreram a partir de meados do século XIX.

A primeira mudança ligada a modernidade diz respeito a um processo externo, como aponta Silveira (2007), relacionado à globalização e à expansão das relações capitalistas, que intensificaram os fluxos culturais no início do século XX. O segundo refere-se a um processo interno, ligado à centralização do poder no Estado nacional, que se tornava cada vez mais burocrático.

Diante dessas transformações, a identidade nordestina foi construída como uma espécie de reação defensiva, buscando no passado uma referência de estabilidade. Essa construção envolveu a invenção de tradições e a idealização de uma origem, muitas vezes apresentada de forma nostálgica, até mesmo fictícia e idealizada.

A falência da antiga sociedade agrária nordestina - e a consequente crise dos códigos culturais da região - levou os intelectuais e artistas locais a elaborarem uma ideia de Nordeste permeada de lirismo e saudade, idealizando um lugar que já não mais existia (Silveira, 2007, p. 73).

O Nordeste foi discursivamente construído como um espaço essencialmente tradicional, homogêneo e resistente ao moderno, o que acaba simplificando e congelando a

complexidade social e cultural da região. No discurso que constrói a ideia de Nordeste, aquilo que é do povo é apresentado como algo ligado ao passado e contrário à modernidade. Essa construção imagética e discursiva tem grande força porque as camadas populares conseguem se reconhecer nessa representação, tanto na forma como são vistas (visibilidade) quanto na forma como são descritas (dizibilidade)<sup>31</sup>.

Ao criar essa noção de cultura regional, estabelece-se a ideia de que existe uma harmonia ou solidariedade natural entre a cultura popular e os valores tradicionais dominantes como se ambos compartilhassem os mesmos códigos culturais. Dessa maneira, o povo é representado apenas como alguém que reage à modernidade, e não como sujeito ativo de transformação ou produtor de novas formas culturais.

De acordo com Silveira (2007), as chamadas tradições nordestinas passaram a ser buscadas em vestígios de um passado pré-capitalista, especialmente em formas patriarcais de sociabilidade e sensibilidade, muitas delas atravessadas por heranças escravistas. Esse movimento resultou em uma intensa valorização do popular, do folclore e da produção artesanal, entendidos como expressões mais autênticas da verdade da terra.

Assim, Silveira (2007), argumenta que o folclore foi tratado pelos intelectuais da época como uma espécie de essência profunda da cultura nordestina, funcionando como um inventário simbólico do que seria sua identidade ancestral.

Essa forma de pensar e representar o Nordeste pode ser percebida ao longo de diferentes momentos e linguagens culturais. Ela aparece desde os primeiros estudos sociológicos de Gilberto Freyre e nas narrativas literárias de José Lins do Rego, estendendo-se também ao teatro de Ariano Suassuna, já na década de 1950, abordagem que permanece posteriormente no Movimento Armorial, criado nos anos 1970.

A década de 30, por exemplo, marcou a consolidação de um estilo romanesco que se voltou para a representação da realidade social, com ênfase nos problemas do país. O regionalismo nordestino, por exemplo, ganhou destaque “denunciando” as dificuldades enfrentadas pela população<sup>32</sup>.

De acordo com Silveira (2007), a interpretação do Nordeste como região da saudade ganhou força em vários campos artísticos ao longo do século XX. Na literatura, por exemplo, essa perspectiva se manifesta de forma expressiva, não apenas nas obras de Gilberto Freyre, mas também na produção de outros intelectuais influenciados por seu pensamento. “Essa

---

<sup>31</sup> (Albuquerque, 2011).

<sup>32</sup> (Silveira, 2007).

abordagem ficou evidente nas obras da maioria dos autores do chamado “romance de 30”, talvez a mais importante representação artística deste ideário regional” (Silveira, 2007, p. 77).

Nesse contexto, os romancistas buscaram se aproximar do povo, tanto nos temas quanto na linguagem, passando a retratar o cotidiano, os problemas sociais e as condições de vida das camadas populares. Silveira (2007) explica que esse suposto estilo regional buscava uma escrita próxima da fala cotidiana, funcionando não apenas como forma de aproximação com o universo popular, mas também como estratégia de distanciamento da linguagem considerada artificial, associada pelos autores aos modernistas do Sudeste.

Ao longo do “romance de 1930”, certos “temas regionais” associados ao Nordeste foram transformados em padrões narrativos recorrentes como o coronelismo, o cangaço, o jagunço, o retirante, o declínio dos engenhos de açúcar e o misticismo religioso (Menezes, 2019). “Os temas estabelecidos pelo “romance de trinta” consolidaram características regionais para o Nordeste com uma força muito grande de impregnação imagética” (Silveira, 2007, p. 80).

Entre os assuntos abordados pela produção romanesca de trinta, destacam-se:

A decadência da sociedade açucareira; os conflitos entre o beatismo e o cangaço; o coronelismo e seu universo (autoridade, disputa por terras, jagunços etc.); e a seca e sua iminente epopeia da retirada. Temas que já estavam presentes na literatura popular, no discurso político das oligarquias, nas cantorias e desafios dos cantadores, mas que foram trabalhados pelos romancistas de uma forma que se tornaram espectros de uma essência regional (Silveira, 2007, p. 79).

Essa literatura regionalista<sup>33</sup>, segundo Albuquerque Júnior (2011) “procura firmar a brasilidade, por meio da diversidade, ou seja, pela manutenção das diferenças peculiares de tipos e personagens; por paisagens sociais e históricas de cada área do país, reduzindo a nação a um simples somatório dessas espacialidades literárias diversas” (p. 67).

Dessa forma, a interpretação do Nordeste como uma “região da saudade” teve início, ou foi formalmente consolidada, a partir do Movimento Tradicionalista de Recife e dos estudos sociológicos e antropológicos de Gilberto Freyre<sup>34</sup>. A partir daí, essa visão passou a se fortalecer e a se expandir para diferentes áreas artísticas ao longo do século XX.

Essa ideia de Nordeste não ficou restrita ao campo acadêmico, mas ganhou forte representação literária, sobretudo por meio dos autores vinculados ao romance regionalista da década de 1930. Logo, é importante ressaltar que os escritores que se tornaram as principais vozes na representação do Nordeste pertenciam à elite intelectual e econômica da região:

<sup>33</sup> Apesar de ser um tanto controverso defender a ideia de um estilo comum para os romancistas de trinta, esta aproximação com as fontes populares estabeleceu uma comunhão de características de certa forma “regional” entre eles (Silveira, 2007, p. 78).

<sup>34</sup> (Albuquerque, 2011).

Pode-se afirmar que para o “romance de trinta” a decadência da sociedade patriarcal - e sua consequente substituição pela sociedade urbano-industrial – foi o seu tema principal, tendo em vista que seus autores eram, na maioria, descendentes das famílias tradicionais nordestinas que passavam por um processo de certa marginalização (Silveira, 2007. p. 78).

Diante das transformações sociais e da crise vivida na região, intelectuais e artistas nordestinos passaram a buscar uma maior aproximação com as camadas populares. Para isso, incorporaram temas, linguagens e expressões culturais de origem popular em suas obras, como forma de dar visibilidade às dificuldades enfrentadas pelo povo naquele contexto histórico.

Esse movimento de regionalização não foi apenas estético, mas também político. Ao representar o sofrimento das classes populares, muitos desses autores passaram a se colocar como intérpretes e, até representantes dessas vozes. No entanto, essa postura nem sempre foi isenta de contradições, ao mesmo tempo em que denunciavam as desigualdades e injustiças sociais, alguns também reforçam uma visão paternalista, exaltando formas tradicionais de dominação.

Assim, a regionalização envolveu tanto um esforço de valorização da cultura popular quanto uma disputa sobre quem tinha legitimidade para falar em nome do povo e como essa representação seria construída. Para Silveira (2007), o resgate de sentidos tradicionais e de costumes antigos da região, aliado a uma postura de resistência às inovações, tanto no plano da escrita quanto na vida cotidiana, evidencia o caráter saudosista que marca essa produção romanesca.

Dentro dessa linha regionalista que começava a ganhar espaço na literatura nacional, conforme evidencia Santiago (2024), a tragédia da família sertaneja, marcada pela estiagem, é tomada como fio condutor da narrativa.

Desde Euclides da Cunha, no início do século XX, até a geração de 1930, com autores como Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Américo, Gilberto Freyre e José Lins do Rego, consolidou-se na literatura brasileira um imaginário específico sobre o Nordeste e o nordestino (Menezes, 2019). A região "para o qual o sertão era o outro lado do mundo, de onde chegavam, fugitivos das secas e homens briguentos corridos por terem cometido crimes de morte" (Albuquerque, 2011, p. 133).

O Nordeste de Gilberto Freyre, por exemplo, nasce como observa o historiador Albuquerque Jr. (2011), de um trabalho intenso com a memória. Em Freyre a região é construída a

partir de lembranças de infância e da tentativa de preservar um modo de vida considerado em risco no mundo moderno.

“Tanto José Lins como Gilberto Freyre tentam afirmar a autenticidade e a autonomia do movimento regionalista e tradicionalista, em relação ao modernismo paulista” (Albuquerque, 2011, p. 103). Assim, Freyre cria um Nordeste marcado pela civilização açucareira, pela casa-grande, pela ordem patriarcal e pela ideia de continuidade histórica, conferindo à região um caráter quase aristocrático e profundamente tradicional<sup>35</sup>.

O paraibano José Lins do Rego – autor de *Menino de engenho*, seu primeiro romance, de caráter autobiográfico –, por exemplo, pertencia a uma família oligárquica produtora de cana. Foi amigo de Raquel de Queiroz e Gilberto Freyre, todos pertencentes à elite intelectual e econômica do Nordeste, e todos produtores de uma literatura descritiva que humanizava o sofrimento da população flagelada pela seca (Menezes, 2019).

Ariano Suassuna, por sua vez, “constrói o Nordeste como o reino dos mitos, do domínio, do atemporal, do sagrado, da indiferenciação entre natureza e sociedade” (Albuquerque, 2011, p. 99). Enquanto Freyre projeta o Nordeste da casa-grande, Ariano ergue o Nordeste do sertão. Para ele, o verdadeiro coração da região está no “reino encantado” sertanejo, onde existiria também uma nobreza, não a dos engenhos, mas a nobreza bruta, altiva e pobre do povo sertanejo.

Sua obra transforma esse sertão em um espaço simultaneamente épico e sagrado, construído a partir de memórias, de elementos da estética do cordel e de estruturas míticas. “De Freyre a Ariano Suassuna, os autores vão capturar as imagens de Euclides e dar forma ao sertanejo nordestino” (Menezes, 2019, p. 68).

Silveira (2007) aponta que a seca desempenhou um papel central na própria construção do Nordeste enquanto região diferenciada no país. O fenômeno natural não apenas marca o território, mas também orienta as formas de representação produzidas sobre ele. A partir das narrativas literárias, a imagem do Nordeste passa a ser associada prioritariamente à seca, que se torna a paisagem dominante.

A retirada do nordestino, uma consequência dela, era um acontecimento que oferecia aos escritores uma verdadeira estrutura narrativa: saída de um local infernal até a chegada ao paraíso, que se materializa no litoral e, principalmente, nas terras mais ao sul (Silveira, 2007, p. 79).

---

<sup>35</sup> Albuquerque Júnior (2011).

Já as obras de José Lins do Rego podem ser compreendidas a partir do chamado “Ciclo da cana-de-açúcar<sup>36</sup>”, no qual o autor constrói, com base em suas memórias de infância nos engenhos, uma narrativa sobre a ascensão, crise e decadência da sociedade patriarcal nordestina. A escrita de José Lins do Rego é marcada por um forte caráter memorialista, nostálgico e crítico, profundamente atravessado pela tensão entre passado e presente. Seus romances, especialmente os do Ciclo da cana-de-açúcar, são construídos a partir de lembranças da vida nos engenhos, o que confere à narrativa um tom de evocação de um mundo em declínio, quase como uma tentativa de resgatar uma ordem social que se desfaz.

Suas obras revelam um incômodo com a modernização e com a emergência da sociedade urbana e burguesa, “[...] opondo-se a uma nova realidade que emerge” (Silveira, 2007, p. 81). Albuquerque (2011), por sua vez, destaca que nas obras de José Lins,

A cidade surge como o lugar do desenraizamento; lugar a partir do qual projeta o espaço nostálgico do engenho; lugar em que a miséria era maior das injustiças mais gritantes que no engenho; em que os códigos morais tradicionais ruíam. Lugar traiçoeiro onde a lei e a disciplina vigiavam e puniam aqueles homens acostumados com os códigos lábeis e informais da sociedade patriarcal. Faltava ao pobre, na cidade, alguém que velasse por ele, que o orientasse, que o controlasse de forma paternal. A cidade era o lugar do conflito, do acirramento das contradições entre patrões e empregados, protótipo das relações capitalistas que se implantavam. Lugar onde se formavam as novas gerações de senhores, cujos valores não mais coadunam com aqueles que fizeram a glória das casas-grandes (p. 134).

Há uma espécie de crítica à modernidade, vista como incapaz de preservar vínculos humanos mais orgânicos, substituindo-os por relações frias e disciplinadoras. Outro traço importante é a construção de personagens que vivem em conflito com o presente. Eles aparecem presos ao passado, incapazes de se adaptar às novas dinâmicas sociais, o que reforça a ideia de deslocamento e perda (Silveira, 2007).

Outra importante escritora que imprimiu em suas narrativas uma perspectiva nostálgica para o Nordeste foi Rachel de Queiroz (Silveira, 2007). Embora a autora trate de questões sociais importantes, como desigualdade e conflitos, ela não rompe totalmente com uma visão conservadora. Ao contrário, ela tende a olhar para essas transformações com um certo saudosismo, valorizando o passado sertanejo e suas estruturas tradicionais.

---

<sup>36</sup> “Nascido na propriedade de seu pai (Engenho Corredor) localizada no município de Pilar na Paraíba, ele passa a infância envolto pelo universo da sociedade açucareira, ambiente que o inspirou na criação dos personagens dos seus romances que constituíram o chamado “Ciclo da cana-de-açúcar”. Fazem parte do Ciclo da cana-de-açúcar os seguintes romances: Menino de engenho (1932), Doidinho (1933), Banguê (1934), Moleque Ricardo (1935) e Usina (1936)” (Silveira, 2007, p. 80).

A obra *O Quinze*, da escritora, foi inspirada na seca de 1915, uma das mais severas do século XX. Conforme Santiago (2024), Rachel de Queiroz “criou imagens impactantes, como a de Chico Bento se deparando com migrantes que se alimentavam de uma novilha morta de mal dos chifres” (p.144).

Para Albuquerque (2011), Rachel de Queiroz constrói, em sua obra, uma representação idealizada do sertanejo, articulando a valorização de atributos como coragem e resistência a uma crítica às transformações advindas da modernidade urbana e do capitalismo.

A partir desse cenário, percebemos que o romance regional adquire centralidade e passa a ocupar um lugar de destaque no cenário literário brasileiro, sendo elevado ao estatuto de literatura nacional.

Esses temas regionais estabelecidos pelo romance de trinta passaram a apresentar o Nordeste sempre do mesmo jeito, como se suas características fossem eternas, naturais e imutáveis “como se fosse assim desde sempre” (Albuquerque Júnior, 2011, p.). Logo, “a história encontra na grande literatura a base necessária para a conquista do imaginário social” (Robin, 2016, p. 72).

Orlandi (2009), evidencia que “o imaginário não ‘brota’ do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (p.42). Assim, o chamado “imaginário nordestino” é menos uma descoberta e mais uma invenção, erguida a partir de interesses e projetos que, em diferentes momentos, buscaram organizar simbolicamente o Brasil.

O imaginário se configura como um campo de produção de sentidos, no qual a história e as posições ideológicas dos sujeitos se entrecruzam, determinando o modo como certos espaços e identidades são construídos (Orlandi, 2009).

Nesse sentido, ao tratar do papel da literatura na criação de imagens sobre o Nordeste, o historiador Albuquerque Jr. (2011), destaca que essa produção não se limita a retratar uma realidade já dada, ao contrário, ela participa ativamente de sua própria construção, razão pela qual o autor afirma que se trata de:

Uma maquinaria literária que aparece fundada na representação de um referente tido como fixo: a realidade da região Nordeste. Este é tomado como um objeto preexistente, como uma espacialidade ‘natural’, sobre a qual se constitui essa camada de discurso literário. Na verdade, essa literatura, longe de representar apenas este objeto, participa de sua invenção, de sua instituição (p.123).

Diante disso, nota-se que o Nordeste foi imageticamente construído, no campo literário, como o espaço da saudade, um território que evoca tradições e memórias de um passado

tradicional. Essa representação o consolida como um lugar conservador, patriarcal e marcado por heranças escravocratas, servindo como um dos elementos centrais na formação e na manutenção da identidade nordestina (Albuquerque, 2011).

Assim, quando nos reportarmos ao trecho retirado do livro *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado, percebemos que esses estereótipos não ficaram apenas na obra literária, eles se transformaram em narrativas sociais persistentes e têm seu ápice a cada quatro anos.

Os estereótipos, uma vez instituídos, ultrapassam o campo das ideias e infiltram-se nas mais diversas formas de expressão: cristaliza-se na literatura, repete-se nos livros de história, é disseminado pelo cinema, pela televisão, pelas artes e também pelos vínculos cotidianos entre as pessoas. Naturaliza-se, portanto, como se fosse evidente e ancestral, quando na verdade é resultado de uma dinâmica política de representação, marcada por assimetrias e disputas econômicas.

Para Roger Chartier (1991), as representações não são meros reflexos da realidade, tampouco simples imagens mentais ou discursos neutros sobre o mundo social. Chartier (1991) entende as representações como formas historicamente construídas de perceber, classificar e dar sentido ao real, que atuam diretamente na organização das práticas sociais.

Paralelamente à literatura, a imprensa também desempenhou um papel importante na formação do imaginário sobre a região. Afinal, o discurso jornalístico “retrata e cria o lugar do outro” (Mamede, 1996, p. 43), uma vez que cabe aos meios de comunicação definir, por seus próprios critérios, o que será ou não levado ao conhecimento do público.

A ocorrência de secas no Nordeste antecede, em muito, a própria invenção do que hoje entendemos como “Nordeste”. Antes de existir como região geopolítica, o território já enfrentava longos períodos de estiagem que marcaram profundamente sua formação social. Os registros mais antigos remontam ao século XVI<sup>37</sup>, quando viajantes, colonizadores e cronistas relatavam os impactos devastadores da falta de chuvas.

Entre 1580 e 1583, ocorreu uma das primeiras secas registradas, engenhos foram prejudicados, fazendas ficaram sem água e cerca de cinco mil indígenas desceram o sertão em busca de alimento. Somente no século seguinte os chamados “sertanejos” passaram a ocupar de maneira mais sistemática a região que futuramente seria delimitada como o Polígono das Secas<sup>38</sup>.

De Nys, Engle e Magalhães (2016) esclarecem que as secas sempre existiram:

---

<sup>37</sup> “Um dos primeiros relatos dos quais se tem notícia sobre a seca é do padre português Fernão Cardim, que, em fins do século XVI, deixou registrado em seu Tratado da Terra e da gente do Brasil” (Bonato, 2018, p. 344).

<sup>38</sup> O Polígono das Secas é uma área geográfica delimitada no Nordeste e parte de Minas Gerais, caracterizada pela ocorrência recorrente da seca, baixo regime de chuvas e aridez do solo.

Antes do adensamento da ocupação humana no interior da região, que começou em meados do século XVI, não havia grandes problemas, porque o ecossistema predominante, a Caatinga, era adaptado ao clima e suas variações periódicas. Somente nos casos de secas extremas, as antigas e esparsas populações indígenas eram atingidas e migravam em direção ao litoral, conforme informam cronistas dos primeiros anos da colonização portuguesa. Contudo, depois que os colonizadores penetraram o sertão e começaram a modificar a paisagem, com o estabelecimento de fazendas e com desmatamentos para a criação de gado e para a produção de alimentos, aumentou muito a vulnerabilidade às secas (p.22).

Essa ocupação foi intensificada após a Carta Régia (1701) que proibia a criação de gado numa faixa de dez léguas do litoral rumo ao interior, empurrando as atividades pecuaristas para o semiárido, o que contribuiu para o povoamento de áreas que, até então, não eram exploradas pelos portugueses.

No decorrer dos anos 1700, diversas estiagens voltaram a assolar a região, provocando perdas imensas nas capitanias do Maranhão, do Ceará e do Rio Grande do Norte. Rebanhos inteiros morreram, a população enfrentou fome extrema e a infraestrutura dos engenhos mostrou-se incapaz de acompanhar o crescimento demográfico.

Décadas mais tarde, a região enfrentaria aquela que ficou conhecida como o período da “Grande Seca”, iniciado em 1877 e prolongado por mais de dois anos. Essa seca ganhou destaque e “deu início como um dos primeiros episódios a marcar a construção da identidade do que hoje chamamos de identidade nordestina” (Santos, 2020, p. 61).

A seca de 77 ficou registrada como a maior seca de sua história, responsável por deslocar em massa pobres e trabalhadores rurais, expulsos do campo pela fome e pela falta de água. Rodolfo Teófilo, farmacêutico por formação, registrou a tragédia em seu livro *A Fome – Violação* (1890), que retratava o drama vivido pela população cearense.

A peste e a fome matam mais de 400 por dia! O que te afirmo é que, durante o tempo em que estive parado em uma esquina, vi passar 20 cadáveres: e como seguem para a vala! Faz horror! Os que têm rede, vão nela, suja, rota, como se acha; os que não a têm, são amarrados de pés e mãos em um comprido pau e assim são levados para a sepultura. E as crianças que morrem nos abarracamentos, como são conduzidas! Pela manhã os encarregados de sepultá-las vão recolhendo-as em um grande saco; e, ensacados os cadáveres, é atado aquele sudário de grossa estopa a um pau e conduzido para a sepultura (Teófilo, 1890/1979).

No Brasil, o poder público chegou a impor limitações à divulgação das condições de miséria ocasionada pela seca nos jornais do Rio de Janeiro, o que retardou a chegada de auxílios indispensáveis (Santiago, 2024). Ainda assim, esse episódio marcou a primeira vez em que a seca alcançou projeção nacional, sobretudo porque a imprensa já contava com uma estrutura

mínima capaz de fazer o problema ultrapassar as fronteiras regionais e ganhar visibilidade em todo o país, como aponta Santiago (2024).

Albuquerque Jr. (2011) argumenta que a seca só passou a ser reconhecida como um grande problema nacional quando seus efeitos ultrapassaram os limites das populações e passaram a atingir setores economicamente e politicamente mais influentes. Com base no exposto, o historiador explica:

[...] esta seca ocorre num momento de crise econômica e de declínio político dos grupos dominantes desta área do país. Ela, pela primeira vez, atinge com intensidade setores médios dos proprietários de terras com falência de alguns, a morte ou a necessidade de migração para outros (Albuquerque, 2011, p. 92).

Com o intuito de expor e denunciar a negligência das autoridades diante dos efeitos da estiagem, o periódico *O Besouro*<sup>39</sup>, em 1878 estampou em sua capa litogravuras que retratavam crianças assoladas pela fome e pelo abandono<sup>40</sup>.

A ilustração (Figura 2) apresentava duas fotografias sendo sustentadas por um esqueleto trajado com paletó, sob o título “*Páginas tristes – Scenas e aspectos do Ceará (para S. Majestade, o Sr. Governo e os Senhores Fornecedores verem)*”, foi concebida como um recurso visual destinado a intensificar as denúncias formuladas pelo escritor e jornalista José do Patrocínio em textos publicados no periódico *Gazeta de Notícias*.

<sup>39</sup> “A revista *O Besouro* foi uma publicação mensal brasileira lançada em 1901, no Rio de Janeiro, com foco no humor e na sátira política. Andrade e Logatto (1994) contam que ela se destacou pelas caricaturas e textos satíricos, abordando questões políticas e sociais de forma crítica e irreverente” (Santiago, 2024, p. 37).

<sup>40</sup> As imagens foram litografadas pelo chargista português Rafael Bordalo Pinheiro, enquanto os registros fotográficos são de autoria do fotógrafo Joaquim Antônio Correia.

**Figura 2 - Ilustração litográfica da Seca de 1877-78**



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro<sup>41</sup>

À época, José do Patrocínio dedicou-se à cobertura jornalística da seca com o propósito de fiscalizar a destinação e o uso dos recursos públicos voltados ao seu enfrentamento. Para isso, empreendeu uma viagem ao “Norte”, iniciada em maio de 1878 e concluída em agosto do mesmo ano, cujos relatos foram publicados na primeira página da *Gazeta de Notícias*, na coluna *Folhetim*, sob o título “Viagem ao Norte”. “Com dez artigos publicados entre junho e setembro de 1878, Patrocínio expõe as feridas abertas pela estiagem e apresenta a aplicação dos recursos governamentais a serem usados como alívio” (Santiago, 2024, p. 36).

Vale destacar que, à época, o Nordeste ainda não era concebido como uma região definida nos termos atuais, sendo entendido apenas como uma porção territorial do Norte, como já abordado no tópico anterior.

<sup>41</sup> Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=402630&pagfis=533>. Acesso em: 01 fev. 2026.

**Figura 3 - Mapa da região flagelada pela seca de 1877<sup>42</sup>**



Fonte: Museu de topografia

Ainda no século XIX, a imprensa brasileira já recorria às estratégias visuais para conferir maior credibilidade e impacto às denúncias sociais. Ao trazer a publicação das fotografias das crianças vítimas da seca de 77, observa-se que essas imagens foram utilizadas como uma espécie de prova concreta da tragédia, reforçando a narrativa sobre o sofrimento “daquela” população. Conforme aponta Santiago (2024), essa foi uma das iniciativas pioneiras da imprensa brasileira na utilização de fotografias como documentos comprobatórios de um fato.

Neves (2019), explica que naquele período as imagens e fotografias ainda eram pouco frequentes nas páginas dos jornais, por isso, cabia aos textos oferecer aos leitores descrições que conferissem o máximo de verossimilhança às condições dos corpos maltrapilhos que chegavam à capital do Império durante os períodos de seca.

O vocabulário impresso (ao mesmo tempo parnasiano, romântico e naturalista) destacava os corpos e suas características, apontando para suas imperfeições e morbidades, em uma linguagem cheia de referências poéticas e líricas, buscando, no leitor, não somente o desconforto e a indignação, mas igualmente, por contraste, o reforço de ideais de beleza e de normas sociais civilizadas (Neves, 2019, p. 131).

<sup>42</sup> Elaborado pelo engenheiro André Rebouças, em 1878. Uma das primeiras delimitações geográficas do que se configura o Nordeste atual.

Outra estiagem a ter grande repercussão na imprensa foi a de 1915, no qual os corpos dos retirantes voltam a ser objeto da reflexão pública e da exposição na imprensa, conforme aponta Neves (2019). A partir desse momento, houve uma mudança importante na forma como os jornais representavam a realidade, especialmente a miséria dos retirantes das secas.

O avanço tecnológico permitiu a impressão de fotografias nos jornais. Com isso, as notícias deixaram de ser apenas textuais e passaram a combinar texto e imagem, o que aumentava a verossimilhança dos eventos narrados. A miséria dos retirantes<sup>43</sup> despertava certa curiosidade em segmentos da população da capital, sendo, contudo, o estado de saúde das crianças o aspecto que mais atraía a atenção dos repórteres (Neves, 2019), - foi um verdadeiro espetáculo.

Sobre essa nova fase, Neves (2019), explica:

A miséria dos retirantes das secas torna-se novamente elemento mórbido da admiração popular, após décadas de exposição textual, a povoar o imaginário de sombras que domina as significações destinadas ao “Norte”, entre os jornais do Rio de Janeiro, como uma materialização da pobreza possível em um país recentemente saído da escravidão e do passado colonial, vivendo – pelo menos na capital e nas principais cidades – uma urbanização acelerada e perversamente desigual (p.133).

Tanto as imagens quanto os textos da imprensa não apenas informavam, mas construíam uma narrativa de tragédia, transformando os “retirantes” em um verdadeiro espetáculo de sofrimento. No jornal *A Noite*, por exemplo, a chegada dos retirantes é anunciada como o “êxodo da região maldita”, expressão que sugere deslocamento em massa marcado por sofrimento e fatalidade. Já no jornal *A Rua*, o “sertão cearense” é descrito como “um grande braseiro em que nada escapa”, cenário de “cenas dantescas”, reforçando a imagem de destruição e horror<sup>44</sup>.

Neves (2019), argumenta que a imprensa não apenas retratou a situação dos retirantes, mas os transformou em um “outro”, que encarna tudo aquilo que a sociedade moderna afirma ter superado: a fome, a desesperança, a desonra, a humilhação, a desagregação moral e social. Assim, a miséria da população não foi tratada como um problema social urgente a ser resolvido, mas como algo a ser exposto, como se fosse uma peça de museu, algo do passado, digno de curiosidade ou até de certa contemplação, mas não de transformação.

Essa exposição, ao mesmo tempo, cumpre uma função ideológica de reforçar a narrativa do progresso. Ao mostrar os retirantes como um obstáculo no caminho, a sociedade moderna se afirma como superior, enquanto empurra esses sujeitos para o lugar de atraso, de resto histórico.

<sup>43</sup> “Após a seca de 1877, passam a ser chamados de retirantes e, depois de 1915, de flagelados” (Neves, 2019, p. 134).

<sup>44</sup> (Neves, 2019).

Ressalta-se que a região voltou a enfrentar grandes estiagens, como a seca de 1932<sup>45</sup>, contudo os corpos dos retirantes, tratados quase como um espetáculo nos jornais, já não tinham o mesmo impacto que antes. “A configuração do pobre como “nordestino” haveria de regionalizar definitivamente a pobreza como um atributo associado ao espaço do semiárido” (Neves, 2019, p. 143).

A partir dessa compreensão, é possível compreender que as representações jornalísticas do Nordeste brasileiro não apenas denunciam as contradições sociais do país, mas também operam, por meio de uma lógica de espetacularização da notícia, na qual o sofrimento é convertido em narrativa dramática e visualmente impactante.

Nesse processo, a imprensa transforma a miséria em um produto de consumo, privilegiando o apelo emocional, as imagens chocantes e o sensacionalismo em detrimento de uma análise estrutural das desigualdades, contribuindo, assim, para a fixação de determinados sentidos sobre a região e seus sujeitos.

A partir desse cenário, Santiago (2024), destaca que a forma como a seca foi tratada pela imprensa e pela literatura teve papel decisivo na construção do recorte espacial antes identificado como “Norte”, passando a ser denominado Nordeste. Dessa maneira, a crise climática da região desempenhou um papel central na construção simbólica e política do Nordeste.

Por fim, ao refletir sobre os discursos que constroem e legitimam determinadas imagens sobre o Nordeste, as telenovelas também ocupam um lugar de destaque nesse debate. Mesmo em pleno século XXI, com todo o aparato tecnológico e informacional disponível, a ficção televisiva brasileira ainda reproduz representações estereotipadas da região e de seus habitantes.

Essas narrativas, ao reiterar personagens, cenários e conflitos associados à pobreza, ao atraso ou à caricaturização cultural, contribuem para a manutenção de um imaginário cristalizado, que naturaliza desigualdades e limita a compreensão da complexidade social, histórica e cultural do Nordeste.

Para Rosa e Gomes (2006), os estereótipos facilitam a construção dos personagens e de seus comportamentos, tornando-os facilmente reconhecíveis pelo público. Esses estereótipos não existem apenas como simplificações narrativas, eles fazem parte do processo cognitivo humano, ajudando a formar o imaginário social. Além disso, eles transmitem ideias e ideologias que acabam sendo compartilhadas entre quem produz a narrativa (a mídia) e quem a recebe (o

---

<sup>45</sup> Em vez de implementar políticas públicas eficazes, o governo adotou medidas de contenção, como a criação de “currais”, com o objetivo de impedir a chegada da população à capital modernizada Fortaleza.

público), porque os espectadores conseguem reconhecer ou se identificar com os personagens e imagens apresentadas.

É por isso que algumas novelas “recorreram à cultura para gerar empatia e até certo ponto se tornarem críveis, ou seja, procuram descrever características da cultura de uma região ou comunidade para obter audiência de determinado público” (Viana; Said, 2014, p.5). A exemplo: Caminho das Índias (2009), Cordel Encantado (2011), O Clone (2022), Cheias de Charme (2012), entre outras.

Uma ilustração recente de telenovela que retrata a cultura e o povo nordestino pode ser observado em “No Rancho Fundo” (TV Globo, 2024), que retoma a tradição da emissora de ambientar tramas em cidades fictícias do sertão nordestino, reproduzindo cenários de “terra batida” e personagens marcados por traços caricatos e estereotipados. Essa produção tornou-se alvo de críticas e até de *memes* nas redes sociais, revelando como o imaginário sobre o Nordeste continua sendo explorado de forma limitada e repetitiva pela teledramaturgia brasileira<sup>46</sup>.

**Figura 4 - Foto divulgação da novela Rancho Fundo**



Foto: Divulgação TV Globo

O portal “Notícias da TV” destaca que, ao longo dos 60 anos de teledramaturgia, a Globo produziu 26 novelas ambientadas no Nordeste, das quais apenas quatro se passaram em capitais: Verão Vermelho (1970) e Segundo Sol (2018), ambas em Salvador (BA); Tropicante (1994),

<sup>46</sup> Disponível em: Notícias da TV – “Parada no tempo: Globo explora sertão até o limite e ignora capitais do Nordeste”, acesso em 08 out. 2025.

em Fortaleza (CE); e *Final Feliz* (1982), entre Fortaleza e Recife (PE). Esse dado revela uma preferência pela representação do sertão, em detrimento dos espaços urbanos e contemporâneos do Nordeste.

Ainda assim, mesmo em narrativas ambientadas fora da região, a identidade nordestina de determinados personagens costuma ser ressaltada como característica central, marcando-os como “outro” que veio “ganhar a vida” em terras supostamente mais promissoras, a exemplo da personagem Maria do Carmo, da novela *Senhora do Destino* (2025).

Dessa forma, os estereótipos funcionam como um recurso de simplificação na representação, permitindo rotular e generalizar grupos ou contextos para que o público compreenda rapidamente. Nas novelas, essa estratégia é usada para apresentar personagens e situações de forma resumida, criando uma sensação de verossimilhança para que a narrativa seja convincente, ela precisa se apoiar em elementos reconhecíveis pelo espectador, compartilhando códigos culturais que possibilitem identificação e entendimento.

Nessa perspectiva, a identidade só existe em relação à alteridade, isto é, um grupo se reconhece e se define não apenas pelo que é, mas pelo que não é. Como aponta Said (2007), cria-se a imagem do “eu”, a partir da diferenciação do “outro”. No caso do Nordeste, essa construção o posiciona como um espaço “outro”, um espaço atrasado, místico e povoado por figuras estereotipadas, como “cabras valentes e mulheres perdidas” (Albuquerque, 2011, p. 130).

Grande parte das inspirações dessas narrativas têm origem nos escritores modernistas da primeira metade do século XX, especialmente no chamado romance de trinta, cujos autores viam na literatura um instrumento de “denúncia” das desigualdades sociais e de afirmação de uma identidade regional, frente ao cenário literário nacional.

Sousa e Marcolino (2016), apresentam algumas características frequentemente encontradas na ficção televisiva. No melodrama, por exemplo, os personagens são comumente representados por quatro arquétipos: traidor, justiceiro, vítima e bobo, a representação do nordestino nas novelas transita por essas categorias em diferentes obras. A essas características somam-se a ideia de atraso e a ausência de tecnologia, regularmente associadas a cenários arcaicos nos quais o coronelismo predomina, como ocorre em diversas narrativas, além da religiosidade fervorosa.

Vale destacar que, ainda que se trate de um estereótipo, alguns elementos não são necessariamente falsos como o cangaço e o coronelismo, que de fato existiram. O problema, contudo, está em reduzir a complexidade da região a esses episódios, tratando-os como únicos ou determinantes, transformando-os em algo espetacular.

Algumas produções televisivas se apoiam em romances de autores da própria região, os quais, inclusive, também podem reproduzir discursos equivocados, como ocorre nas adaptações de Gabriela (2012) e Tieta (1989), de Jorge Amado, essas obras costumam acentuar excessos na linguagem, no figurino e na interpretação. Tais escolhas estéticas acabam por conferir às narrativas um tom caricatural, afastando-as da verossimilhança e da complexidade social que lhes deu origem. “Dessa forma, o nordestino apresentado na televisão é alimentado pelo imaginário nacional quase sempre tem um vínculo com a pobreza, com a seca e pouco estudo” (Sousa; Marcolini, 2016, p.8).

Outro ponto que merece questionamento diz respeito ao uso do sotaque nas telenovelas, frequentemente representado de forma homogênea para todas as regiões do Nordeste brasileiro. Não há, nesses casos, um critério claro, tampouco um cuidado em considerar as especificidades linguísticas de cada estado. Como observa Jesus (2006), *apud* Sousa; Marcolino (2016). costuma-se, nessas narrativas, tratar o Nordeste como um bloco linguístico único.

À luz desse entendimento, a teledramaturgia brasileira pode ser pensada como um espaço privilegiado de produção de sentidos e de circulação de representações sociais. Ao mesmo tempo em que entretém, ela participa da elaboração de discursos que figuram percepções coletivas sobre gênero, cultura, região e identidade.

Logo, as telenovelas, assim como a literatura, não atuam apenas como formas de representação cultural, mas também funcionam como dispositivos de produção e circulação de um imaginário hegemônico, contribuindo para a fixação de uma determinada visão sobre o Nordeste, cujas implicações políticas e sociais ultrapassam o campo artístico.

Além disso, é importante destacar que a difusão dessa imagem do Nordeste não se restringiu à imprensa, à literatura ou às telenovelas. O mesmo sentido saudosista, como observa Silveira (2007), também se manifestou em outras expressões artísticas, como as artes plásticas, a música e o teatro.

#### 4. COMPREENDENDO OS OBSERVÁVEIS: DESINFORMAÇÃO E DISCURSO DE ÓDIO NO X

No processo de análise, não buscamos desenvolver um modelo imutável para interpretar as narrativas retiradas do *twitter*; uma vez que seguimos um percurso analítico sustentado na Hermenêutica de Profundidade de Thompson, o qual nos permite iniciar um processo contínuo de interpretação e reinterpretação dos acontecimentos. Dessa forma, propomos uma observação e compreensão de como a desinformação se articula com outros fenômenos e contribui para o aprofundamento de manifestações de ódio, como a xenofobia contra os nordestinos, considerando os contextos sociais e históricos em que essas narrativas estão inseridas, a materialidade teórica e empírica criteriosa das publicações coletadas que sustentam a análise e, por fim, a etapa compreensiva que permite uma leitura mais ampla do fenômeno investigado.

Com isso, dialogamos com a metodologia para compreender como as redes sociais funcionam como canais de divulgação, circulação e disseminação de desinformação e discursos de ódio contra os nordestinos. Por isso, é importante voltar o olhar para essas publicações e refletir sobre os sentidos que vêm sendo atribuídos aos nordestinos, especialmente em contextos de intensa polarização política. Adotar uma perspectiva aberta e não reducionista ao longo da pesquisa é essencial para compreender, de forma mais completa e crítica, as diversas camadas envolvidas nas representações dos nordestinos, bem como os processos de manutenção de estigmas e de reprodução de relações de poder e dominação.

Além disso, unir as técnicas de observação e abordagem metodológica com as possibilidades da análise de conteúdo, da técnica de coleta de dados e do processo de reinterpretação constitui um aspecto central para aperfeiçoar as proposições acadêmicas neste estudo sobre a desinformação e o discurso de ódio que circulam nas redes e atingem, de forma recorrente, os nordestinos. Portanto, não buscamos aqui esgotar todas as questões que envolvem essa temática, tampouco simplificar as múltiplas camadas e dinâmicas que envolvem o fenômeno da desinformação e do discurso de ódio.

O objetivo é apenas indicar caminhos para reinterpretar comportamentos atravessados por estigmas históricos, que são reativados especialmente em contextos de grande mobilização política, de forma a termos materialidades reflexivas para entender, na amplitude possível, a perpetuação dessa discriminação contra o povo nordestino.

Diante disso, destacamos que ao longo das próximas páginas estabelecemos procedimentos científicos sustentados, também, pelo contexto sócio-histórico, análise formal e reinterpretação dos achados com o intuito de caminharmos em nossas proposições teórico reflexivas. Essas etapas são acionadas transversalmente e a todo instante, pois precisamos refletir frente a

um processo de texto e contexto de modo simultâneo, principalmente quando trabalhamos com cenários que exigem a interpretação da doxa cotidiana associada ao campo científico considerado formal.

Para além disso, nos procedimentos metodológicos, *corpus* de análise e categorização executaremos a segunda etapa da HP: a análise formal dos conteúdos. Para isso, vamos recorrer à ferramenta metodológica de Análise de Conteúdo, proposta Bardin (1977), que nos permitirá estruturar os resultados por meio de análise, sem esquecer, contudo, de manter uma relação direta com a nossa metodologia central (HP).

Na etapa de interpretação e reinterpretação, entraremos efetivamente na terceira fase da HP, na qual teremos como apoio a análise formal para orientar nossas reflexões em um processo de reinterpretação de um fenômeno previamente interpretado socialmente, mas que ainda permite novos olhares de forma sistematizada e crítica.

#### 4.1. Tuitando Preconceitos: a *timeline* da intolerância

Faz-se necessário apresentar um breve panorama histórico da fundação do *twitter* até os dias atuais, a fim de compreender as dinâmicas utilizadas na disseminação de manifestações de discurso de ódio e, conseqüentemente, de desinformação. Tal contextualização se justifica pela relevância da plataforma para esta pesquisa, uma vez que o *corpus* analisado é composto por postagens extraídas dessa rede social.

Nesta pesquisa, as denominações "*X*" e "*twitter*" serão utilizadas como sinônimos, uma vez que se referem à mesma plataforma, que, apesar da mudança de nome jurídico promovida por Elon Musk em 2022, mantém suas funcionalidades e reconhecimento público sob a marca original.

Criado em 2006 por Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone, o *twitter* surgiu como um serviço de mensagens curtas inspirado nos limites dos SMS da época, com postagens de até 140 caracteres. Em 2007, tornou-se uma empresa independente e, ao longo dos anos, expandiu suas funcionalidades para incluir fotos, vídeos, ao vivo e áudios. Em 2017, o limite de caracteres foi ampliado para 280.

Com os chamados *Trending Topics* (TTs) em português tópicos populares, o *twitter* se consolidou como um termômetro social e político, permitindo acompanhar em tempo real os temas mais comentados do momento. Essa funcionalidade evidencia os vinte assuntos de maior repercussão na plataforma, sendo composta por palavras-chave ou *hashtags* que se destacam pela frequência com que aparecem nas postagens dos usuários.

Assim, os TTs funcionam como um termômetro das discussões que mobilizam a atenção coletiva na rede. Essa funcionalidade não apenas reflete os debates mais relevantes do momento, mas também influencia e pauta os meios de comunicação tradicionais, tornando-se um objeto de desejo para indivíduos, marcas e grupos que buscam visibilidade ao figurar entre os assuntos mais comentados da rede perante o mundo.

Nessa perspectiva, é possível perceber, como aponta Castells (2013), que as novas tecnologias, nisso incluo as redes sociais, têm transformado profundamente a maneira como as pessoas se relacionam, interagem e compartilham informações.

A plataforma, traduzida para dezenas de idiomas, ultrapassou os 229 milhões de usuários ativos diários em 2022 e conta com presença física em diversos países. No mesmo ano, o bilionário Elon Musk adquiriu a empresa, promovendo mudanças significativas, como o lançamento do serviço por assinatura *twitter Blue* e a alteração do nome jurídico da companhia para *X Corp* (a marca *twitter* permanece visível aos usuários). No Brasil, a rede ganhou força a partir de 2008 e hoje tem sede em São Paulo.

É importante ressaltar que a plataforma enfrentou uma suspensão temporária no Brasil em 2024. A medida foi determinada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, em 30 de agosto, após a empresa descumprir ordens judiciais relacionadas à remoção de conteúdos que veiculavam desinformação e atentavam contra a democracia.

A suspensão foi revogada em 8 de outubro, quando a empresa nomeou um representante legal no país, bloqueou os perfis exigidos judicialmente e quitou uma multa no valor de R\$28,6<sup>47</sup> milhões. Em suma, o *twitter* se consolidou como uma plataforma que promove a sensação de liberdade total de expressão e acesso à informação.

Ele oferece aos usuários a ideia de que todos têm poder sem barreiras, autonomia e acesso à informação, o que o caracteriza como um espaço de comunicação horizontal, assim explica Santos (2020). Dessa maneira, sem hierarquias claras entre quem fala e quem escuta, cria-se um efeito chamado por Santos (2020) de “liberdade plena”, que é como se qualquer pessoa, independentemente de sua classe social, pudesse exercer influência apenas por estar ali compartilhando ideias.

No Brasil, a plataforma reúne cerca de 22,13 milhões de usuários<sup>48</sup> e tem se consolidado como palco recorrente de polêmicas e debates acalorados. Sua estrutura, que privilegia

<sup>47</sup> BBC News Brasil. Por que a rede X (ex-Twitter) foi suspensa no Brasil e como voltou ao ar. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gz28359d4o>. Acesso em: 08 maio 2025.

<sup>48</sup> RANKING: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2025, com insights, ferramentas e materiais. RD Station, 2025.

interações rápidas e conteúdos virais, facilita a propagação de mensagens discriminatórias, preconceituosas e desinformações.

Quanto a isso Santos (2020, p. 121) é categórica, ao afirmar que o

*Twitter* (re)produz efeitos de sentido de onipotência, completude e onipresença do discurso da tecnologia em que, a partir dela, o sujeito pode tudo. Tal discurso faz circular determinadas ideologias com vistas à garantia das relações de poder da própria mídia digital sobre os sujeitos usuários. As estratégias da empresa caminham para a disseminação de práticas e de discursos que dão sustentação aos desejos dos sujeitos de adquirir um tipo de poder ilimitado, “sem barreiras”.

De acordo com o *Digital News Report 2023*, pesquisa anual conduzida pelo Instituto Reuters em seis continentes e 46 mercados, a maioria das pessoas com menos de 35 anos acessa notícias por meio de redes sociais, mecanismos de busca ou agregadores de conteúdo<sup>49</sup>.

O Brasil ocupa o quarto lugar entre os países com o maior número de usuários ativos mensais no *twitter*, com cerca de 19 milhões. De acordo com dados da plataforma *Statista*<sup>50</sup>, as pessoas utilizam a plataforma principalmente para se manter informadas sobre notícias (61,2%), além de seguir marcas ou produtos (36,3%), assistir a conteúdos de entretenimento (35,0%), publicar ou compartilhar fotos e vídeos (27,8%) e enviar mensagens para amigos e familiares (19,8%).

Os dados apresentados indicam que a plataforma é utilizada em sua grande maioria como um meio de acesso à informação, e não tanto como uma rede social tradicional, onde as conexões são baseadas em relações sociais pré-existentes no mundo real, tornando a rede social um lugar propício para as armadilhas da desinformação. A sobrecarga de informação proporcionada pelo mundo moderno é, para Rosa (2022), “uma das razões para nossa sensação de alienação” (p. 130).

Além disso, o *X* frequentemente se torna palco de ataques coordenados, como campanhas de ódio direcionadas a grupos, pessoas ou à sociedade, bem como a disseminação de desinformação. Um exemplo notório foi o caso de ataques direcionados à jornalista Patrícia Campos Mello, que, em 2018, após reportagens sobre disparos em massa de *fake news* durante as eleições, tornou-se alvo de uma campanha de difamação no *twitter*, marcada por ofensas misóginas (discurso de ódio) e desinformação organizada.

---

Disponível em: <https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 25 mai. 2025.

<sup>49</sup> Disponível em: <https://ajor.org.br/o-que-o-digital-news-report-2023-revela-sobre-o-jornalismo-e-o-consumo-de-informacao/>. Acessado em: 26 maio 2025.

<sup>50</sup> A *Statista* é uma plataforma online alemã especializada em coleta e visualização de dados. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/303681/twitter-users-worldwide/?ref=definicao.marketing>. 26 maio 2025.

Apesar da pressão para que retirem do ar determinados conteúdos é perceptível que o mercado se beneficia do poder de negócio das grandes plataformas digitais, tais como *facebook*, *instagram*, *google*, *youtube* e *twitter*, como aponta Rêgo (2021).

O *twitter* (atual X) pode ser compreendido como uma plataforma que já nasceu sob a lógica da aceleração. Inicialmente limitado a 140 caracteres e, posteriormente ampliado para 280, ele impõe uma dinâmica comunicacional marcada pela rapidez, pela síntese extrema e pela constante atualização. Essa estrutura favorece interações breves, imediatas e, muitas vezes, superficiais, dificultando processos mais lentos de reflexão e aprofundamento.

A partir desse contexto, é possível estabelecer um diálogo com as reflexões de Rosa (2022), sobre aceleração social e alienação. Para o autor, a modernidade intensifica o ritmo da vida, comprimindo o tempo e reorganizando as formas de interação e de experiência no mundo.

A plataforma contribui para a produção de novas experiências temporais marcadas pela urgência e pelo fluxo contínuo e espaciais já que conecta sujeitos em tempo real, independentemente da localização. Além disso, promove novos modelos interacionais, baseados na instantaneidade, na visibilidade e na lógica da reação (curtidas, *retweets*, respostas rápidas).

O alcance massivo do *twitter*, aliado à velocidade de disseminação de conteúdos e à relativa ausência de moderação eficaz, intensificou a visibilidade e a repercussão de narrativas discriminatórias. Para Rosa (2022), “a vida social moderna é regulada, coordenada e dominada por um regime temporal apertado e rígido, que não é articulado em termos éticos” (p.8).

Ataques coordenados de ódio no *twitter* são eventos frequentes, especialmente em períodos de acirramento político. Um dos alvos recorrentes desses ataques são os nordestinos, que vêm sendo sistematicamente hostilizados por manifestações de ódio propagadas na plataforma.

O ataque aos nordestinos no X não é um caso isolado ocorrido apenas em 2022, mas sim um padrão recorrente que se manifestou nos contextos eleitorais de 2010, 2014 e 2018, revelando a persistência do uso da plataforma para a disseminação de discursos de ódio, o que levanta sérias preocupações sobre o que poderá ocorrer nas eleições de 2026. Esse cenário se agrava ainda mais com a mudança na gestão da rede: o *Center for Countering Digital Hate* e a *Anti-Defamation League* apontaram, em relatórios recentes, que o volume de discurso de ódio e desinformação no *twitter* cresceu dramaticamente sob a administração de Elon Musk.

#### 4.2. Procedimentos metodológicos aplicados à pesquisa

Realizada a contextualização acerca do observável, reiteramos que a metodologia desta pesquisa é fundamentada na Hermenêutica de Profundidade, de Thompson (1995), que nos dá condições de compreender como a desinformação e o discurso de ódio perpetuam estereótipos

contra os nordestinos. De forma contínua, temos executado a etapa de contexto sócio-histórico dessa metodologia, desvelando a complexidade do discurso de ódio e do fenômeno da desinformação, bem como desconstruindo a ideia de Nordeste presente no imaginário de muitos brasileiros.

No segundo momento, para a realização da análise formal, optamos pelo método de análise de conteúdo, proposto por Bardin (1977), por permitir a interpretação de mensagens, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, voltados à descrição e categorização das postagens. “O uso da Análise de Conteúdo é bastante variado visto que a mesma pode ser aplicada a todas as formas de comunicação, com objetivos também diversificados” (Cardoso, Oliveira, Ghelli, 2021, p. 103).

Foram selecionadas publicações postadas na rede social já mencionada (*twitter*) no período das eleições presidenciais de 2022 (primeiro e segundo turno). É importante destacar, que estamos trabalhando com uma amostra intencional para a delimitação das publicações dentro de critérios pré-estabelecidos.

No interior deste referencial teórico-metodológico, também adotamos, ao longo da pesquisa, técnicas metodológicas que contribuem diretamente para o desenvolvimento das propostas aqui apresentadas. Cabe destacar que os procedimentos metodológicos representam os caminhos escolhidos para viabilizar a coleta de dados e, por consequência, organizar a apresentação dos resultados obtidos, de acordo com as decisões tomadas durante o percurso investigativo. Além da Análise do Conteúdo (utilizada, aqui, na segunda etapa da Hermenêutica de Thompson), também ressaltamos que esta é uma pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa nos permite compreender em profundidade situações, comportamentos, discursos e relações sociais que não podem ser explicados apenas com números ou dados estatísticos. Ela atende a uma demanda central da pesquisa social: interpretar e analisar a complexidade dos fenômenos humanos e sociais, levando em conta seus múltiplos sentidos, contextos e subjetividades.

A intenção é entender como determinadas representações sobre o Nordeste e os(as) nordestinos(as) são produzidas e circulam nas redes sociais. Embora a pesquisa lide com um volume grande de postagens do *twitter* (X), o foco principal não é medir quantidades, mas compreender significados.

Dito isso, reiteramos que a intenção, desta pesquisa, é compreender como a desinformação se articula com outros fenômenos e, dessa forma, contribui para o aprofundamento do discurso de ódio contra os nordestinos, realizando, assim, reflexões teóricas numa ótica qualitativa, por meio das estratégias já mencionadas.

Ademais, por se tratar de uma investigação que envolve a coleta e organização de dados, conforme proposto na Hermenêutica de Profundidade de Thompson, adotamos como recurso metodológico a Análise de Conteúdo, com o intuito de examinar os dados extraídos das publicações selecionadas. Compreende-se por análise de conteúdo “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 1977, p. 40).

Bardin (1977), estabelece três fases cronológicas para a análise de conteúdo: a pré-análise; a exploração do material; e a interpretação dos resultados. A primeira delas consiste na pré-análise, na qual após uma leitura geral do material escolhido para a análise, efetua-se a organização do *corpus* a ser investigado.

Nesse momento, realiza-se uma leitura exploratória dos documentos selecionados, o que possibilita o primeiro contato com o *corpus* empírico, a definição do material que será analisado e a formulação de hipóteses ou objetivos que orientarão as etapas seguintes da investigação. Essa etapa também envolve a construção de indicadores interpretativos, que servirão como ferramentas para examinar os conteúdos e “a sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras”, (Bardin, 1977, p. 126).

Sobre as etapas, Bardin (1977) apresenta quatro indicadores interpretativos, que servirão como ferramentas para examinar os conteúdos. Para garantir a validade da análise, a seleção dos documentos deve obedecer a critérios como exaustividade (inclusão de todos os elementos relevantes), representatividade (quando houver amostragem, esta deve refletir o universo estudado), homogeneidade (coerência e comparabilidade dos dados) e pertinência (alinhamento entre o material escolhido e os objetivos do estudo).

Em seguida, inicia-se a exploração do material que consiste na construção das operações de codificação, a partir da escolha das unidades de registro, em função de regras previamente formuladas. As unidades de Registro segundo Bardin (1977), podem ser uma palavra, uma frase, um tema, um personagem ou documentos em sua forma integral. Ainda na fase de exploração do material, depois da codificação devem ser estabelecidas a enumeração e a categorização.

Sobre a categorização da análise, Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021, p. 107) explicam que “é um procedimento de classificação e agrupamento de dados considerando a parte comum existente entre eles”.

O critério de categorização pode ser semântico, originando as categorias temáticas. Pode ser sintático, definindo-se categorias a partir de verbos, adjetivos, substantivos, etc. As categorias podem ainda ser constituídas a partir de critérios léxicos, com ênfase

nas palavras ou podem ser fundadas em critérios expressivos. Cada conjunto de categorias, entretanto, deve fundamentar-se em apenas um destes critérios (Cardoso et al., 2021, p. 108).

Para Bardin (1977), codificar é transformar o conteúdo de um texto em informações organizadas e interpretáveis, por meio de alguns passos principais: como separar trechos do texto que tenham sentido ou relevância para a pesquisa (as chamadas *unidades de registro*); reunir esses trechos que têm algo em comum (agregação); contar a frequência ou intensidade com que esses temas aparecem (enumeração); organizar os dados em grupos com base no seu conteúdo ou sentido, (Classificação em categorias simbólicas ou temáticas).

Feitas a enumeração e a categorização, procede-se com o tratamento dos resultados e a interpretação, que consiste, segundo Bardin (1977), em compreender tanto os significados evidentes, quanto os mais latentes, presentes em todo o material analisado.

Feitas essas considerações sobre as práticas metodológicas adotadas neste estudo, no tópico a seguir serão apresentados, de forma mais direta, o corpus de análise e os caminhos reflexivos definidos para a organização e interpretação dos materiais analisados.

De modo geral, os processos (re)interpretativos estão sendo sustentados, na etapa formal, pela escolha e análise dos documentos (publicações do *twitter*), possibilitando o desenvolvimento de percepções críticas que orientam o percurso analítico da investigação.

Considerando também aspecto metodológico abordado anteriormente (análise sócio-histórica), o próximo tópico tem como propósito detalhar o *corpus* selecionado, bem como os caminhos reflexivos que foram delineados, com o objetivo de organizar e estruturar os materiais de análise.

#### 4.3. Delimitação do *corpus* da pesquisa e a segunda etapa da Hermenêutica de Profundidade

O funcionamento de um espelho é relativamente simples. Em vez de absorver ou espalhar os raios luminosos que incidem sobre sua superfície plana, o espelho os reflete, criando uma imagem que parece estar atrás dele. Essa imagem é chamada de imagem virtual, pois não pode ser projetada em uma tela e só pode ser vista por quem olha diretamente para o espelho (Santiago, 2025, s.p).

Como mencionado anteriormente, adotamos uma amostragem intencional na seleção das publicações extraídas do *twitter*, atualmente denominado X, a partir dos descritores “Nordeste” e “nordestinos”. Foram coletados mil *tweets* com o auxílio de um *web crawler* (monitor de redes sociais) desenvolvido em linguagem Python, dos quais 150 foram selecionados para análise. Além disso, o *corpus* inclui outras 50 postagens coletadas manualmente na plataforma após o resultado do primeiro turno das eleições.

A coleta considerou apenas conteúdos publicados em perfis públicos, das 17h às 23h do dia 2 de outubro e das 17h às 23h do dia 30 de outubro, correspondendo, respectivamente, ao primeiro e ao segundo turno das eleições presidenciais. As postagens reúnem informações como data, horário, usuário, conteúdo e número de *likes* e *retweets*, no entanto, para esta pesquisa, foi analisado exclusivamente o conteúdo textual das publicações.

O recorte temporal foi definido em função do crescimento alarmante de discursos de ódio e manifestações de xenofobia, que têm se intensificado de forma preocupante nos últimos anos. A escolha do *twitter* como plataforma de análise nesta pesquisa se deu principalmente por suas características estruturais e funcionais que favorecem a circulação e o engajamento de conteúdos de forma rápida e direta.

Diferente do *instagram*, que é voltado majoritariamente para conteúdos visuais, ou do *facebook*, cuja dinâmica tem se tornado mais voltada a círculos fechados e interações com pessoas conhecidas, o *twitter* se destaca como um espaço de debate mais fluido, onde o alcance das postagens (*tweets*) pode se ampliar rapidamente por meio de curtidas, *retweets* e comentários, inclusive por usuários fora da rede imediata do autor do conteúdo.

Além disso, o *twitter* conta com a funcionalidade dos tópicos relevantes (*trending topics*), que indica, em tempo real, os assuntos mais comentados do Brasil e do mundo. Esse recurso, ausente em outras redes sociais, também foi determinante para sua escolha, pois permite observar com mais clareza o alcance e a repercussão dos *tweets*.

A partir das três fases cronológicas (pré-análise; exploração do material; interpretação dos resultados) da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) seguimos os seguintes passos para a categorização das postagens. O primeiro passo, que consiste na pré-análise, foi realizada uma leitura geral do material escolhido para a análise e em seguida efetuada a organização do *corpus* a ser investigado que, no caso desta pesquisa, são as postagens do *twitter*. O uso das palavras, especialmente quando repetidas, contribuiu para a assimilação de ideias. Além disso, as escolhas lexicais atuam na organização e classificação dos sentidos, desempenhando um papel fundamental na estruturação do texto (Halliday; Matthiessen, 1999).

Como mencionado anteriormente, das mil publicações coletadas pelo aplicativo foram selecionadas 150 postagens e outras 50 retiradas no dia 02 de outubro de 2022. As postagens obedecem às seguintes orientações de categorização propostas por Bardin (1977): exaustividade, representatividade e homogeneidade.

As publicações selecionadas foram escolhidas por apresentarem características em comum que descredibilizam, estereotipam e marginalizam a imagem do Nordeste e do nordestino, ou que contêm desinformação a respeito da região e de seus habitantes, no período supracitado.

Em seguida, iniciamos a exploração do material que consiste na construção das operações de codificação, a partir da escolha das unidades de registro, que neste caso são as palavras retiradas das postagens publicadas no *twitter* que contém discurso de ódio ou desinformação destinadas ao Nordeste e aos nordestinos.

As unidades de Registro, segundo Bardin (1977), podem ser uma palavra, uma frase, um tema, um personagem ou documentos em sua forma integral, de onde depreende-se sua enumeração: presença, frequência e co-ocorrência. “A Unidade de Registro é a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas” (Franco, 2008, p. 41).

Ainda na fase de exploração do material, foram estabelecidas a enumeração e a frequência. A enumeração é a presença de termos ou expressões que indiquem manifestações de ódio contra o Nordeste e os nordestinos, bem como a presença de desinformação relacionada à região e aos seus habitantes e a frequência é a quantidade de aparições com que essas palavras aparecem nas unidades de registros (publicações do *twitter*).

Para facilitar a visualização de como foram estabelecidas a enumeração e a frequência a tabela 01 nos auxiliará na compreensão do estudo:

**Tabela 3 – Frequência e enumeração a partir dos termos identificados nas postagens do *twitter***

| Unidades de Registros                  | Enumeração                           | Frequência |
|----------------------------------------|--------------------------------------|------------|
| Postagens do dia 02 de outubro de 2022 | Morrer de sede/Sem água              | 8          |
|                                        | Morrer de fome/ passar fome          | 6          |
|                                        | Baiano de merda                      | 1          |
|                                        | Não quer trabalhar                   | 2          |
|                                        | Morrer roçando junqueira             | 1          |
|                                        | Bolsonaro levou água para o Nordeste | 5          |
|                                        | Nordestino tem que se foder          | 5          |

|                                        |                                             |   |
|----------------------------------------|---------------------------------------------|---|
|                                        | Pobreza                                     | 5 |
|                                        | Desemprego                                  | 4 |
| Postagens do dia 30 de outubro de 2022 | Mais de 5 milhões de nordestino em SP/DF/RJ | 2 |
|                                        | Povo sofrido                                | 1 |
|                                        | Doutrinado                                  | 1 |
|                                        | Retardo                                     | 1 |
|                                        | Desanexado do Brasil                        | 4 |
|                                        | Comer migalhas                              | 1 |
|                                        | sem água                                    | 3 |
|                                        | Analfabetismo                               | 5 |
|                                        | Miseráveis                                  | 2 |
|                                        | Sustentado por outros estados               | 3 |
|                                        | Tentar vida melhor no Sul/Sudeste           | 4 |
|                                        | Raça maldita                                | 1 |

Fonte: Elaboração da autora

Posteriormente, as publicações foram organizadas em três grupos (categorias): aquelas que continham apenas discurso de ódio, as que apresentavam somente desinformação e as que combinavam discurso de ódio e desinformação. Essas categorias serão examinadas no próximo tópico, intitulado “Interpretando e reinterpretando os observáveis de análise”.

Essa sistematização busca organizar de forma mais clara a análise proposta, contudo, compreende-se que o fenômeno é multidimensional e atravessa ambos os eixos de maneira inter-relacionada. A categorização para Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021, p. 107) “é um

procedimento de classificação e agrupamento de dados considerando a parte comum existente entre eles”.

É importante destacar que todo o processo de categorização das postagens foi realizado manualmente, a fim de permitir maior proximidade entre o pesquisador e o objeto de estudo. A minha condição de mulher nordestina e minha trajetória cultural influenciam o olhar lançado sobre os dados. Entendo que a minha subjetividade não é um elemento externo ou acidental, mas parte constitutiva do processo investigativo.

Desde a escolha dos descritores até a definição das categorias de análise, minhas experiências, valores e perspectivas pessoais estiveram implicados nas decisões metodológicas. Além disso, reconheço que outro pesquisador, com vivências e referenciais distintos, poderia chegar a classificações e interpretações diferentes.

Adverte-se que a categoria que será apresentada foi construída especificamente para atender aos objetivos deste estudo em particular. Essa categoria não deve ser entendida como um modelo universal ou como um esquema que possa ser aplicado automaticamente a outras pesquisas. Isso porque cada tema possui características próprias, especificidades e contextos distintos, as chamadas idiossincrasias que exigem recortes e categorias adequadas à sua realidade.

**Tabela 4 – Categoria de análise a partir dos termos identificados nos *tweets***

| <b>Categorias</b>                | <b>Quantidade de post por categoria</b> |
|----------------------------------|-----------------------------------------|
| Discurso de ódio                 | 189 postagens                           |
| Desinformação                    | 9 postagens                             |
| Desinformação e discurso de ódio | 2 postagens                             |

Fonte: Elaboração da autora

Por fim, procedemos ao tratamento e à interpretação dos resultados com base no método de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (1977), articulado à segunda etapa da Hermenêutica de Profundidade de Thompson (1995). Ressalta-se, portanto, que as fases analíticas da HP são complementares entre si, não devendo ser compreendidas como etapas isoladas ou sequenciais.

#### 4.4. Interpretando e reinterpretando os observáveis de análise

Em uma tentativa de interpretar e reinterpretar os atravessamentos presentes nas postagens sobre o Nordeste e os nordestinos, identificamos que os primeiros ataques tiveram início logo após o levantamento do resultado do primeiro turno das eleições presidenciais de 2022. A partir da categorização do *corpus*, é possível observar que 94,5% das postagens analisadas correspondem a manifestações de discurso de ódio, enquanto 4,5% dizem respeito à desinformação acerca da região e de seus habitantes e 1% corresponde a conteúdos que articulam discurso de ódio e desinformação.

Iniciaremos este tópico analisando o discurso de ódio contra os nordestinos que, como já mencionado nos capítulos anteriores, não é um fenômeno exclusivo do ano de 2022, mas um tipo de ataque que vem sendo observado desde as eleições de 2010, conforme aponta Santos (2020). Os ataques começaram de forma esporádica e foram se intensificando ao longo do tempo, acompanhando o acirramento das disputas políticas e a ampliação do uso das redes sociais.

Para lembrar, o ano de 2022 foi marcado por uma disputa acirrada entre os candidatos à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. Em meio a esse embate, a participação eleitoral do Nordeste foi decisiva para o resultado final. A região registrou a maior diferença de votos entre os candidatos, garantindo ao presidente eleito, Lula, uma vantagem de mais de 22 milhões de votos válidos nos nove estados nordestinos.

Em decorrência disso, observou-se uma intensa proliferação de discursos xenófobos e desinformativos contra os nordestinos nas redes sociais, em especial no *twitter*. As mensagens, difundidas em perfis e grupos de apoio a Bolsonaro, apresentavam teor ofensivo, como xingamentos, e visavam desacreditar a região Nordeste e sua população.

Entre os discursos de ódio analisados, os mais recorrentes são aqueles que desejam a morte de nordestinos, inclusive por fome e sede, o que revela um nível extremo de violência e evidencia uma profunda falta de empatia. Esse tipo de linguagem nega a dignidade e os direitos básicos dos indivíduos, retratando-os como indignos de compaixão ou solidariedade.

Em uma das frases extraídas da postagem “Nordestino tem que morrer de fome e de sede! Raça maldita”, observa-se que, ao evocar o extermínio, os ofensores não apenas negam a humanidade desse grupo, como também contribuem para a legitimação de outras formas de violência, além da simbólica.

Nesse tipo de discurso, o conflito político é levado a um nível extremo, de modo que, conforme Santos (2020), “é como se para o nordestino não houvesse escapatória, não houvesse

saída: ele já nasce ‘um não gente’ e assim morrerá” (p. 141). É como se a eliminação do outro fosse vista como a única solução possível.

De acordo com o MDH<sup>51</sup>, as tecnologias contemporâneas do ódio sustentam-se na história de violência, de extermínios, de esquecimento deliberado, do extrativismo predador e no desprezo continuado das vítimas, fenômenos que marcam a formação histórica brasileira. Algo que pode ser facilmente percebido a partir das postagens aqui analisadas.

Ademais, as narrativas “morrer de sede e de fome” também precisam ser compreendidas à luz de um viés histórico. A vulnerabilidade da região às secas remonta ao final do século XIX e início do século XX, com a seca de 1877, 1915 e a de 1932<sup>52</sup>, que tiveram grande repercussão na mídia e consolidou o que ficou conhecido como a indústria da seca<sup>53</sup>.

E, de fato, pessoas morreram de fome nas regiões atingidas pela estiagem. Porém, a fome não pode ser explicada unicamente pela ocorrência da seca, esta atua, sobretudo, como um fator de intensificação de uma condição já existente, cuja origem está muito mais associada às desigualdades sociais do que propriamente às variações climáticas (Albuquerque, 2011).

Pontuamos que a primeira seca a ter grande repercussão na imprensa brasileira, foi a de 1877-79, conhecida como a “grande seca” e um dos estados mais atingidos foi a província do Ceará, ainda no período imperial, nas quais as delimitações dos estados brasileiros não eram as mesmas de hoje.

Como já pincelado nos capítulos anteriores, até 1915 o Nordeste ainda não existia como recorte geográfico. Somente a partir da década de 20 a região passou a ser reconhecida enquanto unidade espacial, marcada por transformações significativas no chamado “Norte” do Brasil (Santiago, 2024). O Nordeste agora se consolidava como território definido pela seca e pelas obras promovidas pela União, com o objetivo de atenuar os efeitos da irregularidade das chuvas.

A pobreza, por exemplo, deixa de ser apresentada como um problema social mais amplo e passa a ser regionalizada. Logo, a fome e a seca passaram a ocupar um lugar central no imaginário social acerca do Nordeste, sendo a região frequentemente associada a esses elementos. Tal associação foi reiteradamente construída e difundida por discursos e por vozes que se colocaram como representantes do Nordeste, cristalizando imagens de uma terra árida, marcada pela escassez de água e pela precariedade das condições de vida.

---

<sup>51</sup> Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania (MDH).

<sup>52</sup> O fenômeno voltou a se repetir em 1979, 1993, 1998 e 2001.

<sup>53</sup> As oligarquias econômicas e políticas da região apropriaram-se dos recursos públicos, destinados a combater os efeitos do fenômeno climático, em benefício próprio.

**Figura 5 - Captura de tela de postagem no *twitter***



Fonte: da própria autora

Esses padrões naturalizados ao longo do tempo contribuíram para a consolidação de estereótipos que vinculam a região à seca e à fome, como se tais características lhe fossem inerentes. O histórico de secas na região revela não apenas a negligência e o elitismo do Estado colonial e republicano, mas também evidencia como a miséria nordestina foi sistematicamente instrumentalizada como problema social a ser contido, e não como sofrimento humano a ser mitigado.

A seca, portanto, não foi apenas um fenômeno natural, tampouco foram implementadas medidas efetivas para amenizar seus efeitos, ao contrário, ela foi potencializada por um pacto político e social que priorizou a ordem e a manutenção da riqueza das elites em detrimento da vida da população mais vulnerável.

Por isso, ao fazermos uma reflexão sobre a seca, devemos considerar que ela está presente em todas as regiões, de norte a sul e de leste a oeste, afetando a produção agrícola e o abastecimento de água. Contudo, é na região Nordeste que ela se manifesta com maior frequência e intensidade e têm impactos mais acentuados (Nys, Engle e Magalhães, 2016).

Esse fenômeno natural, caracterizado pelo índice de disponibilidade de água natural abaixo da média devido à variabilidade climática, resulta em taxas de precipitação baixas e/ou taxas de evaporação altas (Nys, Engle e Magalhães, 2016), que embora seja um fenômeno

previsível, historicamente não houve a implementação de políticas estruturais capazes de enfrentá-las de forma eficaz, prevalecendo ações paliativas e emergenciais.

Entre as décadas de 1870 e 1940, por exemplo, as intervenções governamentais concentraram-se na construção de grandes obras hídricas, como açudes e infraestrutura de abastecimento. No entanto, apesar de sua relevância técnica, tais medidas não conseguiram resolver o problema central associado às estiagens, pois não criaram condições duradouras de trabalho, nem garantiram emprego e renda para a população do semiárido (Menezes; Morais, 2002).

A seca, além de um fenômeno real, passou a ser instrumentalizada pelas elites como recurso político e econômico. Ao perceberem seu impacto social e cultural, essas elites passaram a explorar sua imagem, marcada pela miséria e pelo sofrimento, para sensibilizar as autoridades e, assim, obter vantagens, como perdão de dívidas e acesso a recursos públicos, conforme aponta.

Assim, é perceptível, que o Nordeste não se trata de uma realidade geográfica fixa ou natural dada, - como muitos pensam- mas de uma construção histórica e discursiva, fruto de delimitações simbólicas e políticas produzidas por sujeitos em contextos específicos (Albuquerque, 2011).

Além disso, ao circular de forma ampla e, de maneira intensificada, nas redes sociais essas narrativas ganham capilaridade e aparência de normalidade. Com isso, acabam produzindo justificativas para a violação de direitos e esvaziando, na prática, os próprios fundamentos da democracia e da cidadania, que passam a não se aplicar de forma igual a todos.

Ademais, sobre a expressão “raça maldita”, dirigida aos nordestinos, ela pode ser interpretada como uma manifestação de viés racista, ainda que o Nordeste não constitua uma “raça” no sentido biológico. Isso porque esse tipo de enunciado aciona uma lógica de racialização, atribui características inferiores a um grupo, desumaniza seus integrantes e os coloca como vidas descartáveis.

Tal interpretação encontra respaldo também no campo jurídico, uma vez que decisões recentes do Supremo Tribunal de Justiça (STJ)<sup>54</sup> passaram a enquadrar práticas discriminatórias contra pessoas de origem nordestina como crime de racismo. No contexto da publicação, essa construção não é neutra, pois se articula com marcadores históricos de raça, classe e região, considerando que a população nordestina é majoritariamente composta por pessoas negras e pardas. Em relação a isso Santiago (2022), esclarece que,

---

<sup>54</sup> Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/stj-equipara-discriminacao-contr-nordestino-a-crime-de-racismo/1744621246>. Acesso em: 20 fev. 2026.

De fato, o preconceito contra o povo do Nordeste está profundamente enraizado no racismo estrutural do Brasil, uma vez que a desvalorização do nordestino, isto é, do “mestiço acaboclado” das “Impressões do Nordeste”, conecta-se diretamente com a desvalorização do sujeito não branco (p.169).

Outro discurso bastante recorrente nas postagens foi: “Se o Lula ganhar, eu espero que o Nordeste seja o mais afetado possível com fome, desemprego e pobreza”. Os autores das publicações expressam um desejo de que os nordestinos sejam punidos com base em uma possível vitória eleitoral de um candidato. Logo, o ódio contra os nordestinos não é um acontecimento isolado, pelo contrário, trata-se de um processo histórico contínuo de exclusão e opressão, sustentado por dinâmicas de poder e dominação.

Esse tipo de discurso evidencia uma profunda desconexão com a realidade social e cultural do Brasil. Ao ignorar as contribuições históricas, políticas, econômicas e culturais do Nordeste, esses enunciados reduzem a região a estereótipos negativos.

Albuquerque (2011) define o discurso estereotipado como “um discurso assertivo, repetitivo, uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras” (p.30). Assim, o estereótipo nega a pluralidade interna de um grupo, transformando-o em algo monolítico e facilmente categorizável, sustentado por uma fala que não admite questionamentos.

No contexto eleitoral, esse movimento se agrava, pois transforma divergências políticas em ataques à identidade regional, distorcendo o debate democrático e reforçando narrativas associadas à pobreza, o desemprego, à fome e à seca, frequentemente mobilizadas de forma pejorativa. Tal processo não ocorre de maneira acidental, ao contrário, cumpre uma função política ao reduzir os nordestinos a estereótipos depreciativos e posições de inferioridade. Para Bento (2024), “esses estigmas, profundamente arraigados na cultura brasileira, refletem não apenas preconceitos regionais, mas também a interseção entre racismo e xenofobia” (p. 8).

Além disso, as publicações colocam os nordestinos como responsáveis pelos problemas socioeconômicos do país e utilizam expressões como “faz o L”, bordão muito usado nas eleições de 2022 “o nordestino é um povo burro”, entre outros termos. Na sequência uma série de comentários carregados de manifestações de ódio, como a xenofobia, incluindo expressões que incitam, de forma explícita ou velada, o extermínio dos nordestinos.

As manifestações de ódio contra nordestinos não são apenas opiniões individuais ou episódios isolados, mas mecanismos que atuam para manter hierarquias sociais e silenciar grupos que, dentro da luta de classes, representam resistência (Santos, 2020).

Essas falas os retratam de forma pejorativa, associando-os à ignorância e à inferioridade intelectual, o que revela uma tentativa de deslegitimar a participação política dos nordestinos. Ao rotulá-los como “burro, gado”, essas falas não apenas invalidam seu direito de participação política, mas também revelam uma lógica de dominação, na qual determinados grupos se arrogam o poder de definir quem é ou não digno de reconhecimento.

Configurando-se, portanto, como uma construção discursiva que vai além da divergência eleitoral e revela uma visão hierarquizada do país, em que Sul e Sudeste se afirmam como referência de superioridade, enquanto o Nordeste é sistematicamente associado ao atraso e à incapacidade.

Santiago (2022), aponta que a manutenção dessa lógica de inferiorização não ocorre de forma inconsciente, mas opera como um mecanismo que aprisiona determinados grupos a uma condição de subordinação e suposta ignorância, dificultando a revisão dessa ordem social e limitando a ocupação de espaços de destaque na sociedade.

Trata-se de um processo que sustenta relações de dominação, funcionando como uma ferramenta ideológica que enfraquece a capacidade desses sujeitos de reivindicar direitos. Essa relação de dominação que o Sul e Sudeste tentam exercer sobre o Nordeste se torna latente quando nos debruçamos sobre a análise que Said (2007) fez do Oriente a partir das perspectivas do Ocidente, a fim de estabelecer uma relação de poder, colocando o Oriente como o mais fraco, o inferior, o exótico e, por isso, passível de dominação.

Se comparado ao povo nordestino, observa-se a mesma abordagem, um olhar estigmatizante que o posiciona como culturalmente atrasado, dependente de outros estados e inferiorizado, legitimando, assim, práticas simbólicas e reais de exclusão e discriminação. Essa exposição do “outro” também pode ser percebida pelas dinâmicas das plataformas digitais que atuam operando para reiterar diferenças, produzir culpabilização e sustentar formas contemporâneas de violência.

**Figura 6 - Nuvem de palavras com os principais estereótipos disseminados contra os Nordestinos nas eleições de 2022**



A partir da década de 1930 e, sobretudo, com o avanço da industrialização em São Paulo, intensificaram-se os fluxos migratórios. Ao mesmo tempo, o Sudeste, especialmente São Paulo, passava por um acelerado processo de crescimento industrial, ampliando a demanda por mão de obra. Nesse cenário, trabalhadores estrangeiros e nacionais foram incorporados ao mercado de trabalho, consolidando a região como o principal polo de concentração e acumulação de capital do país.

Conforme aponta Rua (2003), a partir desse episódio, “o crescimento urbano une-se ao industrial, impulsionados pela imigração e migrações internas originárias do campo da região Sudeste e do Nordeste” (p.191). A partir da década de 1940, consolida-se no Brasil um modelo desenvolvimentista de caráter dualista, voltado à redução da população rural e à sua transferência para centros urbanos e regiões mais dinâmicas (Vainer, 2000, p. 24).

Foi entre os anos de 1940 e 1970 que o Nordeste descobriu o Sudeste (Rua, 2003). Nesse período se intensificaram os fluxos migratórios internos, com deslocamentos em direção ao Sudeste e a áreas de expansão agrícola, em um contexto de forte êxodo rural<sup>55</sup>. A modernização do campo aumentou a produtividade, mas reduziu a demanda por mão de obra, gerando um excedente populacional direcionado às cidades.

Nas mesmas décadas (1940 e 1970), diante da crise agrária e da pressão exercida por trabalhadores sobre a estrutura latifundiária, foram criadas condições que favoreceram o esvaziamento do Nordeste. Nesse contexto, a população foi direcionada para os centros urbanos, especialmente as grandes metrópoles e regiões mais desenvolvidas, sendo incorporada a um modelo dualista de desenvolvimento que opunha o campo, associado ao atraso, à cidade, vista como espaço da modernidade (Rua, 2003).

Portanto, o processo de migração Nordestina não pode ser entendido apenas como resultado de dinâmicas econômicas naturais, mas como parte de um projeto político de reorganização do território que deslocou populações inteiras sem, contudo, garantir sua plena integração social e econômica, contribuindo para a reprodução de desigualdades estruturais entre regiões.

**Figura 7 - Nuvem de palavras com as principais manifestações de ódio disseminados contra os Nordestinos nas eleições de 2022**

---

<sup>55</sup> (Rua, 2003, p. 194).



**Figura 8 - Captura de tela de postagem no *twitter***

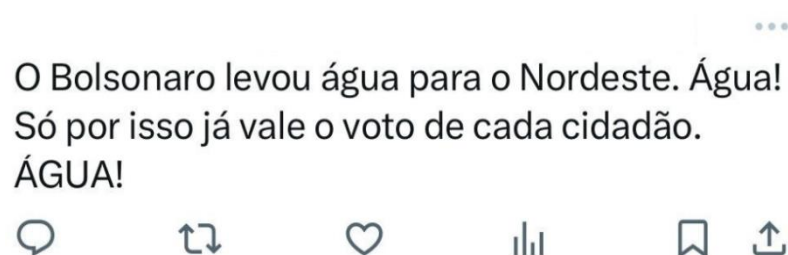


Fonte: da própria autora

Ademais, não se pode deixar de destacar que o discurso de ódio configura crime e não se confunde com o exercício da liberdade de expressão. O ordenamento jurídico brasileiro assegura esse direito fundamental, mas o faz em equilíbrio com outros princípios igualmente protegidos pela Constituição, como a dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, manifestações que propagam discriminação, preconceito ou incitam a violência extrapolam os limites da liberdade de expressão, pois violam diretamente direitos fundamentais.

Discursos que mobilizam racismo, xenofobia, intolerância religiosa, discriminação de gênero, orientação sexual ou qualquer outra forma de exclusão não podem ser legitimados sob o pretexto de opinião, uma vez que se constituem como formas explícitas de violência simbólica e social. Assim, tais práticas devem ser reguladas e combatidas, a fim de impedir que a liberdade de expressão seja distorcida e utilizada como justificativa para ataques aos princípios basilares do Estado Democrático de Direito.

**Figura 9 - Captura de tela de postagem no *twitter***



Fonte: da própria autora

Outro grupo em que as publicações foram categorizadas diz respeito à desinformação, no qual 4,5% dos conteúdos postados sobre o Nordeste apresentavam esse tipo de abordagem. Entre as narrativas identificadas, destacou-se a disseminação da ideia de que o governo de Jair Bolsonaro teria sido responsável por “levar água para o Nordeste”. O discurso utilizado vem

acompanhado da ideia de que os nordestinos teriam sido “íngrats” nas urnas, associando benefícios públicos a uma lógica de retribuição eleitoral.

Essa afirmação foi amplamente difundida nas redes sociais, em especial no *twitter*, durante o período eleitoral, sendo apresentada como uma conquista exclusiva de seu governo. No entanto, essa narrativa ignora dados e documentos sobre a execução da obra de transposição do Rio São Francisco, revelando-se, portanto, como uma desinformação estrategicamente mobilizada para fins eleitorais.

Segundo matéria do *Brasil de Fato* (2022), em 2018, último ano do governo Michel Temer e antes da posse de Bolsonaro, mais de 90% da obra já estava concluída. A transposição do São Francisco, uma das maiores intervenções hídricas da América Latina, teve seu início ainda no governo Lula (2007), atravessando gestões petistas e de coalizão até chegar ao atual formato.

Catarina Buriti explica que, desde o final do século XIX, quando a seca passou a ser tratada como uma questão de Estado, diferentes políticas públicas foram implementadas, variando desde a construção de grandes açudes, no início do século XX, até iniciativas mais descentralizadas, como a construção de cisternas junto às residências, especialmente nas décadas mais recentes<sup>56</sup>.

O projeto de integração das bacias do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional já tinha sido pensado naquela época. Entre o final da década de 1840 e o início dos anos 1850, o imperador Dom Pedro II encomendou ao engenheiro Henrique Guilherme Halfeld um relatório sobre a exploração do São Francisco, afirma Catarina.

A propagação dessa desinformação reforça um discurso que tenta atribuir a Bolsonaro um papel salvador em relação à histórica escassez de água no Nordeste, ao mesmo tempo em que cria um sentimento de ingratidão atribuído aos nordestinos por, majoritariamente, não terem votado em sua reeleição.

Esse tipo de construção discursiva, além de falsear os fatos, reforça estigmas históricos de inferiorização da região e de seus habitantes, mobilizando afetos negativos e reeditando estereótipos sobre o “atraso” nordestino frente ao “progresso” encarnado por determinadas lideranças políticas e bastante difundido no início do século XX, período em que se consolidou no imaginário da sociedade um nordeste associado ao atraso.

---

<sup>56</sup> Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/polarizacao-intensifica-desinformacao-sobre-transposicao-do-sao-francisco-entenda/?srsltid=AfmBOookZrUw28Buu8ukJrP9bTFmuCGf9Ro15sBahqvdcGleGpx6Eym>. Acesso em 22 de fev. 2026.

As publicações tratam-se, portanto, de uma estratégia desinformativa que opera na lógica do silenciamento histórico e da manipulação para incitar hostilidade política e regional. Esse tipo de desinformação, como afirma Rêgo e Barbosa (2020), tem como objetivo gerar um estado coletivo de confusão e ignorância, no qual a dúvida é estimulada de forma estratégica.

Nesse contexto, pode-se perceber que o preconceito contra o Nordeste não se sustenta apenas em opiniões, mas em um sistema de desinformação que apaga contribuições, simplifica a realidade e reforça desigualdades e que, até mesmo, as respostas a esse preconceito acabam revelando o quanto essa lógica ainda está enraizada.

**Figura 10- Captura de tela de postagem no *twitter***

Nordestino tem que se foder  
mesmo, pior burrada do bolsonaro  
foi levar água pra lá.

Fonte: da própria autora

Sobre a articulação entre desinformação e discurso de ódio, identificamos que 1% das publicações apresentavam esse desdobramento. As publicações afirmavam que “os nordestinos tinham que se foder”, em seguida afirmava que “a pior burrada foi Bolsonaro ter levado água para o Nordeste”.

Esse tipo de narrativa revela uma lógica punitivista e autoritária, na qual o exercício do voto, fundamento da democracia, é reinterpretado como erro moral passível de punição coletiva. Trata-se de um discurso que transforma uma população inteira em alvo legítimo de punição, como se direitos básicos, como o acesso à água pudessem ser condicionados a posicionamentos políticos.

A desinformação, quando articulada ao discurso de ódio, é pensada estrategicamente para se disseminar. Esses conteúdos, como aponta Silva (2025), são produzidos de modo a alcançar muitas pessoas e, principalmente, estimular reações como curtidas, comentários e compartilhamentos, que ampliam ainda mais sua visibilidade.

Para isso, a desinformação aposta menos em convencer pela lógica e mais em mobilizar emoções. Esses afetos tornam o conteúdo mais “engajável” e diminuem o senso crítico, fazendo com que as pessoas acreditem e compartilhem informações mesmo quando elas são claramente

falsas. Dessa forma, o apelo emocional funciona como um motor da circulação da desinformação.

Conforme Silva (2025), as plataformas digitais operam segundo uma lógica que incentiva os usuários a permanecerem mais tempo engajados com conteúdos de sua rede, independentemente de sua veracidade, uma vez que estão orientadas por dinâmicas de mercado. O ambiente digital favorece estruturalmente a desinformação em detrimento da verdade, o que cria um cenário propício para a ampliação de discursos de ódio, já que conteúdos falsos e emocionalmente carregados tendem a se espalhar com mais facilidade e impacto.

Mais do que fenômenos paralelos, desinformação e discurso de ódio operam de forma mútua. A desinformação fornece enquadramentos que racionalizam a hostilidade, enquanto o discurso de ódio intensifica o engajamento e acelera a circulação dessas narrativas. O resultado é a consolidação de um ambiente em que preconceitos são reiterados, desigualdades são naturalizadas e a violência se torna cada vez mais difusa e persistente

Em suma, as narrativas sobre o Nordeste podem se constituir a partir de diferentes camadas de distorção, desde informações imprecisas, até conteúdos deliberadamente fabricados ou manipulados, característicos da desinformação, além de discursos de ódio e construções que operam pela desumanização dessa população.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais consolidaram-se como espaços de intensa circulação de debates, ideias e diferentes formas de enunciação, que podem ser amplificadas, apropriadas e reproduzidas conforme intenções distintas. O *twitter*, por exemplo, passou a ocupar um papel central nas disputas políticas contemporâneas, ao funcionar como um campo de batalha, a plataforma tornou-se um espaço onde diferentes grupos e atores políticos confrontam ideias e constroem narrativas em tempo real. As *hashtags* da plataforma servem como um indicador do que está mobilizando as pessoas em determinado momento.

No contexto das eleições brasileiras, conforme evidenciado neste estudo, observamos um aumento significativo na disseminação de discursos de ódio na referida rede social direcionados aos nordestinos, atingindo níveis extremos. Por isso, reconhecemos a importância de investigar os impactos desses discursos e como eles se articulam às narrativas desinformativas.

Diante disso, esta pesquisa iniciou-se com as primeiras observações sobre os ataques que o Nordeste e os nordestinos sofreram no *twitter*, após o resultado das eleições presidenciais de 2022, por exercerem seu direito ao sufrágio. Os questionamentos foram surgindo de tal modo que durante o trabalho buscamos responder como a desinformação se articulou com outros fenômenos e, dessa forma, contribuiu para o aprofundamento do discurso de ódio contra o Nordeste e os nordestinos.

Para conseguir respondê-los traçamos um caminho que nos ajudasse a desvelar os processos envolvidos nos discursos de ódio e no fenômeno da desinformação. Conceituamos discurso de ódio, apresentando suas diversas manifestações, como ele se revela no ambiente virtual, seus alvos recorrentes e sua relação com a desinformação.

Para compreendermos os aspectos que emergem do fenômeno da desinformação, buscamos entender seus desdobramentos, traçando um percurso de como ela se apresenta na contemporaneidade. Nos aprofundamos em tecer a ligação entre discurso de ódio e desinformação e como eles atuam na perpetuação de estereótipos e preconceitos.

Após percorrermos o caminho de compreensão dos fenômenos, voltamos nosso olhar para o Nordeste e, conseqüentemente, aos nordestinos. Tentamos entender, qual a origem do preconceito contra os nordestinos, quando, como e onde começou, quem foram os responsáveis por sua disseminação e quais interesses foram servidos.

Os caminhos que traçamos desde a primeira página deste estudo até o momento, em que ousamos tecer algumas considerações finais, permitiram-nos revisitar o contexto de marginalização imposto à população nordestina, mobilizando, quando necessário, um olhar para o passado e estimulando o anseio por um futuro mais igualitário, sem negligenciar, contudo, as

violências físicas, simbólicas e imagéticas sofridas por esse povo, tanto no passado quanto no presente, ainda que por meio de estratégias contemporâneas distintas.

Ao observarmos os casos de ataques contra a região Nordeste e seus habitantes percebemos a presença de discursos de ódio de cunho xenofóbico, além da presença da desinformação e os dois fenômenos articulados. Notamos também que os nordestinos são constantemente descredibilizados por usuários que simpatizam com a extrema-direita.

— Confesso que acreditei que grande parte das publicações seria composta por desinformação, porém, fiquei surpresa ao constatar que 90,4% correspondia a discursos de ódio. No entanto, foi possível observar que a desinformação vem atuando como catalisadora desses discursos. —

Os caminhos interpretativos relacionados ao papel da desinformação no aumento da xenofobia contra os nordestinos na rede social *X* revelam que o preconceito contra os nordestinos remonta ao próprio processo de constituição da região Nordeste enquanto recorte espacial, inicialmente associado à seca e, posteriormente, reforçado por diferentes narrativas regionais que buscaram dar sentido a essa delimitação.

Percebemos também que a desinformação, aliada a dinâmica das redes sociais (sobre tudo o *X*), especialmente em contextos de alta polarização como o período eleitoral, atua como um catalisador da xenofobia contra os nordestinos. Não é à toa que em períodos eleitorais as denúncias contra esse crime na *internet* crescem absurdamente.

Além disso, é importante destacar que as manifestações de ódio contra os nordestinos no *twitter* não são um caso isolado do ano de 2022. Na referida rede, elas vêm se manifestando desde as eleições de 2010, o que acabou por encorajar outros usuários a expressarem seu descontentamento com os resultados daquele pleito e, sobretudo, com o papel atribuído aos nordestinos nesse processo eleitoral.

Contudo, é essencial reconhecer que essas manifestações não surgem apenas das circunstâncias momentâneas, mas refletem preconceitos históricos e enraizados na mentalidade de parte da sociedade brasileira. Por isso, a desinformação, sozinha, não criou, nesses casos específicos, preconceito contra os nordestinos, ela aliada aos fenômenos já citados amplificou essas narrativas discriminatórias já existentes no imaginário.

Esse ambiente se torna ainda mais preocupante quando analisamos dados que apontam para o aumento significativo das manifestações de ódio durante períodos de alta tensão política, como os períodos eleitorais. No contexto analisado pela pesquisa, as redes sociais atuam como amplificadoras dessas narrativas, transformando preconceitos latentes em discursos públicos de exclusão e intolerância.

É importante destacar que, embora a desinformação possa não ser a criadora inicial do discurso de ódio contra os nordestinos, ela também atua como uma ferramenta poderosa para reforçar e perpetuar preconceitos preexistentes, pois aciona afetos negativos, como o ódio.

Além da xenofobia, algo que também permeia as categorias de análise é que os discursos das publicações também são ancorados no racismo. Cabe ressaltar, mais uma vez, que a região Nordeste concentra a maior proporção de população negra no país, além de manter vivas diversas tradições afro-indígenas em seus modos de vida. Esses elementos, longe de serem apenas traços culturais, acabam sendo mobilizados como bases para práticas discriminatórias. Foi possível inferir que a representação do Nordeste e de seus habitantes, construída por usuários do *twitter*, está também atravessada por enquadramentos de caráter racista.

Salientamos também que os enunciados que circulam no *twitter* não são apenas opiniões isoladas ou “raiva momentânea”. Eles ajudam a construir uma visão de mundo que parece natural e verdadeira, como se fosse óbvio que nordestinos não sabem votar ou não deveriam participar das decisões políticas. Discursos como esses criam uma aparência de verdade. Eles fazem parecer legítimo questionar o direito ao voto de determinados grupos, especialmente os nordestinos, como se isso fosse uma consequência lógica e não uma forma de exclusão.

Essas falas atualizam ideias antigas, de períodos em que pobres, negros, analfabetos e mulheres eram proibidos de votar. Não é algo novo, é uma reatualização de hierarquias sociais já existentes. Há uma relação com desigualdades econômicas e sociais estruturais. A lógica capitalista, que produz desigualdades, também influencia esses discursos, porque certos grupos são vistos como menos legítimos politicamente.

Portanto, consideramos que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, uma vez que o estudo permitiu compreender como os desdobramentos dos discursos de ódio contra os nordestinos se articulam ao fenômeno da desinformação no ambiente digital, especialmente no contexto das eleições presidenciais de 2022. A análise das publicações no *twitter* possibilitou identificar como essas narrativas são construídas, disseminadas e apropriadas por diferentes usuários da plataforma, revelando a presença de conteúdos discriminatórios associados à circulação de desinformação.

No que se refere aos objetivos específicos, o primeiro — evidenciar como as narrativas publicadas no *twitter* durante o pleito eleitoral reforçam estereótipos e preconceitos contra os nordestinos — foi atendido por meio da análise das postagens que associavam os habitantes da região à incapacidade política, à ignorância ou à dependência econômica, reproduzindo preconceitos históricos presentes no imaginário social brasileiro.

O segundo objetivo, que consistia em desvelar os elementos presentes nas manifestações de ódio direcionadas à região e ao seu povo, foi contemplado ao identificarmos que tais discursos frequentemente assumem caráter xenofóbico e racista, além de mobilizarem narrativas que questionam a legitimidade da participação política dos nordestinos. Observamos também que esses ataques não se restringem a críticas políticas, mas operam através da desqualificação moral e social desse grupo.

O terceiro objetivo, analisar de que forma a desinformação atua como catalisadora desses discursos, foi alcançado ao demonstrar que a circulação de conteúdos falsos ou distorcidos nas redes sociais contribui para intensificar afetos negativos e ampliar a propagação de discursos discriminatórios. Nesse contexto, a desinformação atua como um mecanismo que legitima e potencializa preconceitos já existentes, sobretudo em momentos de forte polarização política, como o período eleitoral.

Por fim, o quarto objetivo, que buscava compreender como o resgate de processos históricos pode auxiliar na interpretação do presente, foi atendido ao evidenciar que o preconceito contra os nordestinos não é um fenômeno recente, mas remonta ao próprio processo de construção histórica da região Nordeste enquanto recorte espacial e simbólico. As análises demonstraram que as narrativas discriminatórias observadas no ambiente digital atualizam estigmas historicamente produzidos e reproduzidos ao longo do tempo.

Por isso, é importante refletir que, em vez de enquadrar o Nordeste sob uma lente homogênea e limitante, é necessário destacar sua riqueza cultural e sua contribuição para o país, abordando os desafios que enfrenta sem perder de vista a pluralidade que o caracteriza. Assim, esta análise não apenas contribui para a desconstrução de estereótipos associados ao Nordeste e aos nordestinos, mas também propõe uma perspectiva crítica e inclusiva, capaz de reconhecer e respeitar as diferenças sem transformá-las em marcas de estigmatização.

Portanto, não pretendemos considerar este estudo como encerrado, embora já tenhamos alcançado conclusões importantes e relevantes para a temática proposta nesta dissertação. Mais do que finalizar um percurso investigativo, torna-se fundamental reconhecer a importância de fortalecer a capacidade de questionar, resistir politicamente e romper o silêncio diante das desigualdades, da discriminação e do preconceito. A superação dessas representações estereotipadas depende de um processo de consciência crítica, no qual os próprios sujeitos passam a questionar as narrativas que são impostas sobre o Nordeste e romper com uma ordem social que perpetua desigualdades e simplificações acerca da região.

## 6. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. **Social media and fake news in the 2016 election**. *Journal of Economic Perspectives*, vol 31(2), 200-255, 2017.

**A política do ódio e a resistência do povo nas ruas e nas redes**. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [s.d.]. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-politica-do-odio-e-a-resistencia-do-povo-nas-ruas-e-nas-redes/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

ARAÚJO, T. B.; SANTOS, V. M. **Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil**. Campina Grande: EDUEPB, 2020. v. 1, p. 329–355. (Coleção Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado). Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786586221695.0018>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BARDIN L. *L'Analyse de contenu*. Editora: Presses Universitaires de France, 1977. **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.

BELLUZZO, R. C. B. **Competências na era digital**: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. Educação Temática Digital, 2005.

BENTO, Carlete da Silva. **“Você Nem Parece Nordestina”**: colonialidade do poder e xenofobia contra os nordestinos no mercado de trabalho brasileiro. Monografia (Curso de Direito) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, 2024.

BISPO, Gabriela Silva; CRUZ, Gabriel Dias Marques da. **Liberdade de expressão e o discurso de ódio contra nordestinos nas eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022 no Brasil**: uma análise do conflito entre direitos fundamentais. *Revista Direito UNIFACS*, Salvador, ISSN 1808-4435, 2023.

BOLSONARO, Flávio (@FlavioBolsonaro). [Publicação de 10 nov. 2023]. Twitter, 2023. Disponível em: <https://twitter.com/FlavioBolsonaro/status/1722709439478640808>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BONATO, Tiago. **“A cada passo se esperava a morte”**: o fenômeno da seca no sertão da América Portuguesa colonial. *Métis: História & Cultura*, v. 17, n. 33, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18226/22362762.v17.n.33.16>.

BUONICORE, Augusto. **Descobrimo o povo brasileiro (III)**: Paulo Prado e o retrato do Brasil (ou da tristeza brasileira). Fundação Maurício Grabois, 4 set. 2018. Disponível em: <https://grabois.org.br/2018/09/04/descobrimo-o-povo-brasileiro-iii-paulo-prado-e-o-retrato-do-brasil-ou-da-tristeza-brasileira/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **As ameaças da desinformação eleitoral na era da “democracia”**. Brasil Contra Fake, 11 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contr-fake/noticias/2024/09/as-ameacas-da-desinformacao-eleitoral-na-era-da-201cdromocracia201d>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Arquivo Nacional — **Memória da Administração Pública Brasileira**. Presidente do Conselho de Ministros. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/331-presidente-do-conselho-de-ministros>. Acesso em: 24 fev. 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Relatório com propostas para enfrentar o discurso de ódio e o extremismo no Brasil**. Brasília: MDHC, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/mdhc-entrega-relatorio-com-propostas-para-enfrentar-o-discurso-de-odio-e-o-extremismo-no-brasil/RelatorioGTdioeExtremismosDigital\\_30.06.23.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/mdhc-entrega-relatorio-com-propostas-para-enfrentar-o-discurso-de-odio-e-o-extremismo-no-brasil/RelatorioGTdioeExtremismosDigital_30.06.23.pdf). Acesso em: 6 jul. 2025.

BRISOLA, Anna Cristina; BEZERRA, Arthur. **Desinformação e circulação de “fake news”**: distinções, diagnóstico e reação. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 2018, Londrina, PR. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018.

BRUGGER W. **Proibição e proteção do discurso do ódio?** Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. *Revista de Direito Público* 2007; 4(15):117.

CARDANO, Piergiorgio. **Manual de pesquisa qualitativa**. Tradução de Marília Ferrari Cardano. Excerpto. São Paulo: Editora LiberArs, 2017.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. **Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa**. Cadernos da FUCAMP, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, p. 98–111, 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo. **A monarquia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Imperial, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. São Paulo: Zahar, 2013.

CASTRO, Iná Elias de. **Visibilidade da região e do regionalismo: a escala brasileira em questão**. Rio de Janeiro, 1994.

COUTINHO, Vinícius da Silva. **Além dos 280 caracteres: ódio e racismo contra nordestinos(as) no Twitter nas eleições de 2022**. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, 2025.

CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Guia para análise de discurso de ódio**. São Paulo: CONIB; FGV, jan. 2024. Disponível em:

<https://combateaoantisemitismo.org.br/educativo/guia-para-analise-de-discurso-de-odio-conib-e-fgv/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

COSTA, Kevin. **Liberdade de expressão e discurso de ódio nas mídias sociais**. Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí, Teresina, ano 1, n. 1, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2022/01/Liberdade-de-express%C3%A3o-e-discurso-de-o%C3%A9dio-nas-m%C3%ADdias-sociais.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2025.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 5, n. 11, abr. 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C. L. **Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques**. Media & Jornalismo, Coimbra, v. 18, n. 32, p. 155–169, mai. 2018.

DE NYS, E.; ENGLE, N.L.; MAGALHÃES, A.R. **Secas no Brasil: política e gestão proativas**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos- CGEE; Banco Mundial, 2016. 292 p.

DOURADO, Bruna. **Ranking: as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2025, com insights, ferramentas e materiais**. *RD Station*, 11 fev. 2025. Disponível em: <https://www.rdstation.com/blog/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. 25 maio 2025.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. [tradução Carlos Szlak]. – 1. ed. – Barueri: Faro Editorial, 2018.

EMARKETER; INSIDER INTELLIGENCE. **Number of X (formerly Twitter) users worldwide from 2019 to 2024 (in millions)**. Statista, 13 dez. 2022. Disponível em: [https://www.statista.com/statistics/303681/twitter-users-worldwide/?ref=definicao.marketing#google\\_vignette](https://www.statista.com/statistics/303681/twitter-users-worldwide/?ref=definicao.marketing#google_vignette). Acesso em: 26 maio 2025.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. São Paulo: Edusp, 1996.

FALLIS, Don. **What is disinformation?** Library Trends, v. 63, n. 3, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

FERNANDES, Wander. **STJ equipara discriminação contra nordestino a crime de racismo**. Jusbrasil, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/stj-equipara-discriminacao-contra-nordestino-a-crime-de-racismo/1744621246>. Acesso em: 20 fev. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021. p. 120-121

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. **Polarização e contexto**: medindo e explicando a polarização política no Brasil. Revista do CESOP, Campinas, v. 28, n. 3, p. 560-593, set./dez. 2022. DOI: <http://doi.org/10.1590/1807-01912022283560>. e-ISSN 1807-0191.

FURTADO, Camila; DIAS, Thiago Magela Rodrigues. **A pessoa bibliotecária como agente de combate à desinformação na área da Ciência da Informação**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 19, p. 1–19, 2023.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2008.

GIACOMASSI, Fernanda. **O que o Digital News Report 2023 revela sobre o jornalismo e o consumo de informação**. AJOR, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://ajor.org.br/o-que-o-digital-news-report-2023-revela-sobre-o-jornalismo-e-o-consumo-de-informacao/>. Acesso em: 26 maio 2025.

GOÉS, Joaci. **Anatomia do ódio**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

GUARACY, T. **A conquista do Brasil**. 5ª edição. São Paulo: Planeta, 2015.

GUENA, A.; et al. **Racismo e desinformação**: apontamentos sob a perspectiva antirracista. São Paulo: Editora INTERCOM 2022.

G1 GLOBO. **É #FAKE que PT distribuiu mamadeiras eróticas para crianças em creches pelo país**. Fato ou Fake, 28 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2021/10/28/e-fake-que-pt-distribuiu-mamadeiras-eroticas-para-criancas-em-creches-pelo-pais.ghml>. Acesso em: 28 jun. 2025.

HALLIDAY, Mak, & MATTHIESSEN, C. **Construindo a experiência através do significado**: Uma abordagem da cognição baseada na linguagem. Londres/Nova Iorque: Cassell, 1999.

JARDELINO, Fábio; CAVALCANTI, Davi Barboza; TONIOLO, Bianca Persici. **A proliferação das fake news nas eleições brasileiras de 2018**. Comunicação Pública, São Paulo, v. 15, n. 28, 2020.

KESSLER, Glenn; RIZZO, Salvador; KELLY, Meg. **President Trump has made 3 001 false or misleading claims so far**. The Washington Post – Fact Checker, 1 maio 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/fact-checker/wp/2018/05/01/president-trump-has-made-3001-false-or-misleading-claims-so-far/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

LÁ GARZA, Cecília de. **Xenofobia**. Laboreal, v. 7, n. 2, 2011. Tradução de Marta Santos e Marianne Lacomblez. DOI: 10.4000/laboreal.7924. Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/7924>. Acesso em: 30 jun. 2025.

LITZ, C. B. D. O.; ALVES, C. M. T.; ALLEBRANDT, S. L.; SANTOS, R. D. dos. **Referencial teórico-metodológico da hermenêutica de profundidade como alternativa para a investigação nas ciências sociais aplicadas**. Salão do Conhecimento, v. 2, n. 1, 2014.

MAIA, Lucas Cavalcanti. **Informação e desinformação no Nordeste**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

MAMEDE, M<sup>a</sup> Amélia Bernardes. **A construção do Nordeste pela mídia**. Fortaleza: IOCE, 1996, 214p (Coleção Teses Cearenses).

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1989. p. 1-15.

MARTINS, M. F. V. M. **Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa**. In Coleção O Brasil Colonial 1720-1821, vol 3. 4<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MENEZES, Manuella Maria Silva. **Como as fake news impactam o jornalismo no século 21**. Nexo Jornal, 18 nov. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/como-as-fake-news-impactam-o-jornalismo-no-seculo-21>. Acesso em: 25 mai. 2025.

MERRIAM-WEBSTER. Disponível em <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/false>> Acesso em: 27 de jun. de 2025.

MOURA, Thalita Albano Duarte. **Desinformação e misoginia: ataques do ex-presidente Jair Bolsonaro a mulheres jornalistas**. Teresina – PI: Pós-Graduação em Comunicação, 2023.

MONITOR DO DEBATE POLÍTICO NO MEIO DIGITAL. **Quem somos**. Monitor do Debate Político no Meio Digital, CEBRAP/USP, 2015—. Disponível em: <https://www.monitordigital.org/quem-somos/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MCINTYRE, L. Post-truth. Massachusetts: The MIT Press, 2018.

NEVES, Frederico de Castro. **Corpos em exposição: retirantes pobres na imprensa brasileira (1915)**. Revista da Associação Nacional de História – Seção Ceará, Fortaleza, v. 10, n. 19, jan./jun. 2019.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento- as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 2009. p.137-150.

PACHECO, Clarissa; ZARPELON, Maria Cecília. **Polarização intensifica desinformação sobre transposição do São Francisco**; entenda. *Estadão*, 25 set. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/polarizacao-intensifica-desinformacao-sobre-transposicao-do-sao-francisco-entenda/?srsId=AfmBOookZrUw28Buu8ukJrP9bTFmu-CGf9Ro15sBahqvdcGleGpx6Eym>. Acesso em: 22 de fev. 2026.

PENA, Felipe. **Jornalismo, a objetividade subjetiva**. Observatório da Imprensa, 6 fev. 2007. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/jornalismo-a-objetividade-subjetiva/>. Acesso em: 20 dez. de 2025.

PISA, L.F; QUESSADA, M. **Desinformação e Fake News: conceitos à luz do Jornalismo e da Análise do Discurso**. Cambiassu: Estudos em Comunicação, v. 19, n. 33 – Jan./Jun. 2024.

POTTER, Hyury. **Como a mentira na política evoluiu até chegar às redes sociais**. UOL Notícias, 26 out. 2018. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/deutschewelle/2018/10/26/como-a-mentira-na-politica-evoluiu-ate-chegar-as-redes-sociais.htm>. Acesso em: 20 dez. de 2025.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PRAZERES, Leandro. **Brasil vive “mistura tóxica de ódio pessoal e polarização política”**, diz especialista. BBC News Brasil, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62144553>. Acesso em: 20 ago. de 2025.

QUEIROZ, Nataly. **A política do ódio e a resistência do povo nas ruas e nas redes**. Le Monde Diplomatique Brasil, 11 abr. 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-politica-do-odio-e-a-resistencia-do-povo-nas-ruas-e-nas-redes/>. Acesso em: 20 ago. de 2025.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. **Cascatas de “Fake News” Políticas: Um estudo de caso no Twitter**. Pre-print version. Galáxia, 41, 2019. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/330728905\\_Cascatas\\_de\\_Fake\\_News\\_Políticas\\_Um\\_estudo\\_de\\_caso\\_no\\_Twitter](https://www.researchgate.net/publication/330728905_Cascatas_de_Fake_News_Políticas_Um_estudo_de_caso_no_Twitter). Acesso em: 10 de jan. de 2025.

RÊGO, A. R. construção intencional da ignorância na contemporaneidade e o trabalho em rede para combater a desinformação. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 15, n. 1, 2021. DOI: 10.29397/reciis. V15i1.2293. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

RÊGO, Ana Regina. **Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RÊGO, A. R.; BARBOSA, M. **A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

RISSO, C. A.; et al. **Desinformação, direitos humanos e liberdade de expressão**. São Paulo: Editora INTERCOM 2022.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Tradução de Cristiane Dias, Greciely Costa. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

ROSA, Luiza Maria Almeida; GOMES, Márcia. **Telenovelas e imaginário social: estereótipos e simbologia na imagem de brasileiro representado**. In: INTERCOM. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006, Brasília. Anais.

ROSA, Hartmut. **Alienação e aceleração: por uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna**. Tradução de Fábio Roberto Lucas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

RUA, J. **Paus-de-arara e pardais: o Brasil migrante em começos do século XXI**. GeolNova, n. 8, p. 201-230, 2003.

RUA, J. **Paus-de-arara e pardais: o Brasil migrante em começos do século XXI**. GeolNova, n. 8, p. 201-230, 2003.

SAFERNET BRASIL. **Crimes de ódio têm crescimento de até 650% no primeiro semestre de 2022**. SaferNet Brasil, [s.l.], s.d. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/crimes-de-odio-tem-crescimento-de-ate-650-no-primeiro-semester-de-2022>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SANTIAGO, Octávio. **A gênese do pavoroso sertão**. UOL, 14 ago. 2023. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/genese-do-pavoroso-sertao/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SANTIAGO NETO, Octávio. **A construção do preconceito contra o povo do Nordeste: jornalismo, estereótipos sociais e escrevivências**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2024.

SANTOS, Josefa Maria dos. **Nordestino é...** Análises das discursivizações sobre os nordestinos nas redes sociais digitais. 2020. Tese (Doutorado em Linguística e Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

SANTOS, M. A.; SILVA, M. T. M. **Discurso do ódio na sociedade da informação: preconceito, discriminação e racismo em redes sociais**. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, XXII, 2013, São Paulo. Sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade. Florianópolis: FUNJAB, 2013.

SANTOS, Leonel Andrade dos. **Manipulação na prática discursiva da desinformação nas eleições presidenciais brasileiras de 2022**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Área de concentração: Linguística Aplicada.

SILVA, Karolene Veras da. **Ataques a jornalistas negras: uma interpretação a partir do discurso de ódio e do fenômeno da desinformação nas redes sociais**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2025.

SILVA, Sara Dantas do Rego; MASSUCHIN, Michele Goulart. **Construção do Nordeste no telejornalismo: um estudo do Jornal Hoje**. Extraprensa – Cultura e Comunicação na América-Latina, São Paulo, 2 jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/158986/161699>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SILVEIRA, Roberto Azoubel da Mota. **A reinvenção do Nordeste nas crônicas d'O Carapuceiro**. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2007.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SOUSA, João Eudes Portela de; MARCOLINO, Rafaela Ricardo Santos. **A representação da identidade regional do Nordeste na telenovela**. Temática, João Pessoa, ano 12, n. 6, jun. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SOUZA, M. J. **Discurso de ódio e dignidade humana**: Uma análise da repercussão do resultado da eleição presidencial de 2014. Pelotas: IFSul/ Universidade Católica de Pelotas, 2018.

SOUZA, Elany Almeida de; REBELATO, Júlia Marques. **Imigrantes no Brasil** – discursos de ódio e xenofobia na sociedade da informação: como atribuir uma função social à internet? Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 74–97, jul./dez. 2015. e-ISSN: 2526-0049.

SOPRANO, Paula; VALERA, Gabriela. **Ecos da guerra aos fatos**. Época, 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tecnologia/experiencias-digitais/noticia/2018/01/ecos-da-guerra-aos-fatos.html>. Acesso em: 5 maio 2025.

SCHNEIDER, Marcos. **A era da desinformação: pós-verdade, fake news e outras armadilhas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

STEFFEN, C.; WAINBERG, J. A. **Ódio.org.br**: rastreamento e caracterização de movimentos de ódio na Internet em português. In: Mostra de pesquisa da pós-graduação da PUCRS, 3., 2008, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PUCRS, 2008. p. 1–47.

STOKEL, Chris. **Os riscos de se afrouxar a moderação de conteúdo nas redes sociais**. Fast Company Brasil, 5 dez. 2022. Disponível em: <https://fastcompanybrasil.com/tech/os-riscos-de-se-afrouxar-a-moderacao-de-conteudo-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 25 mai. 2025.

TAVARES, Vitor. **Moraes determina bloqueio do X no Brasil após Elon Musk descumprir decisão judicial**. BBC News Brasil, 2024. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gz28359d4o?utm\\_source=](https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gz28359d4o?utm_source=). Acesso em: 08 maio 2025.

TEIXEIRA, Adriana. **Fake news contra a vida**: desinformação ameaça a vacinação de combate à febre amarela. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica – Dimensões Políticas na Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

TEÓFILO, R. (1979). **A Fome** – Violação. Rio de Janeiro: José Olympio. Original de 1890.

TRÄSEL, M., & REIS VINCIPROVA, G. (2024). **O conceito de desinformação nos estudos de jornalismo brasileiros sobre a Covid-19**. Esferas, 2024. DOI: <https://doi.org/10.31501/esf.v1i29.14899>

THOMPSON, John B. (2002). **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes.

VAINER, Carlos B. (2000) **Do corpo marcado ao território demarcado**: uma leitura da transição para o trabalho livre como ponto de partida para uma história da mobilidade do trabalho no Brasil. São Paulo, CEM (Cadernos de Migração, 7).

VARALLI, Janaina Thais Daniel; SANTOS, Marco Aurélio Moura dos. **O “discurso do ódio”**, meio ambiente digital e a saúde ambiental. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Faculdades Integradas Rio Branco; Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU, [s.d.]

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O federalismo oligárquico brasileiro**: uma revisão da “política do café-com-leite”. Anuario IEHS, n. 16, 2001. Disponível em: <http://www.unicen.edu.ar/anuarioiehs/ind1601.htm>. Acesso em: 24 fev. 2026.

VOLKOFF, Vladimir. **Pequena história da desinformação**: do Cavalo de Tróia à Internet. Curitiba: Editora Vila do Príncipe, 2004.

ZIMDARS, M., & McLeod, K. (2020). **Fake news**: Understanding Media and Misinformation in the Digital Age. Cambridge: The MIT Press, 2020.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Council of Europe, 31 out. 2017. Disponível em: <https://shorensteincenter.org/information-disorder-framework-for-research-and-policy-making/>. Acesso em: 30 junh. 2025.

WIKIPÉDIA. **Lista de primeiros-ministros do Brasil**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_primeiros-ministros\\_do\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_primeiros-ministros_do_Brasil). Acesso em: 24 fev. 2026.